

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JAQUELINE DA SILVA BORGES

ECONOMIA E AVALIAÇÃO DO GOVERNO: UMA ABORDAGEM  
INSTITUCIONALISTA DO CASO LATINO-AMERICANO (2008 - 2012)

CURITIBA

2015

JAQUELINE DA SILVA BORGES

ECONOMIA E AVALIAÇÃO DO GOVERNO: UMA ABORDAGEM  
INSTITUCIONALISTA DO CASO LATINO-AMERICANO (2008 – 2012)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Ciência Política, da Universidade Federal do Paraná como  
requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Fernandes Veiga

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luciana Fernandes Veiga – UFPR  
(Presidente da Banca)

Prof. Dr. Ednaldo Ribeiro  
(Membro)

Prof. Dr. Hugo Borsani  
(Membro)

Data: 27/05/2015

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação  
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Borges, Jaqueline da Silva

Economia e avaliação do governo: uma abordagem institucionalista do caso latino-americano (2008 - 2012) / Jaqueline da Silva Borges.  
– Curitiba, 2015. 95 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Fernandes Veiga  
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Setor de Ciências Humanas,  
Letras e Artes,  
Universidade Federal do Paraná

1. Ciência Política – política e governo – América Latina.  
2. América Latina – desenvolvimento econômico – relações econômicas. 3. Política econômica – América Latina – 2008-2012. I.  
Título.

CDD 327.8



## ATA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

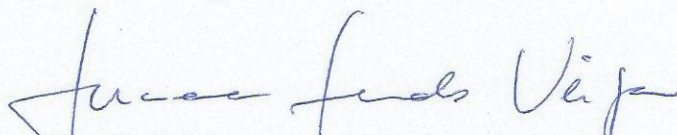
Ata da Sessão Pública de defesa de dissertação para obtenção do Título de Mestre em Ciência Política. No dia 27 de maio de 2015, às 14:00 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, composta pelos Professores Doutores Ednaldo Aparecido Ribeiro – UFPR, Hugo Alberto Borsani Cardozo – UENF e Luciana Fernandes Veiga – UFPR (orientadora e presidente da Banca Examinadora), com a finalidade de julgar a dissertação da candidata **JAQUELINE DA SILVA BORGES**, intitulada "*ECONOMIA E AVALIAÇÃO DO GOVERNO: UMA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA DO CASO LATINO-AMERICANO (2008 - 2012)*". O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela Coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feito pela orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Fernandes Veiga. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros da banca examinadora deliberaram pela "...*APROVAÇÃO*..." da acadêmica, com nota *90* e conceito *A*, habilitando-o ao título de Mestre em Ciência Política.

Curitiba, 27 de maio de 2015.



  
Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro

  
Prof. Dr. Hugo Alberto Borsani Cardozo

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Fernandes Veiga  
(orientadora e presidente)

## **AGRADECIMENTOS**

O ato de agradecer é algo carregado de muito valor em minha existência. E isso, acredito, pode ser muito bem explicado pela minha socialização em um ambiente com valores cristãos. Atualmente, não sou uma religiosa fervorosa e não costumo participar de rituais da igreja católica. Mas, ainda assim, os valores de humanidade que podem ser extraídos de tal religião são de valor inestimável para o que eu sou e o que defendo. Sou eternamente grata por essa riquíssima fonte de inspiração.

O único problema dessa divindade é não ter concedido à imortalidade àqueles que me deram a graça da vida: meus pais! Com diversas divergências e alegrias, tenho plena consciência que o percurso até onde estou atualmente não seria possível sem eles. É evidente em todas as fases da minha vida que eles me ofertaram o que de melhor tinham a disposição. Ainda tive a alegria de ter duas preciosas irmãs: Francielle da Silva Borges e Jéssica da Silva Borges. Em nossas diferenças (que não são poucas) e semelhanças (quase trigêmeas), é uma delícia sentir um amor tão genuíno e a certeza de apoio incondicional. Feliz aquele (a) que tem irmãos (ãos).

Meus agradecimentos se estendem à instituição de ensino, que tanto me orgulho de ter feito parte: Universidade Federal do Paraná. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que, ao oferecer a bolsa de pesquisa durante o mestrado, assegurou a viabilidade do processo científico.

Tive a feliz oportunidade de ter professores de experiência e conhecimentos inestimáveis. Registro um agradecimento especial à minha orientadora professora doutora Luciana Fernandes Veiga. Tenho uma doce lembrança do primeiro contato com a sua área de pesquisa e a alegria de encontrar algo que eu realmente gostasse de estudar. Sou muito grata por me permitir ser sua bolsista de iniciação científica, durante a graduação, e orientanda durante o mestrado. Guardo em meu coração a inspiração que foi tê-la em minha trajetória. Se um dia for um quarto do que és, me sentirei muito satisfeita.

Agradeço também aos professores que compuseram a minha banca de qualificação: Ednaldo Ribeiro e Malco Braga Camargos. O olhar atento permitiu contribuições valiosas para o amadurecimento desta pesquisa e sou muito grata por isso.

Por fim, mas não menos importante, quero expressar minha enorme gratidão por aqueles responsáveis por colorir meu cotidiano: meus amigos.

À Flávia Bozza Martins, companheira profissional e de vida. Agradeço pela leveza que foi a minha caminhada ao seu lado. Ter o seu amparo tornava qualquer tempestade algo muito suportável. Ellen da Silva, amiga que me acompanha desde o começo da graduação, sua contribuição na minha vida é de inestimável valor. Agradeço pelas boas risadas e por me ajudar a crescer tanto. Meu riso é feliz com vocês. Obrigada irmãs de alma por me mostrarem o valor genuíno do que é ter amizade.

Quero deixar registrado também meus agradecimentos às preciosidades que também fazem parte desta trajetória: Dhyeisa Lumena Rossi, Thâmara Tavares de Moraes, Maria Alejandra Nicolás, Valkiria Vitalino e Marcelo Oliveira. Aos amores e amigos que tiveram uma participação transitória: sou grata também pela contribuição.

Pelo o que foi e pelo o que será: Gratidão!

## RESUMO

Os estudos de comportamentos eleitorais contemporâneos, para além de entender a relevância de aspectos econômicos, têm incorporado em suas análises as variáveis de caráter institucional. De acordo com esse aporte teórico, é preciso atentar para o contexto político em que os eleitores estão inseridos. Partindo de tais preceitos, o presente trabalho tem por objetivo analisar a relevância de aspectos econômicos e institucionais na avaliação de presidentes de dezoito países latino-americanos entre 2008 e 2012. Assim, ao ter como variável dependente a avaliação de governo, mensura-se em que medida as variáveis institucionais se mostram relevantes no vínculo que o eleitor estabelece entre desempenho de governo na economia e a avaliação dada ao governante. Para a construção analítica foram utilizados bancos de dados fornecidos pelo Barômetro das Américas, bem como informações coletadas do CEPAL, PNUD, Banco Mundial, Georgetown University e sites governamentais. Os principais achados reforçam, em parte, a pertinência de variáveis institucionais no voto econômico.

**Palavras-chave:** Comportamento eleitoral; avaliação de governo; voto econômico.



## **ABSTRACT**

Studies of contemporary electoral behavior, in addition to understand the relevance of economic, have incorporated in their analysis variables of the institutional character. According to this theoretical framework, it is necessary to consider the political context in which voters are in. Starting from such precepts, this study aims to analyze the relevance of economic and institutional aspects in the rating of presidents of eighteen Latin American countries between 2008 and 2012. Thus, having as dependent variable the rating of the government, it measures in the extent to which institutional variables are relevant in the connection established by the voter between the performance of government in the economy and the rate given to the ruler. For analytical construction were used databases provided by the Barometer of the Americas, as well as information collected from CEPAL, PNUD, World Bank, Georgetown University and government websites. The main findings reinforce, in part, the relevance of institutional variables in the economic vote.

**Keywords:** electoral behavior; evaluation of the president; economic vote.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 TEORIAS CLÁSSICAS DE EXPLICAÇÃO DO VOTO</b>	<b>10</b>
2.1 Sociológica	10
2.2 Psicológica	11
2.3 Racional	14
<b>3 VOTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA</b>	<b>16</b>
3.1 Análises de casos latino-americanos	22
3.2 Estudos transnacionais	26
<b>4. O VOTO ECONÔMICO INSTITUCIONALISTA</b>	<b>28</b>
4.1 Clareza de responsabilidade	31
<b>5. A DISCUSSÃO INSTITUCIONALISTA EM PAÍSES PRESIDENCIALISTAS</b>	<b>36</b>
5.1 Definição de regime presidencialista	41
5.2 Seria o sistema presidencialista suscetível à ingovernabilidade? Debate acerca das fragilidades e virtudes institucionais	43
5.3 Eficiência no regime presidencialista	52
<b>6. ANÁLISE</b>	<b>59</b>
6.1 Variável dependente: avaliação de governo	59
6.2 Variáveis econômicas e institucionais	61
6.3 Voto econômico na América Latina revistado	65
6.3.1 Hipóteses	66
6.3.2 Resultados	67
6.4 Instituições e voto econômico	71
6.4.1 Fatores institucionais	72
6.4.2 Hipóteses	79
6.4.3 Resultados	81
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>86</b>
<b>8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>88</b>
<b>9 APÊNDICE</b>	<b>93</b>

## 1 Introdução

Com diferenças no que se referem às variáveis empregadas, bem como o nível de análise, muitos são os estudos contemporâneos que reforçam a tese do voto econômico. Ou seja, aspectos atinentes à economia se mostram mais relevantes para se entender a avaliação de um governante ou a preferência/rejeição por um candidato situacionista em uma eleição do que outras variantes/variáveis relacionadas.

Avançando nessa discussão, há autores que apontam a necessidade de se ater ao contexto institucional ao qual o eleitor está inserido, uma vez que este apresenta potencial de influenciar o comportamento político. Esse enfoque entende que o indivíduo não faz suas escolhas em um ambiente marcado pela neutralidade. Assim, além de analisar as preferências de um indivíduo, para uma maior compreensão do comportamento eleitoral faz-se importante também mensurar as opções que se tornam disponíveis no contexto em que o indivíduo está inserido. A clareza de responsabilidade, conceito da ciência política relacionado ao ambiente de formulação de políticas e à capacidade do eleitor de discernir a produção efetiva do governo, para puni-lo ou recompensá-lo, contempla a apreensão contemporânea de estudos de comportamento eleitoral e será um dos conceitos chave deste trabalho.

Atentando especificamente para o desenho institucional de países presidencialistas, Shugart e Carey também contribuem para essa discussão com o modelo teórico acerca da eficiência de sistema. Um sistema eficiente, segundo Shugart e Carey (1992), na mesma linha do conceito de clareza de responsabilidade, seria aquele relacionado com uma capacidade elevada de identificação e diferenciação das informações a disposição do eleitor. Durante o processo eleitoral, o discernimento dos programas políticos dispostos ao eleitor é de suma importância para o processo avaliativo de governo e o processamento da decisão eleitoral.

Assim, tendo por base tal discussão teórica, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar o comportamento eleitoral do latino-americano. Mais especificamente, analisar a relevância de aspectos econômicos e institucionais nas avaliações de governos de dezoito países latino-americanos entre os anos 2008 e 2012. Tendo como variável dependente a avaliação de governo, mensura-se em que medida as variáveis institucionais se mostram relevantes no vínculo que o eleitor estabelece entre desempenho de governo na economia e a avaliação dada ao governante.

Para o alcance desses objetivos, foram utilizados bancos de dados fornecidos pelo Barômetro das Américas, bem como informações coletadas do CEPAL, PNUD, Banco Mundial, Georgetown University e sites governamentais. Uma vez que há a contemplação de variáveis de nível individual, tais como avaliação da economia e posicionamento ideológico, e variáveis macroestruturais, como índices econômicos e sociais, será aplicado o modelo de análise multinível.

Posto isso, o trabalho seguir-se-á do seguinte modo: Inicialmente será realizada uma breve revisão teórica das teorias clássicas de explicação do voto, passando desde a corrente sociológica, psicológica, até a teoria da escolha racional. Na sequência, será feito um levantamento acerca da produção científica do voto econômico, com especial atenção para os estudos de casos latino-americanos. Acompanhando os desdobramentos da literatura, será incorporada a essa discussão do voto econômico a discussão institucionalista com o conceito de clareza de responsabilidade. Uma vez que a análise contempla países presidencialistas, tem-se a pertinência de explorar maiores detalhes desse sistema de governo, apontando a definição e os aspectos positivos/negativos do funcionamento de tal desenho institucional. Concatenando com o conceito de clareza de responsabilidade e as peculiaridades do sistema presidencialista, será exposto na sequência o conceito de sistema eficiente.

Na parte das análises, inicialmente, haverá um detalhamento da variável dependente e das variáveis independentes empregadas, bem como a abordagem da metodologia utilizada para coleta das informações. Na sequência, tem-se as hipóteses, bem como a análise de um modelo hierárquico linear que contempla apenas as variáveis atinentes à economia. Em um segundo momento, serão inseridas as variáveis institucionais. Dado o número de aspectos institucionais, fez-se necessário realizar, previamente, uma análise fatorial para que fosse possível dividir os casos entre maior ou menor clareza de responsabilidade. Na sequência, portanto, haverá uma análise que busca averiguar como as variáveis institucionais alteram a relação entre avaliação econômica e avaliação presidencial. Por fim, nas considerações finais, pretende-se retomar os principais achados deste trabalho, bem como apontar direcionamentos futuros possíveis.

## 2 Teorias clássicas de explicação do voto

### 2.1 Sociológica

Na abordagem sociológica de apreensão do comportamento político, a decisão eleitoral estaria embasada em aspectos políticos e sociais, de longo prazo. As campanhas eleitorais não teriam, assim, potenciais para remodelar predisposições já existentes.

Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948), analisando as eleições de Ohio de 1940, buscaram averiguar como diferentes fatores de ordem sociológica podem afetar o comportamento eleitoral. Os autores identificaram a correlação entre intenção de voto e nível econômico, religião e residência. Se um indivíduo fosse católico, morasse na área urbana de Sanduski e pertencesse à classe social baixa, este teria grandes propensões a votar no partido Democrata. Caso o estadunidense fosse pertencente à área rural, protestante e de classe social alta, averigua-se grandes possibilidades de este eleitor votar no partido republicano.

Por meio de uma análise de painel, foi possível observar três tipos de eleitores, tendo em vista o tempo que demandam para a sua decisão de voto. Segundo os autores, o interesse na política seria um fator relevante para entender essas diferenças. Eleitores que apresentariam maiores interesses por pautas políticas tomariam suas decisões precocemente. No que se refere àqueles eleitores que tomaram suas decisões tardiamente, estes apresentaram menores interesses e estariam sob pressão cruzada. Tais eleitores menos interessados e sob pressão cruzada estariam mais suscetíveis a conflitos e inconsistências na formação de sua decisão eleitoral. Dentre os fatores de “cross-pressure”, que poderiam incidir sobre uma decisão tardia, Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948) enumeram a questão religiosa, ocupação e identificação de classe, voto em eleição anterior, o ambiente familiar, bem como, a relação com os associados.

Berelson, Lazarsfeld e Mcphee (1954), por sua vez, têm por objetivo empreender uma análise sobre o caso Elmira, situado no Estado de Nova Iorque dos Estados Unidos, em 1948. Adotando como metodologia a pesquisa em painel, os autores observam que estratos socioeconômicos mais altos tendem a votar no partido republicano. Quando se observa a identificação de classe com o status socioeconômico objetivo, verifica-se o mesmo quadro: aqueles eleitores que se identificam com a classe média e alta tendem a votar nos republicanos. Em relação à faixa etária, os jovens católicos e protestantes são mais propensos que os mais velhos a optar pelo voto classista quando há conflitos entre religião e classe. No

que se refere à questão étnica, “protestantes brancos nativos votam mais em Republicanos do que específicas minorias étnicas, católicos, ítalo-americanos, judeus e negros”. (Berelson, Lazarsfeld e Mcphee, 1954, p. 75). Independente de classe social, católicos são mais propensos a votar em Democratas do que os protestantes.

Os autores observam que as relações sociais contribuem de três modos para manutenção das diferenças políticas. Em primeiro lugar, há aspectos que concernem à divisão social do trabalho, bem como a configuração espacial da sociedade, que acabam por ter características distintas e, por consequência, também desenvolvem reflexos distintos de uma determinada medida política. (Berelson, Lazarsfeld e Mcphee, 1954). Além disso, as diferenças políticas seriam justificadas pelo processo de herança de tais distinções sociais e a manutenção destas nas gerações seguintes. Na América contemporânea, segundo os autores, é possível compreender a sociedade dividida em classes e etnia.

A corrente sociológica, destarte, tem, enquanto unidade de análise empregada para apreensão do comportamento eleitoral, a interação social. Assim, o comportamento coletivo observado não é entendido como a soma, mas resultante da interação de grupos específicos.

Para que esta interação social, que posteriormente moverá o indivíduo a ação, efetive-se, há três premissas sociológicas, regidas por leis probabilísticas, como aponta Figueiredo (2008), que devem ocorrer: a) a dimensão social em questão não deve ser abrangente a ponto de dispersar os membros e dificultar a interação social; b) quanto mais amplos forem os grupos, menor será a probabilidade “[...] que dois indivíduos com diferentes características sociais se encontram e interajam entre si” (Figueiredo, 2008, p.50); c) “[...] probabilidade teórica de que duas opiniões ou comportamentos sejam concordantes, em uma mesma dimensão” (idem, p.52).

O comportamento eleitoral, assim, estaria relacionado com diversas tendenciais sociais e econômicas. Essas poderiam ser perceptíveis quando voltamos nosso olhar ao contexto em que o eleitor está inserido.

## **2.2 Psicológica**

Com intuito de empreender uma análise acerca do comportamento eleitoral, Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960), entendem a necessidade de analisar as motivações individuais que antecedem o processo eleitoral. Os autores apontam que o voto é um ato individual, resultante de predisposições anteriores, e assim deve ser tratado.

Ou seja, a unidade de análise nessa corrente clássica, contrariamente à exposta anteriormente, é o indivíduo. Para Lewis-Beck, Jacoby, Norpoth, e Weisberg (2008), uma das grandes questões que a abordagem sociológica trata de forma contestável é dar o enfoque em questões sociodemográficas, que apresentariam poucas alterações no decorrer dos anos. A natureza das eleições alteraria de um pleito para o outro, mas tais variáveis seriam estáveis e não acompanhariam tais alterações. As atitudes políticas quando observadas a partir da motivação individual, por sua vez, contemplariam essas mudanças em espaço de tempo curto.

A decisão eleitoral individual estaria estreitamente influenciada pelos sentimentos em torno do cenário à disposição. As atitudes políticas, assim, seriam decorrentes do ambiente social e do processo de socialização das interações primárias. Uma vez incorporadas tais atitudes, elas tendem a se consolidarem e articularem-se de modo similar em diferentes contextos. A lealdade partidária, entendida como resultante de predisposições individuais e identificação com determinado partido, seria, portanto, um fator relevante na mensuração do comportamento eleitoral. O resultado eleitoral, de acordo com essa perspectiva psicológica do comportamento eleitoral, por consequência, seria o resultado da coletividade de indivíduos.

Em relação à questão da cristalização das atitudes políticas, todavia, como a leitura de Figueiredo (2008) nos mostra, Converse aponta que em média de 15% da população com altos níveis de politização, em países desenvolvidos, apresenta um sistema de crença cristalizado (Figueiredo, 2008). Uma vez que a maior parcela da sociedade seria classificada como possuindo um sistema de crenças com baixa coerência, Converse sugere a verificação do grau de centralidade e motivação para a política. Ainda que o nível educacional seja um relevante indicador de nível de sofisticação, bem como o grau de centralidade de temáticas públicas, averiguar o grau de motivação para a política com a estruturação do sistema de crenças é mais assertivo.

Tendo em vista tais pressupostos teóricos, Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960) analisam dados das eleições estadunidenses de 1952 e 1956. A partir dessas análises, é possível pressupor que a distribuição partidária do estadunidense favoreceria aos democratas, entretanto, a decisão eleitoral, com os efeitos da identificação partidárias removidos, mostra que outros fatores levariam a uma votação expressiva no partido republicano.

Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960) consideram que é possível classificar as eleições da seguinte maneira: eleição de manutenção, desviante e de realinhamento<sup>1</sup>. Dessa forma, a eleições de 1952 se enquadraria enquanto desviante, uma vez que não houve qualquer fator que incidisse negativamente sobre os democratas, bem como não houve fatores que embasassem uma mudança a longo prazo. Segundo os autores, “uma eleição desviante é, portanto, uma inversão temporária, quando um ou outro partido mantém uma clara vantagem nas preferências de longo prazo do eleitorado” (Campbell, Converse, Miller e Stokes, 1960, p. 275).

Os autores concluem que a mudança da força eleitoral está associada à alteração na associação entre partidos e candidatos e aos objetivos gerais da sociedade mais do que com o desempenho do governante. E ainda, a parte mais propensa a mudar a percepção dos atores políticos não é a mais informada sobre as políticas governamentais, mas a parcela da sociedade menos envolvida, psicologicamente.

Lewis-Beck, Jacoby, Norpoth, e Weisberg (2008), com o intuito de atualizar tais achados, analisam as eleições estadunidenses de 2000 e 2004. Para tanto, os autores lançaram mão de dados disponibilizados pelo *National Election Studies*. Tais autores defendem que o processo eleitoral não é pautado pela percepção apurada dos candidatos, mas por avaliações em termos positivos e negativos. Como a motivação é um processo individual, haverá distintas observações sobre o cenário político.

Ao elaborar um índice com seis fatores partidários<sup>2</sup>, Lewis-Beck, Jacoby, Norpoth, e Weisberg (2008) verificaram que estes influenciam o voto. Tanto a direção quanto a intensidade mostram que determinados fatores se alinham com o apoio em George Bush ou em Gore (2000) e Kerry (2004). Quando se compara com o estudo do *The American Voter*, os autores pontuam que as eleições de 2000 e 2004 se caracterizaram como mais polarizadas do que as eleições de 1950.

---

<sup>1</sup> Uma eleição classificada como de manutenção é aquela em que não há outros fatores que incidem sobre a decisão eleitoral além da identificação partidária. A desviante, por sua vez, é quando o partido majoritário perde força eleitoral e não é eleito, apesar de a divisão partidária não ser seriamente abalada. O terceiro tipo de eleição poderia ser denominado como “more or less durable realignment”. Ou seja, é quando há um realinhamento ideológico que persiste com o tempo. Normalmente esse tipo de cenário se verifica em caso de grandes crises nacionais.

<sup>2</sup> As características pessoais de George W. Bush; As características pessoais do candidato democrata (Gore em 2000, e Kerry em 2004), questões de política externa, questões de política interna, interesses de grupos sociais, bem como a performance dos partidos como gestores de governo.



## 2.3 Racional

Uma terceira via de apreensão do comportamento eleitoral é pautada pela Teoria da Escolha Racional. Esboços de tal corrente teórica têm seus primórdios em meados do século XIX com Jeremy Betham, teórico liberal, e Vilfredo Pareto, expoente da revolução marginalista. Mas é com o modelo de democracia economicista de Anthony Downs que se consolida um encadeamento teórico racional para estudo de comportamento político. (Mantilla e Pinilla, 2008)

Neste aporte teórico,

[...] não levamos em consideração a personalidade global de cada indivíduo quando discutimos qual comportamento é racional no caso dele. Não abrimos espaço para a rica diversidade dos fins atendidos por cada um dos seus atos, a complexidade de seus motivos, o modo como cada parte de sua vida está intimamente relacionada com suas necessidades emocionais. Ao contrário, tomamos emprestada da teoria econômica tradicional a ideia do consumidor racional. (Downs, 1999, p. 29)

Ou seja, o *homo politicus* é um cidadão racional que movido por questões individuais procurará prever as melhores estratégias. Dito de outro modo, o eleitor, entendido como racional, quando exposto a uma situação que exige um posicionamento, organizará suas preferências hierarquicamente, de forma transitiva, e buscará averiguar qual das opções a sua disposição lhe renderá maiores ganhos e custos razoáveis. Caso o que se espera ganhar sobreponha-se ao custo intrínseco do ato de votar, o eleitor votará. Cabe salientar, todavia, que tal desutilidade do voto é marcado por desigualdade entre os indivíduos na medida em que o custo para obtenção e processamento de informação pode vir a variar no seio de uma mesma comunidade. Além disso, o *homo politicus* buscaria um equilíbrio com seus desejos particulares ao mesmo tempo em que pensa em uma relação de custo benefício. (Figueiredo, 2008)

Embasado na perspectiva procedimental de democracia exposta por Dahl, um comportamento racional, todavia só é compreensível quando o arranjo institucional em que desenrola uma competição política é caracterizado como estável. Para que o eleitor aja racionalmente tem-se a necessidade de previsibilidade e um ambiente que disponibilize informações para processamento da decisão.

O ato de votar, de acordo com este aporte teórico, ganharia uma conotação essencialmente instrumental e estratégica na busca por um benefício, sendo este social ou econômico. Assim,

A visão épica da obrigação cívica cede lugar ao realismo histórico da luta política em defesa de interesses sociais e econômicos, individuais ou coletivos. Ideologia, identidades políticas e culturais e valores são reduzidos a sistemas codificados de interesses, com a função instrumental de simplificar a aquisição e processamento de informações necessárias para uma decisão política importante (Downs, 1957) O *homo psicologicus* e o *homo sociologicus* cedem lugar ao *homo economicus*: os eleitores votam por seus bolsos. (Figueiredo, 2008, p. 75-76)

Contrapondo-se às exigências de um comportamento racional exposto por Downs, há autores que apontam que o fato de o eleitor não ater-se ao meio político com assiduidade não o inibe de tomar decisões coerentes. Lançando-se em busca da diminuição de incertezas, resultado de pouco conhecimento do contexto político, o eleitor seleciona informações amplas e reduzidas para a tomada de decisão, fazendo uso, assim, do que é usualmente chamado de atalho cognitivo.

Segundo a perspectiva de Popkin, apresentada por Veiga (2001), o eleitor é racional, no modelo de Downs, na medida em que seleciona partidos, perfis de candidatos e busca minimização nos custos para adquirir informação. Mesmo que esta leitura da realidade seja em fragmentos, o fato de haver referências de contextos e experiências adquiridas em seu cotidiano que influenciam nesse processo cognitivo, faz com que a tomada de decisão não seja aleatória. Outros autores, elucidados por Porto (1998), que também seguem esta linha de raciocínio, são Lupia e McCubbins. Para estes autores, o atalho cognitivo em destaque é o conselho de outras pessoas.

Com o intuito de estabelecer os critérios de decisão que o eleitor faz uso, podemos ver dois tipos de comportamento nesta corrente: o maximizante, como prevê as teorias econômicas do voto, embasadas no modelo downsiano, e o satisfacionista, conforme a teoria economicista de explicação do voto.

Key foi um dos fundadores da teoria satisfacionista, em que o eleitor, num sistema de punição e recompensa, tende a premiar o governante caso a economia cresça, e puni-lo, beneficiando a oposição, caso o desempenho econômico não seja satisfatório. O voto detém um caráter, assim, retrospectivo. Deste modo, o critério de decisão do comportamento

satisfacionista é obter o mínimo de satisfação possível no cenário apresentado a partir da avaliação do desempenho da gestão que se finda. Considerando que esta abordagem foi desenvolvida em uma realidade política bipartidária, ela se torna insuficiente para explicar eleições onde exista mais de uma oposição.

O comportamento maximizante diferencia-se da abordagem exposta anteriormente na medida em que defende que o eleitor busca satisfazer ao máximo suas necessidades, avaliando o passado e vendo dentre as opções disponíveis a que mais lhe agregue ganhos futuros (Figueiredo, 2008). Assim, o voto ganha um caráter prospectivo, que influenciaria diretamente na direção do voto, ao passo que o caráter retrospectivo influenciaria as perspectivas futuras, além de incidir sobre a formação de preferência partidária. Além disso, como crítica ao modelo de Key, Kramer e Downs, Fiorina (1981) salienta que a identidade partidária, variáveis sócio-demográficas e expectativas quanto ao futuro são fatores que não podem ser negligenciados.

Kiewiet (1983), que pertence a essa corrente que salienta a importância da economia enquanto determinante do voto, acrescenta mais uma dimensão ao processo de decisão do eleitor, ou seja, além do voto retrospectivo e prospectivo, tem-se o sociotrópico e individual. Assim, podem-se ter eleitores que votam retrospectivamente, avaliando o desempenho da economia a partir de sua realidade econômica (voto retrospectivo individual) ou aqueles que avaliam tal cenário econômico a partir do cenário nacional (voto retrospectivo sociotrópico). O mesmo valeria para o voto prospectivo.

Esta abordagem teórica, portanto, parte do individualismo metodológico para apreensão de fenômenos sociais, distanciando-se, assim, da perspectiva sociológica que invoca organizações sociais como fatores explicativos. Em sua essência também se distancia da corrente psicológica, ainda que esta também faça uso de individualismo metodológico, na medida em que o que levaria o indivíduo racional a agir seria seu cálculo estratégico. Na corrente psicológica os fatores incorporados durante a socialização seriam o aspecto motivacional explicativo do comportamento eleitoral.

### **3 Voto econômico na América Latina**

Como exposto anteriormente, o voto econômico estaria relacionado com a ideia que o eleitor estaria propenso a punir ou recompensar o mandatário, seja retrospectivamente, bem como prospectivamente. Além disso, há na literatura vertentes que apontam os níveis de

interesses econômicos levados em consideração durante a decisão eleitoral, que podem contemplar desde aspectos individuais até cenários de abrangência nacional.

Segundo Weyland (2003), há diversos estudos que visam analisar o impacto da economia na escolha eleitoral bem como na popularidade do mandatário, seja esta análise embasada em índices econômicos objetivos, bem como na avaliação subjetiva do eleitor. Numa perspectiva materialista, o cenário econômico estaria entre as preocupações centrais do cidadão e, por conta disso, os mandatários, que seriam responsabilizados pela situação econômica do país, estariam suscetíveis a tais aspectos. Em contrapartida, haveria outra corrente de estudos que considera alguns fatores políticos e ideológicos como predominantes em relação ao desempenho do mandatário. Aspectos ideológicos podem incidir sobre uma avaliação econômica e sobre a informação a que o eleitor tem acesso. Seria assim, uma variável de caráter mais interveniente do que necessariamente independente.

Há uma vasta literatura que com o intuito de empreender o comportamento eleitoral, tendo em vista a economia, confirma a relevância de tal aspecto para a decisão eleitoral ou avaliação de governo. Tais estudos, inicialmente, centravam-se em regiões ou países mais desenvolvidos, como é o caso da Europa Ocidental e Estados Unidos. Essas pesquisas tinham por enfoque as implicações eleitorais decorrentes do desempenho do mandatário no campo econômico, como o "*political business cycle*" ou a força relativa de questões econômicas na decisão eleitoral. (e.g., Alt and Chrystal 1983; Beck 1982; Bellucci 1984; Eulau and Lewis-Beck 1985; Franz 1986; Hibbs and Fassbender 1981; Lewis-Beck 1988; Tufte 1978; Visser and Wijnhoven 1990; Whiteley 1986 apud Remmer, 1991). Os estudos latino-americanos, inseridos nesse debate econômico, por sua vez, colocariam em um segundo plano as questões eleitorais. Nesses estudos havia maior enfoque em analisar o vínculo entre as condições econômicas e rupturas democráticas observadas (Remmer, 1991).

Para Weyland (1998), tal carência de estudos de comportamento eleitoral latino-americano seria decorrente da frequência de rupturas democráticas observadas entre 1960 e 1970, que limitavam o número de pleitos realizados. De todo modo, o autor salienta a necessidade de voltar à análise para estes casos que apresentam instabilidade econômica e crises recorrentes. É importante entender também por que

[...] programas de ajuste intensos têm recebido apoio popular em alguns casos, mas não em outros; bem como casos onde vários líderes políticos, que promulgaram reformas neoliberais draconiana ganharam

e mantiveram o apoio maciço nas pesquisas de opinião e eleições (Weyland, 2003, p.824)

Os estudos de comportamento eleitoral que analisam a relevância de aspectos econômicos poderiam, de acordo com Lewis-Beck e Stegmaier (2000), ser divididos em três ondas. Embasados em análise de nível agregado, contemplando estudos transnacionais ou séries temporais, a primeira onda trabalharia essencialmente com dados econômicos macroestruturais, tais como taxa de desemprego, Produto Interno Bruto (PIB), renda e inflação. A segunda onda de estudos, por sua vez, faz uso de variáveis subjetivas de análise do desempenho econômico. Além disso, há a exploração de avaliação retrospectiva e prospectiva. Por fim, a terceira onda de estudos sobre comportamento eleitoral incorpora em seus modelos analíticos variáveis de caráter contextual. Esta última onda problematiza o papel das instituições, como, por exemplo, grau e tipo de eleição, número de partidos e coalizões, que poderiam vir a impactar na centralidade que a economia ocuparia na vida dos eleitores.

Estudos sobre o voto econômico em democracias avançadas, que confirmam a relação estabelecida entre economia e a decisão eleitoral, diferenciam-se em duas dimensões, segundo Lewis-Back e Steigmaier (2008): a variável dependente empregada e o nível de análise empregada. Os estudos acabam empregando, comumente, enquanto variável dependente, a votação alcançada pelo líder nas eleições. Por consequência, poucos são aqueles que empreendem análises do voto econômico tendo em vista a avaliação de governo, que seria também outra variável dependente relevante para mensuração do fenômeno em questão. Assim, os autores pontuam essa lacuna em estudos transnacionais na América Latina. No que se refere ao nível de análise, é possível observar na literatura estudos que trabalham com dados no nível agregado em contraposição àqueles que fazem uso de dados no nível individual.

Outro ponto que merece ser destacado refere-se às variáveis econômicas empregadas nesses estudos. Como Lewis-Back e Steigmaier (2008) apontam, não se tem uma padronização das variáveis empregadas e isto pode vir a ser decorrente da datação recente de pesquisas eleitorais. Há estudos que fazem uso de dados objetivos, sendo recorrente o uso de variáveis como inflação, taxa de desemprego e PIB per capita. Outras variáveis empregadas são de caráter subjetivo, como avaliação econômica, seja esta sociotrópica ou individual.

Remmer (1991) aponta que a inflação e crescimento econômico seriam aqueles índices macroeconômicos tradicionalmente aceitos na literatura que impactariam na percepção dos indivíduos. Na América Latina, a taxa de câmbio torna-se uma dimensão internacional relevante para apreensão de crise na região. Como o autor pontua, tanto os indicadores de inflação, quanto de câmbio, por serem disponibilizados a cada trimestre, tornam possível o acompanhamento do impacto da economia na apreensão do comportamento eleitoral ao longo de um determinado tempo.

A divergência entre a percepção do eleitor a respeito da economia e o real desempenho da economia é outra questão que aparece quando temos por apreensão o voto econômico. Intentando analisar como seria a percepção dos eleitores a respeito da economia, Lewis-Beck, Martini e Kiewiet (2013) fazem uso de dados do Estudo Nacional de Eleições Americanas (ANES), entre 1968 e 2008. A suposição acerca da incoerência que poderia estar presente no sistema de crenças das massas não se sustenta: as percepções a respeito do desenvolvimento da economia coincidem com o desempenho real da economia. Assim, tal estudo, a respeito do voto retrospectivo econômico, embasado em aspectos subjetivos, apresenta indícios de uma base segura para empreender o impacto da economia em processos eleitorais.

Weyland (2000), por sua vez, sugere que os índices econômicos que se mostram relevantes no seio da sociedade mudariam de acordo com o contexto. Em momentos de crise, os eleitores focariam em determinadas pautas econômicas, mas depois de sanadas, haveria uma espécie de migração para outro aspecto econômico. Weyland (2000) pontua ainda que os louros de resolução de uma crise não revertem-se em uma gratidão duradoura ao mandatário.

Em suma, a literatura existente defende a presença de posturas alternativas para votação econômica tradicional, devido ao alto grau de volatilidade das condições econômicas, que são mais características de países em desenvolvimento vis-à-vis as democracias estáveis, industrializadas (Stokes 1996, 2001 apud Arce, 2010, p. 37).

Singer segue a mesma linha de argumentação de Weyland (2000). Singer (2013) tem como pressuposto geral que a crise inflacionária, que caracterizou o cenário econômico da década de 80 na América Latina e que era um tema central nos processos eleitorais, perde sua força entre 2000 e 2010. Ou seja, uma vez estabilizado os índices inflacionários, tal temática não apresenta impacto nas decisões eleitorais. Tendo por base dados individuais a nível

agregado, confirma-se também que a proporção de latino-americanos que apontam que a inflação está entre os problemas de maior relevância decresce com o passar dos anos. Segundo Singer,

Uma possibilidade é que a importância global da economia se desvaneceu e as questões não-econômicas têm tomado seu lugar. Taxas de criminalidade crescentes, em particular, podem ser colocadas na ordem do dia e reduzir a atenção dos eleitores para a economia. No entanto, os altos níveis de pobreza e insegurança econômica na região, bem como as debilidades econômicas contínuas de muitas economias e a história de crises econômicas podem manter o desempenho econômico na vanguarda dos debates econômicos (Singer, 2013, p. 4).

A agenda de preocupações, assim, voltar-se-ia para outras questões econômicas. Dentre os aspectos que ganham relevância estão a taxa de crescimento econômico, a criação de novas oportunidades empregatícias e a redução da pobreza.

Para a sua construção analítica, Singer (2013) faz uso de dados a nível agregado de 79 eleições presidenciais entre 1982 e 2010. E a hipótese inicial, de mudança na pauta em atenção no período eleitoral, é corroborada. Ou seja, averiguam-se mudanças nas preocupações no decorrer das últimas três décadas.

Os cidadãos são menos propensos a identificar os preços ou salários como pressões de preocupações políticas do que eram no final de 1990. O apoio eleitoral para o partido no poder também é afetado mais diretamente pelo crescimento do que a inflação no período de 2000-2010, que seria uma mudança das duas décadas anteriores. No entanto, a importância global das questões econômicas permanece elevada na região. Os eleitores ainda têm os políticos como responsáveis por suas políticas econômicas, mas eles mudaram suas demandas, de acordo com o contexto econômico. (Singer, 2013, p. 5)

Assim, mais importante do que verificar o impacto da economia no comportamento eleitoral, para Singer (2013), é verificar quais índices se mostram mais relevantes de acordo com o contexto em que estão inseridos os países em análise. Mas de todo modo, questões econômicas apresentam-se sempre como relevantes nas discussões eleitorais na medida em que os eleitores preocupam-se com interesses materiais. Singer também pontua que demandas econômicas tendem a ocupar mais espaço na agenda pública em países vulneráveis, economicamente falando.



Um ponto de discussão que Singer levanta, mas sem a pretensão de contemplá-la em sua análise, versa sobre a possibilidade de relação entre suprimento de questões econômicas - como a inflação - e a ascensão de partidos de esquerda. Ainda que tais partidos sejam comumente associados a reformas econômicas mal sucedidas, com um cenário econômico mais estabelecido, os eleitores se sentiriam a vontade por optarem por uma escolha política que voltar-se-ia, em tese, para investimentos na geração de empregos e programas sociais.

Outro estudo que evidencia como as temáticas em discussão estão passíveis de serem alteradas é o trabalho sobre o Peru, de Weyland (2000). O autor tem por intuito analisar o impacto da crise econômica e a resolução de demandas políticas, como ameaças de guerrilhas, que perpassaram a gestão de Fujimori, no Peru. Em meados de 1993 houve um processo de recuperação econômica e controle da inflação, bem como diminuição nos índices de violências das ações das guerrilhas. Dada as conquistas do executivo, tanto na esfera econômico quanto no combate de forças insurrecionais, é possível inferir que isto se reverteu em um gradativo na popularidade de Fujimori e sua posterior reeleição. Entre 1992 e 1996, Fujimori detinha a aprovação popular entre 58 e 80 por cento. Quando foi realizada uma análise de regressão, todavia, evidenciou-se que o combate a ameaças das guerrilhas não ocasionou um amparo ao presidente de médio e longo prazo. Ou seja, depois de suprida tal demanda política, haveria um breve impacto na popularidade do presidente, mas logo a agenda pública se ocuparia de outras demandas. No que se refere às questões econômicas, como emprego e o crescimento da economia nacional, se mostram relevantes de modo permanente.

Os estudos divergem também quanto ao nível de análise empregada. Estes podem ser de nível agregado ou individual. Dentre os que apontam enquanto melhor estratégia analítica os dados de níveis agregados,

Como MacKuen, Erikson e Stimson argumentam, uma "vantagem convincente de macro-análise é que as fontes idiossincráticas de variação no julgamento econômica são neutralizadas" (1992:5 99; ver também Kramer 1983 apud Weyland, 1998, p 347)

Seguindo pressupostos teóricos de Kinder e Kiewiet, em que se observa a sobressaliência do voto econômico sociotrópico, Kramer (1983) busca averiguar qual dos níveis seria o mais apropriado. Seus dados mostram que há diferenças e, de acordo com o autor, isso já era esperado, na medida em que se utilizam diferentes mensurações. O autor

defende também que o melhor nível de mensuração é dos dados no nível agregado. Os dados a nível individual, segundo ele, se comportariam de maneira imprevisível, podendo nem estar relacionado com o comportamento individual que se busca mensurar. Cabe a ressalva, de todo modo, que há estudos que encontram resultados significativos quando empregam o nível individual.

### **3.1 Análises de casos latino-americanos**

Com vistas a analisar o impacto da economia no voto venezuelano, Weyland (1998) utiliza-se de terminologia de um estudo estadunidense, em que aqueles que votam prospectivamente se comportariam como “banqueiros”, ao passo que aqueles que se comportariam como “camponeses” votariam tendo em vistas questões do passado. Nesse estudo, Mckuen et al. (1992 apud Weyland, 1998) evidenciam que os estadunidenses votam prospectivamente, enfocando em questões nacionais. Seriam, destarte, banqueiros. Partindo de tal estudo, Weyland busca averiguar em que medida é possível observar o voto prospectivo sociotrópico na Venezuela. Uma vez que é um país marcado pela pobreza, tem-se a indagação de que questões de ordem individual impactariam de modo mais significativo o comportamento eleitoral. A análise levou em consideração o peculiar contexto econômico que vivia a Venezuela. O país passava por uma crise econômica que marcava uma recessão no crescimento econômico e a elevação dos índices de pobreza.

Os resultados indicam que a avaliação retrospectiva individual não apresentou uma relação estatisticamente significativa. No que se refere à avaliação individual prospectiva, esta estaria altamente correlacionada com a popularidade do presidente Carlos André Pérez e aprovação de ajustes neoliberais. A avaliação sociotrópica prospectiva, entretanto, não apresentou impacto esperado. Os venezuelanos se comportariam, assim, mais como banqueiros do que camponeses. Mas, ao contrário do caso estadunidense, os venezuelanos urbanos se preocupam em esfera individual preliminarmente, ao invés de interesses nacionais. Por isso é compreensível a falência do presidente Pérez, apesar de suas realizações macroeconômicas.

O caso peruano é outro estudo que relaciona o papel da economia com a aprovação do presidente em uma série temporal (1985-2008) (Arce e Carrión, 2010). O Peru experimentou sérias crises econômicas entre as décadas de 1980 e 1990, que foram seguidas

de décadas prósperas e que apresentavam estabilidade econômica. Arce e Carrión (2010) apontam que haveria uma carência de estudos que se voltam para o voto econômico peruano em momentos em que a economia estaria estabilizada. Assim, com um estudo longitudinal, os autores pretendem suprir essa lacuna.

Para tal objetivo, Arce e Carrión adotaram como variável dependente a avaliação do presidente. E como variáveis independentes a inflação, renda, períodos de crise e alguns fatores políticos - como é o caso da Guerrilha do Sendero Luminoso.

Contra a discussão da literatura que aponta que em tempos de crise haveria um distanciamento do voto econômico tradicional, a análise empírica de Arce e Carrión (2010) confirma o padrão de impacto da avaliação econômica, retrospectivamente, no voto dos peruanos. Além disso, foi possível observar que

Os eleitores são sensíveis a um aumento geral da inflação. O sinal negativo associado à inflação indica um declínio no apoio incumbente quando os preços ao consumidor sobem. Aprovação presidencial também responde, de forma linear positiva para mudanças no índice dos salários reais, embora o efeito não é muito forte (Arce, 2010, p. 43)

Weyland (2003), por sua vez, analisa o impacto da avaliação econômica nas eleições de 1998 da Venezuela, que perpassou por uma reforma radical com o governo do presidente Hugo Chávez. Tal eleição, de acordo com o autor, apresentaria vantagens para analisar o impacto de questões econômicas e questões políticas-ideológicas. Em seu trabalho, Weyland explora a ideia de que um apoio ao candidato situacionista poderia não sofrer retaliações a ponto de prejudicar sua eleição frente a um cenário econômico instável, quando os eleitores não identificam na oposição a capacidade de solucionar problemas.

Por meio de uma análise "multinomial logit" com avaliações econômicas, prévias ao processo eleitoral, percebeu-se a relação destas avaliações com o apoio a Chávez. Excetua-se, de todo o modo, a avaliação retrospectiva individual. De acordo com o autor, tem que ser levado em consideração também o papel do carisma de Chávez nesse processo.

Parece que muitos cidadãos simplesmente sentiram-se compelidos a acreditar no carisma de Chávez, independente de avaliações de seu real desempenho. De fato, pesquisas posteriores mostram que as expectativas na capacidade do novo presidente para a resolução de problemas foram notavelmente divorciadas das avaliações de seu

desempenho real. Além disso, comparações diacrônicas e transnacionais sugerem que as pessoas têm esperanças especialmente elevadas em líderes políticos proeminentes quando enfrentam crises graves (Weyland, 2003, p. 825).

Weyland atenta que, além de corroborar a existência do voto econômico na Venezuela, há também resultados que apontam para o papel de questões cognitivas e psicológicas para entendimento do comportamento eleitoral. A ideologia poderia vir a pautar a forma pela qual o eleitor fará a avaliação econômica. Um eleitor, por exemplo, que tenha preferência por uma política liberal, tenderá a avaliar positivamente um candidato que defenda tais bandeiras.

Contrariando os achados de Echegaray, os trabalhos de Mendes e Venturi (1994) e Meneguello (1995), evidenciaram que nas eleições brasileiras de 1994, a implementação da segunda etapa do Plano Real (que incluía a troca de moeda e a queda na inflação), desenvolveu um papel relevante na eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Fazendo uso de dados disponibilizados pelo DataFolha, foi realizada uma análise de curva, buscando estabelecer a relação entre intenção de voto e a aprovação do Plano Real. Segundo o trabalho de Mendes e Venturi (1994), foi possível observar que setores da sociedade mais marginalizados tiveram um processo mais lento de associação entre o Plano Real e o candidato FHC, quando comparado com eleitores menos marginalizados. Meneguello (1995) por sua vez, evidenciou o forte peso do voto retrospectivo, seja este egoísta ou sociotrópico. Quando verificado o perfil socioeconômico em torno das candidaturas principais, a autora também evidenciou que o voto explicado a partir da perspectiva sociológica não se sustentava, uma vez que ambos os candidatos apresentavam adesões de eleitores com perfis homogêneos. No que se refere à identificação partidária, esta também se apresentou como um fraco preditor de intenção de voto.

Outro estudo de caso brasileiro, pertinente a ser abordado, é o trabalho de Camargos (2003). Com dados de junho a setembro de 1998, Camargos (2003) visou analisar a relevância do voto econômico no caso brasileiro, além da importância da popularidade do presidente e da preferência partidária. Os resultados demonstraram que a preferência partidária só tem algum impacto quanto a eleitores que possuem simpatia pelo PSDB e PT. Segundo Camargos (2003) “[...] enquanto a simpatia pelo PSDB, em média, triplica a chance de se votar em Fernando Henrique, a preferência pelo PT diminui em 88% a chance de se votar nesse candidato” (Camargos, 2003, p. 136). Já no que se refere à avaliação de governo, “[...] o aumento em

cada unidade na escala de “avaliação de governo” está associado a um aumento médio de 8,3 vezes na chance de voto nesse candidato (FHC)” (idem, ibidem).

Em observação a variáveis que versam sobre a avaliação da economia, Camargos apontou que nas eleições de 1998, a única variável que apresentou um impacto significativo longitudinalmente no voto em Fernando Henrique Cardoso foi a avaliação prospectiva sociotrópica. Com um aumento no decorrer das eleições, tal avaliação impactou positivamente o voto em Fernando Henrique Cardoso. Seguindo a tendência da avaliação prospectiva, no caso da avaliação retrospectiva observa-se um maior impacto da sociotrópica quando comparada à avaliação retrospectiva pessoal. Quando se observa a votação em Lula, verifica-se que a avaliação prospectiva sociotrópica também é relevante, assim como a preferência pelo PT. Um ponto de destaque é que a avaliação da economia prospectiva sociotrópica foge da regra e apresenta impacto positivo na votação de ambos os candidatos. Excetuando esta variável, as demais se comportam como se esperava. Conclui-se, assim, que o eleitor brasileiro apresenta certa coerência em seu comportamento eleitoral.

Com o intuito de apreender sobre o comportamento eleitoral brasileiro entre 1986 e 1998, Carreirão (1999) busca entender como a avaliação do desempenho no governo e sua relação com o voto, bem como a relação entre avaliação de governo e economia. Para tanto, o autor utiliza-se de dados de pesquisa de opinião pública e indicadores econômicos como inflação, desemprego, renda e crescimento econômico.

Nas eleições de 1989 averigua-se uma relação entre avaliação de governo e o voto do candidato situacionista, em que uma baixa avaliação de governo reverteu em um baixo retorno nas urnas. No que se refere às eleições de 1993 e 1998, as variáveis intenção de voto, avaliação de governo e avaliação do Plano Real apresentaram-se altamente correlacionadas com o voto em Itamar Franco, em 1993, e em Fernando Henrique Cardoso, em 1998. Quando a análise volta-se para a relação entre os indicadores econômicos e avaliação de governo, observa-se a saliência da inflação entre as eleições entre 1986 e 1998. Destarte, como já foi constatado no trabalho de Camargos, é possível observar a existência do caráter responsivo dado ao voto, no sentido que um bom desempenho do governante converteria em um resultado eleitoral satisfatório.

### 3.2 Estudos transnacionais

Intentando analisar o impacto da macroeconomia em países latino-americanos, Remmer (1991) faz uma análise de vinte e uma eleições, entre 1982 e 1990, em nível agregado. Em decorrência de crises, foi evidenciado que os candidatos situacionistas sofrem quedas em seus apoios e, com isso, averigua-se também um alto grau de volatilidade. Compartilhando os achados de Singer, Remmer verifica a relevância da inflação nesse cenário eleitoral, em contraposição ao índice de crescimento econômico. No que se refere à volatilidade, Remmer aponta que isto pode ser reflexo da estrutura partidária fragilizada, com o surgimento de novos partidos. Assim, para Remmer, mais que a idade da democracia, a configuração do sistema partidário pode ser um aspecto que contribua para uma instabilidade democrática.

Em uma análise comparativa de países da América Latina e atualizando os achados de Remmer (1991), Benton (2003) busca averiguar o processo democrático, sob a perspectiva de que as recorrentes crises atinentes à região desenvolveram memórias econômicas sofisticadas em 39 eleições presidenciais de 13 países latino-americanos. Em decorrência disso, o descontentamento com o regime democrático estaria atrelado ao desempenho de governantes no decorrer das gestões. O autor pressupõe que diferenças do contexto político afetam a forma dos efeitos econômicos sobre o comportamento eleitoral:

Quando arranjos institucionais políticos permitem a entrada e sobrevivência de muitos partidos no sistema, os eleitores vão adotar como critério prazos mais longos no processo de escolha entre os partidos nas eleições. Em ambientes institucionais políticos mais restritivos, em contrapartida, a escassez de opções políticas obriga os eleitores a considerar somente as flutuações econômicas de curto prazo ao decidir quem apoiar. Este artigo demonstra assim que as memórias econômicas da América Latina são de longo prazo, mas que as instituições políticas afetam o modo como as preocupações dos cidadãos traduzem-se em apoio político. (Benton, 2003, p.1)

Em cenário que não há espaço para partidos pequenos, haveria um prevalecimento do principal desafiante. Em que pequenos partidos atuam, por sua vez, os eleitores tenderiam a penalizar forças tradicionais e votar em novas lideranças. Ou seja, o número de partidos, bem como a distribuição destes nas eleições nacionais são fatores que incidem sobre o impacto da

economia e escolhas eleitorais (Benton, 2003). Tal papel a respeito do desenho institucional sobre o voto econômico será explorado mais adiante.

Como aponta Lewis-Beck e Ratto (2013), todavia, tais análises comparativas da realidade se restringem a dados a níveis agregados, podendo estar suscetíveis a falácia ecológica. Assim, uma análise tendo por unidade analítica os indivíduos pode vir a ser de grande relevância também. Com tal perspectiva, os autores fazem uso de dados disponibilizados pelo Latinobarômetro para analisar doze países latino-americanos. Os achados corroboram os aspectos já encontrados em democracias mais consolidadas. Ou seja, a avaliação econômica retrospectiva sociotrópica apresenta um relevante impacto no suporte dado ao mandatário. Independente do grau de desenvolvimento do país, destarte, o presidente está sujeito ao seu desempenho nas áreas econômicas.

Veiga (2013), por sua vez, entende que aspectos macroeconômicos impactam na percepção que o eleitor tem da economia e que esta percepção, por consequência, interferirá no comportamento eleitoral observado. Para tanto, a autora faz uso de eleições legislativas e presidenciais de dezoito países latino-americanos, em nível agregado, entre 1995 e 2010.

Utilizando-se do modelo de regressão hierárquica, em um primeiro momento há a contemplação de variáveis exógenas enquanto variáveis independentes, que viriam impactar em variáveis endógenas.

Em sua análise, Veiga constata que PIB e inflação não impactaram na decisão eleitoral diretamente. Em contrapartida, foi possível observar que, dentre as variáveis exógenas, investimento sociais é um fator relevante. PIB e investimento social interferem na avaliação econômica retrospectiva que, por sua vez, estão relacionados com perdas ou recompensas de candidatos situacionistas. No que se refere às avaliações econômicas prospectivas, essas não apresentam resultado significativo.

Além desses estudos, pode-se citar, como nos mostra a leitura de Lewis-Beck e Stegmaier (2007), o trabalho de Helwig (2001). De acordo com esse autor, quando se analisa o voto econômico, é necessário ter em vista o processo de globalização. Dada a integração internacional econômica, o presidente apresentaria recursos limitados de atuação. Os eleitores cientes disso tenderiam a amenizar a centralidade da economia em sua decisão eleitoral.

Em seu estudo transnacional, que também parte da premissa que o contexto político é relevante, Lewis-Beck (1988 apud Lewis-Beck e Stegmaier, 2007) aponta que haveria divergências quanto à consistência entre os países. Isso, segundo o autor seria decorrente da “coalitional complexity”, ou seja, haveria casos em que as responsabilidades sobre as medidas



governamentais estariam mais dispersas. O caso britânico, que apresentaria a relação de maior consistência entre avaliação econômica e voto, seria unipartidário, enquanto que, em outro extremo, a base governista da Itália era composta por cinco partidos.

Com intuito de analisar as eleições presidenciais na América Latina entre 1982 e 1994, Echegaray (1995 apud Camargos, 2003), faz uso de dados macroeconômicos (taxa de crescimento do PIB e PIB per capita) e informações da opinião pública como aprovação do desempenho do presidente e identificação partidária. Fazendo uso de testes associativos, a análise evidenciou que a avaliação do desempenho do presidente, mais do que fatores econômicos, influenciou na votação do partido situacionista. Camargos (2003) aponta que uma das grandes falhas de Echegaray é não trazer a avaliação subjetiva da economia, para que fosse possível averiguar em que medida tal variável se relacionaria com avaliação do presidente.

Os estudos expostos anteriormente confirmam que, apesar de carência analítica que sofriam países latinos americanos, o desempenho do candidato situacionista na esfera econômica é levado em consideração durante processos eleitorais. Os estudos também apontam que não há definições muito rígidas acerca do impacto de uma avaliação prospectiva ou retrospectiva, bem como se esta é egoísta ou sociotrópica. Em relação a qual área da economia é, de fato, relevante, é possível averiguar que essas estariam suscetíveis ao cenário econômico e social do país em análise. Como alguns estudos citados anteriormente, o desenho institucional também se apresenta como um aspecto pertinente nos estudos de voto econômico. Considerando o objetivo do trabalho, seguem trabalhos com tal enfoque institucionalista na próxima seção.

#### **4. O voto econômico institucionalista**

Como aponta Anderson (2007), em meados da década de oitenta houve a expansão de diversos projetos que visavam a formação de bancos de dados transnacionais. Essa expansão foi acompanhada de um crescente número de democracias que se tornariam passíveis de serem estudadas, bem como o desenvolvimento tecnológico e avanço em técnicas estatísticas que permitiriam desenvolver a análise comparativa entre países, como também, a aplicação de modelos hierárquicos.

Tal cenário foi acompanhado também pela emergência de questões institucionais em todo o campo da ciência política. Haveria, segundo Anderson (2007), o desenvolvimento de

uma preocupação acerca de variáveis contextuais na compreensão do comportamento político, que fora permitido graças ao desenvolvimento de *surveys* e avanço em técnicas estatísticas.

Com tal intuito de empreender uma análise a respeito do processo de constituição das escolhas eleitorais, há estudos que contemplam, para além de questões sociais, econômicas e ideológicas, as variações atinentes ao contexto institucional em que estão inseridos tais indivíduos. Como apontam Dalton e Anderson (2011), por exemplo, um ambiente político que coloque à disposição maiores opções partidárias tenderia a traduzir de forma mais direta os interesses de diversos segmentos da sociedade. Em um cenário eleitoral com maior clareza de identificação das opções políticas disponíveis, o candidato situacionista poderia também estar mais sujeito a aspectos da *accountability*. O contexto institucional pode interferir, inclusive, com distinções internas em um país em específico. Mas não haveria um consenso na literatura sobre o impacto do contexto político no comportamento eleitoral, uma vez que é possível observar em algumas pesquisas um tratamento autônomo que se confere ao eleitor. Para Dalton e Anderson isso é reflexo, em parte, da metodologia empregada em pesquisas de opiniões públicas que, ao tentar alcançar uma amostra de abrangência nacional, acabam por não captar minúcias do contexto social e político de cada eleitor. Além disso, aspectos relevantes do contexto, tais como estrutura constitucional e as regras eleitorais, tendem a não variar muito em uma unidade nacional. Em decorrência disso, há a necessidade de estudos que visem empreender os efeitos contextuais e que contemplem diversos países com variações em sua política contextual. Os autores também pontuam que não partem do pressuposto que os indivíduos têm capacidade de identificar e analisar as consequências decorrentes de cada variação institucional.

Sniderman e Levendusky (2007) apontam que, tendo em vista a potencialidade do contexto institucional em impactar a decisão eleitoral, tem-se a necessidade de analisar tal processo tendo em vista uma dimensão interna e externa. O aspecto interno versa sobre a captação de preferência do eleitor tendo em vista as opções que se tornam disponíveis em um determinado contexto. Já em relação à dimensão externa, segundo os autores, é necessário empreender uma análise a respeito da natureza das escolhas que se tornam disponíveis. Reforçando tal ponto de vista, Anderson (2007) afirma que

As pessoas não vivem em um vácuo. Eles formam atitudes e fazem escolhas em ambientes variáveis, que vem na forma de regras formais institucionais que governam o comportamento das pessoas ou na forma de diferentes condições econômicas, sociais e políticas, que

moldam a interpretação e a forma de ação das pessoas. (Anderson 2007, p.590)

Haveria, segundo Dalton e Anderson (2011), três modos em que é possível observar o papel do contexto político nas escolhas eleitorais: diretamente, indiretamente e de forma interveniente. Compreende-se por efeitos de forma direta, por exemplo, a definição de diretrizes institucionais que poderão fazer o eleitor racional se abster do ato de voto, ou de se dirigir às urnas. Enquanto que o de forma indireta, refere-se a uma influência em que se afeta uma variável independente, que por sua vez irá afetar a variável dependente. Um exemplo desse efeito indireto seriam as regras eleitorais que modificam o cálculo e o comportamento dos dirigentes, e, assim, têm-se modificações no “cardápio” disponível para escolha do eleitor. Por fim, compreende a influência de forma interativa quando se têm uma terceira variável na análise em questão. Dentre essas possibilidades de consequências institucionais no comportamento do eleitor, Anderson (2007) salienta que tanto teoricamente, como empiricamente, quando se aprofunda a discussão, os efeitos são mais de caráter secundários ou indiretos, do que direto, propriamente dito.

De acordo com Dalton e Anderson (2011), o contexto político, considerando o sistema eleitoral e político, pode moldar o comportamento político ao determinar “[...] o número de escolhas, a natureza das escolhas, e a previsibilidade das escolhas.” (Dalton e Anderson, 2011, p. 9). No que se refere ao número de opções elegíveis, como apontam Dalton e Anderson (2011), “[...] a diversidade das escolhas é mais relevante que o número.” (Dalton e Anderson, 2011, p. 10). Como quantidade não necessariamente reflete em diversidade ideológica, cabe também averiguar a natureza das opções à disposição. Com tal intuito, uma medida possível é analisar o grau de polarização ideológica. A estabilidade das escolhas é outro ponto relevante dentre os aspectos institucionais que se relacionam a escolha eleitoral. Quando se verifica elevada volatilidade eleitoral, existiriam maiores dificuldades para se estabelecer o voto econômico tendo em vista as escolhas programáticas.

Tais concepções teóricas são contempladas em discussões sobre o voto econômico (Anderson, 2000; Dorussen and Taylor, 2001; Norpoth, 2001; Paldam, 1991; Powell and Whitten, 1993; Rudolph, 2003; Samuels, 2004 apud Anderson, 2007). Busca-se, nesses trabalhos, averiguar em que medida a avaliação sobre o desempenho econômico do mandatário, que seria revertida em decisão eleitoral, está sujeita a estrutura institucional em que o indivíduo está inserido.

#### 4.1 Clareza de responsabilidade

Partindo da discussão institucionalista para apreender o voto econômico, Powell e Whitten (1993) analisam 102 eleições de 19 democracias industrializadas entre 1969 e 1988. Tendo como método a análise multivariada, os autores têm por objetivo ver de que modo a imagem ideológica do governo vigente; a base eleitoral, tendo em vista a votação em eleições anteriores e o nível de clareza de responsabilidade das políticas implementadas são fatores influentes no processo de elaboração de escolhas eleitorais ao moldar a percepção sobre o desempenho do mandatário na agenda econômica.

Em seu estudo, Powell e Whitten (1993) partem do pressuposto que há quatro aspectos do contexto político que devem ser levados em consideração, já que influenciariam a avaliação realizada pelos indivíduos a respeito do desempenho econômico do mandatário. Inicialmente, os autores pontuam a necessidade de analisar a avaliação do desempenho econômico do país em estudo, com vistas em outras democracias industrializadas, na mesma faixa temporal. Além do saldo de votos do mandatário em eleição anterior, tanto a imagem ideológica do governo quanto a clareza de responsabilidade são aspectos contextuais relevantes para se compreender o comportamento eleitoral.

Primeiramente, Powell e Whitten pontuam que é relevante ter em consideração a conjuntura mundial, na medida em que, conforme autores hipoteticamente apontam, um eleitor tenderá a punir de forma mais severa seu governante quando a taxa de inflação estiver em torno 10%, em comparação com outros países que nessa mesma época estejam com uma média de 3%. Quando a inflação, por mais alta que esteja, em comparação com os demais países, não estiver tão discrepante do cenário internacional, o mandatário seria menos penalizado. Em relação ao balanço de votos em eleições anteriores, tal aspecto se faz interessante para compreender a base de governo com a qual o mandatário tem apoio (Powell e Whitten, 1993).

A tendência ideológica do governo é outro aspecto do contexto político ressaltado por Powell e Whitten, na medida em que, conforme tal orientação no espectro esquerda-direita, ter-se-iam formas distintas de lidar com políticas econômicas. Governos considerados de esquerda, em tese, fariam uso do Estado de maneira ostensiva, focando sua gestão em questões atinentes à renda populacional e enfoque em classes trabalhadoras urbanas. Uma plataforma de governo que pudesse ser localizada no espectro ideológico como direita, por sua vez, estaria mais vinculada à preocupação de caráter inflacionário e medidas de controle

de impostos, com enfoque em eleitores de classe média suburbana e rural (Powell e Whitten, 1993, p 404). Considerando esse peculiar direcionamento de medidas econômicas nas plataformas programáticas dos partidos, espera-se que o eleitor avaliará o governo, tendo em vista tal distinção, sendo assim, fator relevante no processo de formulação da escolha.

Além desse delineamento programático dos partidos, que fará com que o eleitor julgue de forma diferente o desempenho do situacionista na esfera econômica, Sniderman e Levendusky (2007) salientam que os partidos políticos têm poder de agendamento ao focalizar ou deixar para segundo plano determinadas temáticas. A identificação ideológica do partido situacionista, assim, é um meio pelo qual fará com que o eleitor detenha maior atenção sobre determinadas pautas econômicas.

Por fim, clareza da responsabilidade, que, de acordo com o objetivo do trabalho, terá maior enfoque, está relacionada ao ambiente de formulação de políticas e a capacidade de o eleitor discernir a produção efetiva do governo para puni-lo ou recompensá-lo. Ao ter em vista tal discussão acerca da influência institucional sobre o comportamento do eleitor racional, Powell e Whitten (1993) aludem que

[...] a ligação crítica de atribuição do eleitor de responsabilidade para o governo não é meramente uma idiossincrasia a nível individual ou racionalização. Pelo contrário, refletem fortemente a natureza da formulação de políticas na sociedade e da coerência e controle que o governo pode exercer sobre essa política. Quanto maior o controle percebido unificado de políticas por parte do governo em exercício, mais provável é que o cidadão atribua a responsabilidade por resultados econômicos e políticos ao incumbente. (Powell e Whitten, 1993, p.398)

Dito de outro modo, a avaliação sobre o desempenho econômico do governante estaria sujeita ao ambiente institucional de formulação de políticas. Essa relação ocorre na medida em que o contexto político tem potencial de alterar o grau de responsabilidade atribuído ao governante pela sociedade.

Dentre os fatores que auxiliariam na clareza de responsabilidade, Powell e Whitten pontuam a necessidade de uma elevada inserção do partido situacionista em comissões no sistema legislativo. Tal aspecto é relevante na medida em que todos os partidos têm a possibilidade de ocupação das cadeiras de maneira igual, inclusive a oposição. Assim, quando se observa um legislativo muito fragmentado, a oposição pode vir a ter poder também de interferir na formulação política e, por consequência, tende a diminuir a clareza de

responsabilidade. Espera-se que em sistemas políticos em que há mais envolvimento da oposição na esfera legislativa, os candidatos situacionistas tendam a perder menos votos (ou ganhar mais votos), uma vez que serão menos penalizados, ou recompensados, em decorrência da baixa clareza de responsabilidade. Assim, quanto maior o número de fragmentação partidária entende-se que menor será o nível de clareza de responsabilidade, uma vez que – supostamente - maior será a dificuldade do partido situacionista em ocupar uma parcela significativa das cadeiras. Em países em que o sistema legislativo é bicameral (Câmara dos deputados e Senado), é relevante que o partido situacionista ocupe a maioria de assentos em ambas as casas, para elevado índice de clareza de responsabilidade.

Países que detém um elevado número de partidos efetivos necessitam, para que haja governabilidade, recorrer a mecanismos tais como a coalizão. Tal recurso, dentro do aporte teórico sobre clareza de responsabilidade, todavia, é observado como um aspecto que tende a diminuir a capacidade de discernimento para o eleitor a respeito das políticas implementadas.

Outro aspecto que pode vir a incidir sobre a clareza de responsabilidade de uma determinada gestão, tendo em vista o processo em que se dá a relação entre executivo e legislativo, seria a ausência de coesão em votações do partido que compõe o governo. O partido, que seria “[...] o grande unificador para o eleitor na urna” (Powell e Whitten, 1993, p. 399), ao não votar de forma coesa, disponibilizaria meios para que a oposição interferisse na formulação de políticas. A capacidade de agendamento legislativo do partido situacionista e de sua coalizão depende de lealdade e disciplina partidária dos componentes da base governista. Em um cenário em que não se tenha lealdade e disciplina partidária, a relação executivo-legislativo é imprevisível, embora isso possa ser visto como positivo na medida em que o presidente pode vir a negociar. (Mainwaring, 2002) Quando o comportamento da base governista no legislativo tende a ser coeso, pressupõe-se que a elaboração e a implementação de políticas ganharão contornos específicos, sendo esses discerníveis para o eleitor e, assim, elevando a clareza de responsabilidade. Por isso, além de ocupar uma maioria parlamentar, é importante verificar se há disciplina partidária.

Aspectos institucionais que interferem no que se está entendendo por clareza de responsabilidade estão inter-relacionados. Como aponta Powell e Witten, um sistema eleitoral e partidário que não assegura clareza às ações dos partidos situacionistas, é normalmente aquele com legislativo com representação proporcional, que, por sua vez, eleva a fragmentação partidária e terá, assim, maiores chances de formar um governo minoritário.

Partindo de tais concepções teóricas, Powell e Whitten analisaram dezenove países, separando entre aqueles que possuem as características que auxiliam na clareza da responsabilidade daqueles que não possuem. Nos oito casos que se enquadraram com baixos índices de clareza de responsabilidade, os efeitos econômicos tenderam a explicar pouco o voto no candidato situacionista, ao passo que nos demais onze países, o impacto do desempenho econômico sobre a escolha eleitoral é relativamente mais forte. Cabe salientar, todavia, que os autores não desmerecem a relevância do desempenho econômico em qualquer democracia.

Compreendendo que há diversas formas possíveis de problematizar o contexto político a fim de averiguar o impacto da avaliação econômica na decisão eleitoral, Anderson (2000) entende que a clareza de responsabilidade seria o aporte teórico mais adequado para tal objetivo, uma vez que parte do pressuposto que o eleitor é um agente racional, prezando pela redução dos gastos e maximização de benefícios em suas escolhas. Cenários com maior clareza de responsabilidade política poderiam refletir em uma punição ou recompensa mais ostensiva do que em cenários com responsabilidades nebulosas. Assim, o autor, incorporando ao conceito questões como clareza das alternativas disponíveis, bem como, o tamanho do partido situacionista, analisa 13 democracias europeias.

A incorporação do aspecto que versa sobre clareza de alternativas disponíveis é justificada pelo autor na medida em que a clareza de responsabilidade só faz sentido quando se tem alternativas viáveis a disposição do eleitor. Pensando em alternativas viáveis em uma dimensão mais quantitativa do que qualitativa, Sniderman e Levendusky, (2007) apontam que a restrição do número de alternativas disponíveis concorrendo em uma eleição auxiliaria a escolha eleitoral. Estudos mostram que a coerência nas escolhas pode vir a variar inversamente ao número de alternativas, uma vez que a restrição é um fator relevante para a consistência do sistema de crenças. Como a leitura de Sniderman e Levendusky (2007) nos indica, estudos de Sullivan e Bishop evidenciam esta lógica ao ver que quando expostos a duas alternativas bem delineadas, os eleitores teriam maiores facilidades em alinhar seus ideais com o que está sendo disponibilizado. Ao invés de deixá-los confusos, a polarização das alternativas vem a auxiliar esses eleitores, uma vez que em caso de insatisfação com uma plataforma de governo, tenderia a optar-se pela proposta oposta. Sistemas multipartidários, que deteriam maior número de partidos efetivos, assim, estariam relacionados a uma dificuldade no discernimento das alternativas disponíveis (Anderson, 2000). Uma vez que os



discursos eleitorais tenderiam a estarem mais dispersos, o candidato situacionista estaria menos propenso a ser punido ou recompensado pelo seu desempenho na esfera econômica.

Para mensurar a clareza das alternativas disponíveis faz-se relevante mensurar o número de partidos efetivos, a partir da fórmula Lakso e Taagepera. A vantagem de usar esta fórmula, ao invés de apenas contabilizar os candidatos, é devido a sua capacidade de distinguir partidos que sejam de fato significativos daqueles com menor expressividade eleitoral.

Outro aspecto incorporado ao conceito de clareza de responsabilidade por Anderson (2000) seria em relação ao tamanho do partido do candidato situacionista. Tal variável vai ao encontro da ideia de clareza da responsabilidade, no entanto, discorda de Powell e Whitten, ao ter em vista que enquanto a estrutura institucional tende a não mudar muito numa escala temporal, os resultados eleitorais e negociações políticas alteram os agentes que compõem o ambiente político. Assim, faz-se relevante ver como esse fator, que pode vir a sofrer mudanças em decorrências das eleições, interage com as estruturas institucionais no processo de clareza de responsabilidade. Em sua análise, Anderson (2000), mensura o tamanho do partido situacionista a partir do número de cadeiras ocupadas na Câmara legislativa, bem como a ocupação em cargos ministeriais que compõem a base governamental. É relevante ressaltar que tais pressupostos teóricos têm em vista sistemas políticos estáveis, em que o eleitor entende minimamente a complexidade da formação parlamentar.

Ao ter como variável dependente o voto no presidente e como variável independente a avaliação econômica retrospectiva sociotrópica e egoísta, bem como variáveis de controle (religião, classe social e ideologia), Anderson (2000) conclui que o contexto político desempenha um relevante papel na relação entre voto no candidato situacionista e avaliação econômica. Ou seja, onde há níveis altos de clareza da responsabilidade, menor índice de partidos efetivos pleiteando uma vaga e maior inserção do partido situacionista na base de governo e no meio legislativo, o eleitor tenderá a punir ou recompensar mais o mandatário em decorrência de seu desempenho na esfera econômica. Em contrapartida, em países em que se têm impeditivos para uma clareza da responsabilidade, o mandatário, mesmo desempenhando de forma negativa uma gestão, não estaria tão exposto a perder votos como estaria caso o desenho institucional facilitasse o processo de compreensão da accountability (Anderson, 2000).

Nadeau, Niemi e Yoshinaka (2002 apud Lewis-Beck e Steigmaier, 2007) vão além da análise de Anderson (2000), e contemplam em seu estudo uma série temporal de 1976 a

1992 em oito países europeus. Em sua análise incluíram aspectos institucionais duradouros que compõe a noção de clareza de responsabilidade de Powell e Whitten, bem como pontos que apresentam variáveis dentro de um país, como número de partidos na coalizão e longevidade do governo. Enquanto variável dependente dicotômica, os autores adotaram, em uma análise de regressão logística, a votação no partido situacionista e fizeram uso da avaliação econômica retrospectiva sociotrópica. Corroborando os achados anteriores, chegou-se à conclusão que o voto econômico era mais perceptível em países com maior clareza de responsabilidade. Foram enquadrados como detendo maior clareza de responsabilidade os países Grã-Bretanha, França, Irlanda e Alemanha. No caso da Dinamarca, Holanda, Bélgica e Itália, a relação entre avaliação econômica e voto no candidato situacionista esteve um pouco mais fraca.

Anderson (2007) aponta que haveria estudos que argumentariam que a clareza de responsabilidade poderia sofrer variações no decorrer do tempo, dentro e entre os países, na medida em que

[...] os resultados das eleições alteram o equilíbrio de poder de barganha e de elite, os quais remodelam periodicamente o contexto político em que os eleitores procuram observar o crédito e a culpa (Anderson 1995a; Bengtsson 2004; Nadeau, Niemi, and Yoshinaka 2002) (Anderson, 2007, 598-599)

Dito de outro modo, ainda que as instituições formais não sofram alterações, o cenário em que o indivíduo pode punir ou recompensar o mandatário mudará em decorrência das “[...] dinâmicas políticas criadas pelos sistemas eleitorais, sistemas partidários, processo de formação do governo e afins (Anderson 1995a, 2000)”. (Anderson, 2007, p.599).

## **5. A discussão institucionalista em países presidencialistas**

Samuels (2004) aponta que a emergência de democracias presidencialistas traz à literatura do voto econômico uma necessidade de apreensão desse desenho institucional em particular. Questões como o grau de responsabilização possível num regime presidencialista ou se há diferenças entre a responsabilização entre o executivo e legislativo são algumas das possíveis indagações. Assim, Samuels tem por indagação geral empreender tal análise.

Samuels (2004) define *accountability* “[...] como a capacidade do eleitorado em premiar ou punir os políticos incumbentes” (Manin, Przeworski, and Stokes 1999, 40 apud Samuels, 2004, p. 2004). No sistema presidencialista, de acordo com o autor, haveria uma forma peculiar de *accountability*, na medida em que o executivo é eleito popularmente e, assim, ele estaria suscetível aos efeitos diretos desse fenômeno. Seguindo pressupostos teóricos de Powell e Whitten (1993), na medida em que a clareza de responsabilidade é baixa, isso reflete em uma *accountability* baixa também.

Conforme aponta Samuels, haveria diversos aspectos que dificultam a clareza de responsabilidade, embora tais questões não sejam exclusivas do sistema presidencialista. Dentre eles poder-se-ia citar a necessidade de haver alternativas viáveis, bem como a possibilidade de informações serem negligenciadas propositadamente. Outro ponto que é questionado a respeito da *accountability* no sistema presidencialista seria relacionado a casos em que a reeleição não é permitida. Mas isso, como aponta Samuels, não chega a ser um problema na medida em que mesmo que não seja mais o mesmo candidato situacionista, a *accountability* transfere-se ao partido ao qual o presidente pertencia.

Em consonância com os pressupostos teóricos de Shugart e Carey (1992), Samuels (2004) aponta que o ciclo eleitoral poderia ser uma variável institucional que auxiliaria na clareza de responsabilidade na medida em que quando as eleições para executivo e legislativo ocorrem ao mesmo tempo, haveria maior enfoque na questão partidária, ao invés de interesses particularistas.

Definindo por sistemas presidencialistas casos em que os poderes executivos e legislativos são eleitos popularmente, por um tempo fixo, e o chefe de governo não depende do legislativo, Samuel (2004), analisa o impacto da clareza de responsabilidade em 23 democracias presidencialistas (75 eleições executivas e 103 eleições legislativas). Em sua construção analítica

explora o impacto das seguintes variáveis independentes: Concorrência, regras eleitorais (para as eleições legislativas apenas), coligações e executivo minoritário, todas operacionalizadas como variáveis *dummy*. Foi analisado cada variável diretamente e em termos interativos (com a economia). A variável dependente em todas as regressões é a absoluta variação percentual do voto para o partido do presidente da eleição anterior. (Samuels, 2004, p. 428)

Dividindo a análise entre casos em que há eleições para executivos concomitantes e não concomitantes a eleição legislativa, Samuels (2004) constatou que em eleições que se enquadravam no último caso, não houve impacto significativo das variáveis independentes. Quando as eleições não são concomitantes, não há relação que possa ser estabelecida entre apoio ao candidato situacionista e seu desempenho em eleições anteriores, bem como também a avaliação a respeito do cenário econômico.

Em casos em que há eleições concomitantes, por sua vez, constata-se uma correlação entre votação atual e a anterior. Assim, candidatos à reeleição entrariam na corrida eleitoral com uma vantagem em relação àqueles que disputam ao cargo pela primeira vez. No que se refere aos índices econômicos, os achados são similares aos recorrentes na literatura, tanto para eleição do executivo, bem como legislativo: avaliação da economia impacta na decisão eleitoral. Em análise às variáveis institucionais, como coalizão, regras eleitorais e governos de minoria ou maioria, verificou-se que essas não impactaram na relação estabelecida entre economia e voto no presidente.

Partindo das premissas teóricas de Powell e Whitten, Camargos (2006) faz uma análise do voto econômico em 62 eleições presidenciais de dezoito países latino-americanos entre 1980 e 2000. Dentre as variáveis econômicas empregadas, o autor utilizou o crescimento do PIB per capita, variação da inflação e a variação de emprego. Foi possível constatar que quando há um decréscimo nos índices de inflação e taxas de desemprego, tende a haver um aumento do apoio do eleitor ao mandatário. No que se refere à relação entre o crescimento do PIB per capita e a decisão eleitoral, não houve uma relação estatisticamente significativa.

Quando o autor aplica o conceito de clareza de responsabilidade para a realidade latino-americana, tendo em vista o estudo feito por Lewis-Beck e Powell e Whitten, Camargos corrobora os achados da literatura na medida em que cenários que seriam marcados por uma alta clareza de responsabilidade tenderiam a serem aqueles casos em que há maior incidência do desempenho do mandatário na economia revertido em apoio eleitoral. Questões como o papel da aprovação da imagem do mandatário e efeito da recorrência de crises também foram abordados enquanto possíveis influentes do voto econômico nesse estudo. Países que apresentam maiores instabilidades, como seria o caso das economias latinas, fariam com que os eleitores prestassem mais atenção em relação ao papel desempenhado pelo governo para o controle inflacionário. No que concerne à popularidade do mandatário, este

seria um fator de caráter mais mediador do que explicativo da elaboração de escolhas do eleitor.

Utilizando-se do mesmo aporte teórico e aplicando-o para a realidade de democracias presidencialistas, Correa (2014) leva em consideração oitenta e quatro eleições entre 1990 e 2010. Para além do impacto da economia na decisão eleitoral, tendo em vista a discussão sobre clareza de responsabilidade, o autor busca, em um segundo momento, analisar o papel da ideologia nesta relação estabelecida entre voto e economia. De acordo com o autor,

O perfil ideológico do presidente influencia as expectativas que os eleitores têm de suas ações e pode alterar a natureza da relação de *accountability* existente entre o governo e os cidadãos. Quanto mais longe do centro do espectro ideológico estiver um presidente, menos a economia vai afetar o voto dos eleitores e o desempenho do incumbente nas eleições seguintes. (Correa, 2014, p.3)

Como já foi apontado anteriormente, dentro do aporte teórico de Powell e Whitten, partidos de esquerda tenderiam a se preocupar com questões de renda populacional e maior presença do Estado na economia, ao passo que ideologias localizadas mais à direita se preocupariam com inflação e medidas de controle de impostos. Nesse sentido, Correa afirma que haveria uma “[...] relação inversa entre extremismo ideológico e programas políticos baseados em questões consensuais” (idem, ibidem). Assim, de acordo com as preferências partidárias do presidente, os parâmetros para análise do desempenho da economia do governo pelos eleitores alterariam e não se poderá estabelecer uma relação entre avaliação da economia e voto entre os extremos ideológicos, quando se compara aos candidatos de centro que apresentariam uma agenda mais consensual. Dito de outro modo, presidentes localizados à direita ou à esquerda tendem a ser menos penalizados ou recompensados pelo seu desempenho na economia de um modo geral. Esses seriam cobrados por demandas específicas.

De acordo com o primeiro objetivo, Correa (2014) reforça os achados que o voto econômico funciona em países que são caracterizados como aqueles com alta clareza de responsabilidade. No que se refere à ideologia, o voto econômico é perceptível apenas em candidatos localizados ao centro. Como é previsível, presidentes pertencentes à esquerda ou à direita tendem a ser menos punidos ou recompensados pela situação econômica do país.

Outro aspecto relevante na análise de Correa (2014) é que ele reforça os achados de Samuels em países presidencialistas no que diz respeito ao voto econômico se apresentar de

maneira mais consistente quando as eleições são concomitantes. Em relação aos casos em que não há eleições concomitantes, pelo número baixo de eleições, nada pode ser inferido. Em contrapartida a Samuels, por outro lado, Correa encontra também que o status minoria/maioria e coalizão/partido único são variáveis relevantes para apreensão do voto econômico.

No tocante à responsabilidade política ainda, Cheibub e Przeworski (1997) analisam em que medida a democracia assegura a responsabilidade política, uma vez que os governantes são eleitos por meio de eleições e tais eleições seriam o suporte para responsabilidade política. Diferenciando as democracias entre as parlamentaristas e presidencialistas; e as ditaduras institucionalizadas entre burocracias e autocracias, os autores contaram com uma amostra de 135 países entre 1950 e 1990. Nesse período histórico, houve 51 democracias parlamentaristas, 9 democracias com sistema misto, 42 democracias presidencialistas, 132 ditaduras burocráticas e 98 democracias autocráticas.

Analisando a probabilidade de sobrevivência de um determinado governante no poder, tendo em vista a duração de seu mandato com índices econômicos, nada pode ser concluído. A única relação encontrada é em democracias parlamentaristas e envolvendo o crescimento da força de trabalho. Incorporando a discussão institucionalista, Cheibub e Przeworski (1997) também encontram que variáveis que versam sobre formação partidária do legislativo não impactam na relação estabelecida entre economia e sobrevivência do governante. Quando se considera apenas anos eleitorais, haveria pequenas exceções de impacto de desempenho econômico na sobrevivência de governantes (relação de emprego com primeiros-ministros e poucos presidentes que podem ser reeleitos). Destarte, os dados apontariam para uma ausência de responsabilidade política perante o eleitorado.

Também com o intuito de empreender uma análise a respeito das variáveis institucionais na relação estabelecida desempenho econômico e atribuição de responsabilidade ao governante, Ratto (2001) analisa casos latino-americanos entre 1996 e 2004. Tal período foi marcado, segundo a autora, por reformas econômicas com diversos impactos negativos e, ainda assim, os responsáveis por implementar tais planos econômicos se reelegeram. Dado esse contexto, portanto, pretende-se analisar como variáveis institucionais interferiram na relação estabelecida entre avaliação subjetiva da economia e intenção de voto. Entende-se por cenários com maior clareza onde o gabinete é unificado, partido situacionista ocupa maioria absoluta no congresso, menor número de partidos efetivos e possibilidade de reeleição.

Dividindo o banco de acordo com variáveis contextuais, foram utilizadas regressões a fim de corroborar/refutar as hipóteses em análise. Os dados indicam maior peso do voto econômico em cenários classificados com maior clareza de responsabilidade. Além disso, a possibilidade de reeleição, característica de sistemas presidencialistas, é um dos fatores que mais apresenta diferenciação de impacto de variáveis econômicas na intenção de voto entre os países em análise. Ou seja, a expectativa que a clareza de responsabilidade seja menor em países em que não existem mecanismos de reeleição é confirmada.

Um ponto que vale ser ressaltado aqui é a relativização da faixa temporal utilizada por Cheibub e Przeworski (1997). A época analisada por tais autores antecede um enorme processo de expansão de sistemas presidencialistas que começam a permitir a reeleição. É possível que, se atualizado os dados, os autores encontrem achados similares ao de Ratto (2001).

Uma vez compreendido o papel da economia na decisão eleitoral, bem como o papel do desenho institucional nesse campo de análise do voto econômico, estudos como os de Samuels, Camargos e Correa evidenciam a relevância de atentar para as peculiaridades dos sistemas presidencialistas. Nesse sentido, na sequência segue uma discussão a respeito do desenho institucional que caracteriza as democracias presidencialistas. Além disso, serão explanados entraves e virtudes que permeiam tal sistema de governo. Alguns autores verificam no sistema presidencialista uma estrutura institucional frágil para o estabelecimento de um regime democrático. Contrapondo tais argumentos, Mainwaring e Shugart (2002) e Shugart e Carey (1992), defendem que é necessário ter em vista, ao analisar o presidencialismo, o contexto social, econômico e político em que se instaurou tal sistema político, bem como as variações possíveis na medida em que a combinação dessas variáveis gera distintos resultados. Posta tal discussão, é possível averiguar que variáveis poderiam melhor incidir sobre o voto econômico em países presidencialistas. Posterior a esse momento, será explorada uma discussão institucionalista do voto econômico adequada para regimes presidencialistas, proposta por Shugart e Carey.

## **5.1 Definição de regime presidencialista**

Uma democracia presidencialista tem como característica essencial a eleição nominal do chefe do executivo pelo voto popular, para um mandato fixo, com independência em relação ao legislativo. Assim, tanto a origem quanto a sobrevivência entre as esferas de poder

executivo e legislativo seriam separadas. No sistema parlamentarista, por sua vez, o primeiro ministro é eleito pelo partido majoritário na assembleia e pode ser destituído de seu cargo pelo órgão que o elegeu (Mainwaring e Shugart, 2002). Além disso, no sistema presidencialista o governante é ao mesmo tempo Chefe de Estado e Chefe de Governo. No sistema parlamentarista haveria a segregação, em que o Chefe de Governo é eleito pelo parlamento e para o Chefe de Estado haveria variações em relação a sua forma de eleição (hereditário em casos de monarquias parlamentaristas ou eleito pelo parlamento em repúblicas parlamentaristas), bem como em suas funcionalidades para além do papel simbólico de representação de um governo.

Além desses fatores, Shugart e Carey (1992) acrescentam em sua definição de presidencialismo a presença de alguns dispositivos constitucionais que o presidente eleito tem assegurado no que se refere à autoridade legislativa. De acordo com os autores, é relevante que o presidente detenha essa autoridade legislativa para ser além de ser chefe do Poder Executivo, não relacionando necessariamente a formação ou manutenção do governante no cargo.

Apesar de estabelecida essa configuração eleitoral em cada sistema político, Shugart e Carey (1992) apontam que não é simples separar o processo de formação do executivo e legislativo em nenhum dos casos, na medida em que um tenderia a influenciar o outro. Embora mais explícito no sistema parlamentarista, em regimes presidencialistas é possível observar essa linearidade na opção política do eleitor quando as eleições para executivo e legislativo ocorrem de modo concorrente.

Em sistemas semipresidencialistas, ou *premier-presidentialism*, como utilizam Shugart e Carey, o primeiro ministro é eleito pelo parlamento, embora haveria o presidente que seria eleito popularmente. Tal presidente seria detentor de poderes políticos e, como apontam Mainwaring e Shugart (2002), poderia vir a ter a autoridade de delegar ou nomear o primeiro-ministro, como também o poder de dissolver o parlamento. Mas diferentemente do sistema presidencialista, a formação do gabinete seria de responsabilidade conjunta com o parlamento. Ou seja, o presidente não poderia despedir os ministros. Assim, “dado que os gabinetes são responsáveis frente ao Parlamento, o presidente pode funcionar como chefe de governo só quando seu partido (ou coalizão) tem uma maioria de cadeiras parlamentares” (Mainwaring e Shugart, 2002, p. 23). Esse sistema, como define Duverger, sendo Shugart e Carey, se enquadraria entre o sistema presidencialista e parlamentarista.



## **5.2 Seria o sistema presidencialista suscetível à ingovernabilidade? Debate acerca das fragilidades e virtudes institucionais**

De acordo com Linz (1985), os estudos até então sofriam de uma carência no que diz respeito a análises que contemplassem a diferença entre os regimes parlamentaristas, presidencialistas e semipresidencialistas. Esse quadro justificava-se pelo fato de as democracias estáveis serem em sua maioria parlamentarista, com alguns casos de semipresidencialismo e semiparlamentarismo. Países que eram governados por regimes presidencialistas, por sua vez, não apresentavam estabilidade democrática ou eram regimes autoritários. Além disso, Mainwaring e Shugart (2002) apontam que o fato de as democracias parlamentaristas liderarem o Índice de Democratização de Vanhanen, era utilizado para reforçar a fragilidade do regime presidencialista e não haver estímulo para uma análise que contemplasse as divergências entre os sistemas de governo.

Havia certo consenso na literatura quanto à superioridade do regime parlamentarista em relação ao presidencialista no que se refere à capacidade de desenvolvimento de uma estabilidade democrática. Na sequência serão expostos alguns apontamentos que evidenciam que é necessário ter cautela com essa afirmação e será discutido algumas questões do sistema presidencialista.

Como um primeiro ponto posto em discussão acerca do regime presidencialista é a rigidez temporal do governante. Em sistemas presidencialistas, como aponta a leitura de Linz (1985), a rigidez do tempo de duração do mandato do presidente não permite adaptação a ocorrências sociais, econômicas e políticas do contexto em que se está inserida a gestão. Não haveria a possibilidade de encurtá-lo ou prolongá-lo, pela ausência de dispositivos, como a reeleição, em alguns casos. Um caso que é agravado por este aspecto, que o autor chama a atenção, refere-se à morte ou incapacitação de um presidente, que pode levar a substituição automática por alguém que não represente necessariamente a opção política inicialmente eleita democraticamente.

Uma vez que se eleja um ocupante para o cargo de executivo, há apontamentos também no que se refere ao caráter majoritário de formação do executivo. A crítica dos autores em relação a isso se centra na desproporcionalidade eleitoral que essa configuração ocasiona. Além disso, essa desproporcionalidade estaria presente na formação do gabinete. Como apontam Lijphart e Rogowski (1991), na leitura de Shugart e Carey (1992), sistemas presidencialistas, por delegarem ao presidente o poder de nomear seus ministros, tendem a

não contemplar a representação de setores minoritários. Outro aspecto problemático atinente a essa lógica “*winner-take-all*”, como argumenta Linz, seria a ausência de estímulo para negociações com a oposição, tanto da parte do governante quanto da parte opositora. No regime parlamentarista, por sua vez, haveria uma espécie de encorajamento de compromisso entre os partidos para a formação de coalizão do executivo. Quando este aspecto majoritário une-se com o fato de o mandato ser fixo ocasionaria problemas.

Outras críticas ao regime presidencialista estariam voltadas para implicações decorrentes da separação de poderes e competição para a reivindicação da legitimidade democrática, uma vez que tanto o executivo e legislativo são eleitos popularmente. Assim, no sistema presidencialista haveria a reivindicação de maior legitimidade democrática de eleição do presidente. Contudo, também é possível que o legislativo seja formado por uma maioria opositora ao presidente eleito. Como ambos são eleitos democraticamente, o conflito é sempre latente. Mainwaring e Shugart atentam para o argumento de que o presidencialismo, mais que o parlamentarismo, tenderia ao imobilismo, na medida em que seria possível eleger um governo minoritário, com poderes executivos débeis e sem um preparo do legislativo para solucionar problemas quando esses aparecem. Pela origem e sobrevivência independente dos poderes, há críticas também que se volta para a possibilidade de uma ruptura democrática com insurgência de um executivo autoritário.

A possibilidade de eleger para o executivo um outsider é outro aspecto que entra nesse âmbito de discussão. De acordo com esses autores, o fato de ser eleição popular direta para presidente, poderia haver estímulo para práticas demagógicas e populistas.

Haveria, segundo Linz, no sistema presidencialista, dois princípios e premissas divergentes: Com o intuito de ter um executivo com legitimidade popular, que não represente demandas particularistas presentes no parlamento, faz com esse se constitua com tendências a conflito com o congresso. Além disso, haveria certa desconfiança com a personalização do governante, sendo necessária a existência de mecanismos que limitem seu poder, como a não possibilidade de reeleição ou a necessidade de algumas medidas passarem por aprovação do Congresso. Essa desconfiança advém de sua sobrevivência independente do parlamento, que não estimularia o executivo presidencialista a estabelecer coalizões. Mas aqui cabe salientar que mecanismos de negociações são relevantes quando se tem por intuito emplacar uma pauta legislativa.

Em resposta a essas questões sobre fragilidades do regime presidencialista, Mainwaring e Shugart (2002) advertem que é necessário ter em consideração o contexto

social e político do país em que se estruturam esses sistemas políticos, bem como a agrupação temporal e regional utilizada na análise, pois pode haver certos aspectos favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento democrático. Existia certa concentração de regimes presidencialistas na América Latina, bem como, de democracias parlamentaristas na Europa e colônias britânicas, compactuando, destarte, de um contexto similar. Houve na década de 60 e 70 uma onda de interrupções democráticas na América Latina, que contrastava com o cenário europeu. Como não há um regime parlamentarista na América do Sul, não é possível confirmar que a crise ocorrida é decorrente do presidencialismo. Dito de outro modo, a instabilidade democrática pode não ser decorrente do sistema de governo. E isso se confirma, conforme apontam os autores, quando é possível observar sistemas parlamentares, por exemplo, que entraram em crise.

O sistema presidencialista apresentaria algumas vantagens. Dentre elas, inicialmente poder-se-ia citar a maior quantidade de opções para os eleitores que poderiam optar por um candidato para o executivo e outro para compor o legislativo. O grau de identificação eleitoral, ou seja, o fácil discernimento das alternativas disponíveis de ocupação do executivo, seria outro aspecto vantajoso.

A possibilidade de *accountability*, que estaria relacionando com o voto econômico retrospectivo, é outro ponto posto por Shugart e Carey como vantajoso. Como o presidente é eleito popularmente e não pode ser removido pela coalizão parlamentar, há a oportunidade de o eleitor punir ou recompensar o governante.

O sistema presidencialista também teria a caracterização do executivo enquanto “[...] árbitro apartidário do conflito político” (Shugart e Carey, 1992, p.48). Pela separação dos poderes, seria possível o presidente agir como um moderador a fim de estabelecer acordos legislativos. A separação de poderes faz com o que o ato de legislar, ainda, não gire em torno de uma questão de confiança e sobrevivência. Embora se reconheça, em contrapartida, que o executivo não poderá agir de forma totalmente independente das alianças no parlamento. Esse cenário de negociação entre executivo e legislativo ganha relevância quando se observa um sistema partidário marcado pela fragmentação. Assim, uma das críticas relacionadas à possibilidade de imobilismo poderia ser amenizada.

Para Mainwaring e Shugart (2002), os poderes constitucionais e partidários do presidente se apresentam como uma relevante fortaleza de tal sistema de governo. Com tais mecanismos, é possível estabelecer a relação executivo/legislativo e isso “[...] determina em grande medida a capacidade dos presidentes para transformar em política um programa

legislativo” (Mainwaring e Shugar, 2002, p. 49). Há dois tipos de poderes constitucionais. Por poderes constitucionais pró-ativos compreendem-se aqueles que visam alterar o status quo de uma política, como a emissão de decreto, e por poderes constitucionais reativos os que prezam pela manutenção do status quo (veto e veto parcial). Na América Latina, Mainwaring e Shugart (2002), tendo em vista o momento de estudo, mostram que o sistema presidencialista apresenta variações e há países, como a Colômbia e o Chile após Pinochet, que apresentam presidentes com abrangentes poderes constitucionais. Ao passo que há países, como Costa Rica e Venezuela, que seus poderes, em uma análise comparada, são mais restritos. No que concerne aos poderes partidários, seria a capacidade de o presidente modelar as políticas implementadas frente ao sistema de partido. Como exemplo, Mainwaring e Shugart (2002) citam México, em que o partido do presidente pode ocupar uma maioria na Câmara Legislativa, e o Brasil, que representaria o outro extremo, já que seria mais difícil para um partido situacionista obter a maioria.

No que se refere à configuração do sistema partidário em sistemas presidencialistas, como expõe Abranches (2003), a fragmentação partidária brasileira é decorrente de uma heterogeneidade social, econômica e política. O presidencialismo, federalismo, bicameralismo, multipartidarismo e a representação proporcional, cuja combinação tem sido a fundamentação para ingovernabilidade brasileira, seriam, para Abranches (2003), resultantes desse cenário complexo brasileiro. Assim, para a formação de maiorias, não basta apenas alterações em regras de representação, nem diminuir o número de partidos, já que o cenário político-institucional retrata interesses e valores de segmentos heterogêneos arraigados na sociedade. Pelo contrário, qualquer tentativa de simplificar tal ambiente poderia ser vista como ilegítima. Destarte, as formações de alianças aparecem como um meio de compreender esta realidade heterogênea. Mas cabe salientar, entretanto, que é um sistema instável, em que se faz necessárias negociações para que a coalizão mantenha-se e, assim, seja possível a elaboração e implementação de políticas essenciais, bem como, administração de programas e recursos. (Abranches, 2003)

Haveria na literatura, assim, apontamentos que colocariam o sistema legislativo brasileiro como propenso a fragilidades em suas funções. Segundo Limongi e Figueiredo (1995), os parlamentares não estariam necessariamente relacionados ao partido ao qual pertencem e haveria uma ausência de coesão interna dos partidos políticos. Dada a configuração do sistema eleitoral (representação proporcional, lista aberta e coligações

partidárias), o processo de identificação pelo eleitor ficaria limitado, assegurando assim maior liberdade para o parlamentar que não estaria sujeito a *accountability*.

Com tal consenso acerca do comportamento do legislativo, haveria a ausência de evidências empíricas a respeito da coesão interna de partidos políticos. Com o intuito de sanar tal lacuna a respeito do comportamento partidário, Limongi e Figueiredo (1995) analisam votações nominais entre 1989 e 1994. Os autores analisam o padrão de votação da coalizão e de cada partido individualmente. Os dados, na contramão do que diz a literatura, apontam para elevada coesão no período em análise. Além disso, os autores apontam que as coalizões partidárias são consistentemente dispostas no espectro ideológico.

Como Limongi e Figueiredo (1995) apontam, votações nominais são antecedidas por encaminhamentos de votação dos líderes partidários. Assegurado regimentalmente, tal encaminhamento “trata-se, a um só tempo, de um posicionamento oficial do partido e uma orientação à bancada.” (Limongi e Figueiredo, 1995, p. 4). Com tal observação, os autores buscam averiguar a consistência ideológica. Quando se observa os encaminhamentos dos líderes dos sete maiores partidos (PDS/PPR, PFL, PTB, PMDB, PSDB, PDT e PT) evidenciam que

[...] A probabilidade de dois partidos adjacentes votarem de maneira análoga é sempre maior do que a de partidos não adjacentes. A probabilidade de dois partidos se “coligarem” cai monotonicamente com a distância ideológica a separá-los. (Limongi e Figueiredo, 1995, p. 4)

Ou seja, haveria uma consistência ideologicamente orientada, que, de acordo com os dados de Limongi e Figueiredo, permite elencar os partidos em três blocos ideológicos: a direita (PDS/PPR, PFL e PTB), o centro (PMDB e PSDB) e a esquerda (PDT e PT). Tendo em vista as coalizões ao qual pertencem os partidos, por sua vez, verifica-se um acompanhamento dessa consistência.

Buscando analisar, na sequência, a coesão partidária, tendo em vista o encaminhamento do líder com o voto de sua respectiva bancada, os autores observam que de um total de 1414 casos, apenas 33 não seguiram a indicação do líder partidário. Os pequenos partidos, por sua vez, seguem as tendências encontradas em partidos de maior expressividade. Eles tendem a votar coerentemente com os partidos que pertencem ao mesmo espectro ideológico.

Outro aspecto salientado pelos autores é que, a partir do cenário de coesão partidária encontrada na realidade brasileira, haveria elevado grau de previsibilidade acerca das decisões tomadas em plenária. Ou seja, o encaminhamento do líder partidário tende a representar a forma como a bancada irá posicionar-se.

Posto tal cenário, Limongi e Figueiredo (1995) afirmam que

Líderes partidários não têm, de fato, como punir parlamentares indisciplinados. No entanto, têm controle sobre a agenda dos trabalhos legislativos. Controlam o que e quando se vota. Em contrapartida, parlamentares têm seu espaço de atuação bastante reduzido. No Congresso brasileiro, a despeito do quase ilimitado poder propositivo do parlamentar individual, é muito pequena a sua capacidade de influenciar o resultado legislativo. As regras que regulam este processo favorecem sobremaneira as lideranças partidárias. (Limongi e Figueiredo, 1995, p. 17)

Ou seja, a justificativa para tal coesão e consistência ideológica, para Limongi e Figueiredo (1995), estaria em mecanismos presentes durante o processo legislativo, tais como alocações de recursos e direitos parlamentares. Esses dados evidenciam, assim, o papel do desenho institucional no processo de elaboração e implementação de leis e o impacto que há em processos internos quando há alterações.

Outro aspecto que está presente na literatura acerca das coalizões é a utilização de concessão de cargos ministeriais em troca de apoio parlamentar. Entre 1946 e 1964, Mainwaring (2002) observa que a formação de gabinetes brasileiros apresenta características multipartidárias, que, por sua vez, aproxima-se da ideia de uma democracia consociacional, ao invés de uma democracia majoritária, como é proposto por Lijphart. Assim, ainda que o sistema brasileiro seja fragmentado, há regras e instituições que permitem a governabilidade no país.

Amorim Neto (2006) seria outro autor de relevância contemporânea no debate acerca dos entraves dos regimes presidencialistas. Com vista a empreender a governabilidade em países da América Latina, o autor busca averiguar a relação entre estratégias decisórias dos presidentes e os padrões de formação de seus respectivos governos. Além disso, o autor tem por intuito “[...] identificar os efeitos dos atributos das formações ministeriais sobre sua estabilidade e algumas de suas decisões macroeconômicas” (Amorim Neto, 2006, p. 18).

Tendo em vista que os objetivos dos presidentes girariam em torno da execução de um programa legislativo e manter sob seu controle o aparato burocrático, Amorim Neto (2006)

aponta que o poder de nomeação de ministros é um instrumento que pode vir a auxiliar nesse processo. As ações dos presidentes são compreendidas, assim, a partir de preceitos da teoria da escolha racional. Cabe a ressalva de todo o modo, que mesmo sendo um importante recurso à disposição do presidente, o ministro nomeado não apresenta tanta autonomia. O presidente teria poder para aconselhar-se com quem lhe achar mais conveniente. Mas, ainda assim, é plausível supor que os gabinetes latino-americanos são politicamente atrativos.

Primeiramente, os gabinetes latino-americanos seriam mais atrativos que os estadunidenses, na medida em que o Estado desempenharia um relevante papel no campo econômico. Além disso, a deficitária capacidade técnica dos parlamentares elevaria os incentivos para participação na formação do Executivo. Segundo Amorim Neto,

Ao contrário da norte-americana, as legislaturas ao sul do Rio Grande não têm um quadro de assessores em quantidade suficiente para oferecer aos parlamentares capacidade de avaliação técnica das políticas governamentais de boa qualidade. Tal característica, certamente, confere ao Executivo uma grande influência na formulação de programas e leis, aumentando a atratividade do gabinete não apenas para atores políticos com objetivos clientelísticos, mas também para aqueles com motivações programáticas. (Amorim Neto, 2006, p. 34)

Além disso, outro atrativo é que nas regras brasileiras um parlamentar não perde sua cadeira se for nomeado. Dito isso, evidencia-se a relevância da possibilidade que o executivo, em sistemas presidencialistas, detém de nomeação de ministros.

Existem duas estratégias no processo decisório que o presidente pode adotar: “[...] ou uma estratégia que se vale preponderantemente de projetos de lei ou uma baseada em prerrogativas unilaterais do Executivo” (Amorim Neto, 2006, p. 35). Tais estratégias, cada uma a seu modo, implicarão na formação de gabinete. A primeira estratégia formaria um gabinete de caráter majoritário, buscando relacionar-se com a coalizão presente no legislativo. Quando a estratégia é a segunda, o presidente pode tomar a liberdade de nomear ministros pelas suas experiências técnicas, sem a pretensão, necessariamente, de estabelecer relações com os parlamentares. Assim, formar-se-ia um governo minoritário.

Amorim Neto (2006), observando cento e seis gabinetes de treze países das Américas, constata que

[...] partidos [que] tenham uma porcentagem considerável de cadeiras legislativas, e que ideologicamente tendam para o centro, tem maior probabilidade de implementarem suas políticas através de procedimentos legislativos padrões (projetos de leis) e que, por isso, nomeiem gabinetes majoritários e selecionem judiciosamente ministros filiados a partidos. [...] Entretanto, se os presidentes detêm a alternativa constitucional de editar decretos-lei e dispõem de amplo poder de veto, sentem-se tentados a formar seus gabinetes principalmente com tecnocratas e políticos com os quais tenham laços de lealdade pessoal (Amorim Neto, 2006, p. 68)

Uma vez empreendida tal constituição do gabinete é importante averiguar na sequência o impacto que esta formação acarreta para aspectos políticos e macroeconômicos, no caso, o déficit fiscal. Em observação a questão de durabilidade de tais ministérios, observou-se que governos caracterizados como majoritários e unipartidários apresentaram-se mais estáveis. Ou seja, “[...] os padrões de recrutamento ministerial devem ser considerados um fator relevante na vida dos gabinetes presidenciais” (Amorim Neto, 2006, p. 95). Além disso, a taxa de coalescência é um fator relevante para compreender a estabilidade ministerial.

Quando a análise volta-se para apreensão da relação entre aspectos de formação de gabinete dos governos presidencialistas e a questão econômica, confirma-se a hipótese que a formação ministerial afeta o comportamento fiscal. Gabinetes que se formam com mais de um partido apresentam um desempenho fiscal melhor quando os presidentes os constituem como se fossem primeiros-ministros. Ou seja, quando têm elevada taxa de coalescência.

Assim, Amorim Neto (2006) aponta que os sistemas presidencialistas apresentam maiores possibilidades na formação ministerial, sendo isso uma vantagem em relação aos sistemas parlamentaristas. Esse aspecto de formação ministerial em sistemas de governo presidencialista “[...] pode ser visto como um traço de flexibilidade de um sistema de governo criticado, acima de tudo, por sua rigidez, na melhor tradição de Juan Linz” (Amorim Neto, 2006, p. 175).

Figueiredo e Limongi (2007), por sua vez, têm por objetivo analisar o presidencialismo multipartidário no Brasil entre 1946 e 1964, bem como, após 1988. Dada as diferenças contextuais desses dois períodos, apresenta-se de modo fecundo observar o modo como variáveis institucionais incidem sobre o desempenho do governo e do comportamento legislativo.

A partir da constituição de 1988 houve significativas alterações do desenho institucional brasileiro. Tal constituição



Reforçou a fragmentação institucional e as forças centrífugas do sistema político brasileiro que vigoravam sob a Constituição de 1946; mas por outro lado alterou significativamente o equilíbrio entre os poderes estabelecidos pela constituição democrática anterior, concentrando poder no executivo. A atual constituição manteve a separação de poderes, assim como os aspectos centrais da legislação eleitoral e partidária. O sistema de representação proporcional com lista aberta permaneceu como uma característica distintiva do sistema eleitoral. A fragmentação partidária aumentou comparativamente ao regime democrático anterior. (Figueiredo e Limongi, 2007, p. 147)

Além disso, o poder executivo apresenta relevantes poderes legislativos e de agenda. O processo decisório, assim, passa a ser marcado pela delegação de poderes da esfera legislativa para o executivo, bem como, dos parlamentares para os líderes partidários, quando se observa o funcionamento interno do Congresso Nacional.

Tendo em vista a discussão sobre trabalhos que abordam o comportamento legislativo, bem como, os achados de Shugart e Carey, os autores defendem que

Em um sistema multipartidário, onde governo de coalizão majoritária é o padrão dominante, instituições dotando o presidente e os líderes partidários de poderes de agenda podem servir como instrumento para facilitar a coordenação entre membros da coalizão e aumentar a cooperação com o Executivo (Figueiredo e Limongi, 2007, p. 147)

Ou seja, com esse desenho institucional, haveria uma centralização do processo decisório no sistema executivo que asseguraria a dita governabilidade.

Para a mensuração do desempenho do governo utilizou-se a aprovação de projetos que foram propostos pelo executivo e a sua dominância na produção legal. Além disso, mensurou-se o apoio que o executivo detém no legislativo a partir de votações nominais da Câmara dos deputados e indicações de voto de líderes partidários. Os achados indicam um desempenho de governo expressivo após 1988, quando houve a centralização do processo decisório. Foi possível observar também uma alteração no comportamento de partidos nos plenários. Outro aspecto relevante é que atualmente “[...] a coesão partidária e o padrão de formação de coalizões são mais consistentes. Além disso, os governos atuais contam com o apoio disciplinado dos partidos à sua agenda legislativa” (Figueiredo e Limongi, 2007, p. 149). A partir da análise comparativa foi possível concluir que, mais do que a formação do corpo legislativo, a dominância da esfera legislativa se deve a estrutura institucional. Cabe

atentar também que com isso, ao mesmo tempo em que tal conjuntura institucional assegura um forte poder legislativo ao executivo, haveria também uma limitação do campo de atuação autônoma da esfera legislativa.

Evidencia-se, portanto, que a centralização da estrutura decisória interfere no desempenho observado do Legislativo e, também, auxilia a amenizar fatores que poderiam ser críticos para a governabilidade, tais como, a separação de poderes, fragmentação partidária e motivações individuais dos parlamentares, conforme aponta a literatura.

De um modo geral, evidencia-se para Shugart e Carey que as críticas aos regimes presidencialistas voltam-se mais para uma combinação de fatores do que a definição do regime em si. Como há críticas que atingem ao “núcleo” do presidencialismo, os autores levam em consideração também o sistema político premier-presidencialismo, que, em alguma medida, supriria essas falhas.

Nesse sistema de governo, ainda que o presidente apresente um tempo fixo de exercício do mandato, isso não chegaria a ser um problema na medida em que o Chefe de Governo estaria suscetível à aprovação do parlamento. No que se refere ao majoritarismo, isso também não chega a ser um aspecto problemático, uma vez que o gabinete não é responsável do presidente, mas do parlamento. O presidente no sistema político premier-presidencialismo, haveria, também, meios de resolver impasses entre o presidente e assembleia. E mesmo que a eleição popular do presidente possa eleger um outsider, isso não é uma ameaça na medida em que o primeiro-ministro asseguraria proteções constitucionais no que diz respeito à dominância do presidente.

Dada as características expostas, Shugart e Carey (1992) defendem que o regime presidencialista oferece vantagens no que se refere ao processo de identificação e escolha do governante que constituirá o poder executivo. Nesse sentido, averiguar o impacto da economia na avaliação dos presidentes, tendo em vista as divergências e congruências do cenário institucional presidencialista de cada país latino-americano, se mostra relevante. Assim, será exposto na sequência o modelo de eficiência no sistema presidencialista proposto por Shugart e Carey e que será o parâmetro de eficiência que, juntamente com a concepção de clareza de responsabilidade, embasará a análise de dados posteriormente.

### **5.3 Eficiência no regime presidencialista**

Um sistema eficiente, segundo Shugart e Carey (1992), seria aquele relacionado com uma capacidade elevada de identificação e diferenciação das informações a disposição. Durante o processo eleitoral, tal discernimento dos programas políticos a disposição do eleitor é de relevante importância para o processo avaliativo de governo e processamento da decisão eleitoral. Nesse sentido, sistemas eleitorais que enfocam em temáticas de caráter nacional, ao invés de aspectos paroquialistas, bem como, sistemas partidários com menor fragmentação, seriam considerados eficientes. Sistemas ineficientes, por sua vez, estariam relacionados à contemplação eleitoral da representatividade de diversos segmentos da sociedade. Averigua-se, portanto, um dilema entre eficiência e representatividade.

Nos sistemas parlamentaristas, eficiência estaria relacionada à oferta de opções claramente delineadas, onde uma dessas ocupará o executivo. Além disso, o critério de diferenciação entre os partidos deve estar focado em pautas nacionais. Assim, ao invés de buscar desenvolver uma relação particular entre postulante e eleitor, tem-se a necessidade de estabelecer vinculação com programas partidários nacionais. A decisão acerca do voto despersonaliza-se e passa a ter por enfoque, destarte, programas partidários.

No que se refere à representatividade e a possibilidade de haver interesses provincianos representados no sistema parlamentarista, estas poderão vir a estar relacionadas, para além de uma incongruência entre os postulantes, com a configuração do sistema eleitoral. Um sistema proporcional de lista aberta, por exemplo, seria um modelo que estaria diretamente relacionado com a representatividade, elevando o número de partidos efetivos.

Como nos regimes presidencialistas há um processo eleitoral distinto para o executivo e legislativo, como também sobrevivência independente entre tais esferas de poder, não haveria, necessariamente, o impasse entre interesses provincianos (representação assegurada no legislativo) e um processo alto de identificação (eficiência assegurada no executivo). Poderia haver, destarte, um presidente eficiente, com pautas nacionais, e um legislativo representativo. No regime parlamentarista, por sua vez, não haveria a possibilidade de meio termo, ou seja, o sistema seria eficiente, tendo pautas nacionais, ou não. Em regimes presidencialistas, portanto, tal "trade-off" entre a representação de pautas particularistas e políticas nacionais seria ameno, em princípio.

Quando há um processo de nacionalização das pautas políticas na formação do legislativo em países presidencialistas, averigua-se uma tendência de isso ocorrer por conta de uma característica do sistema eleitoral. Quando o processo de eleição do legislativo se dá por lista fechada, onde os líderes partidários teriam controle sobre a ordenação de postulantes que

serão eleitos conforme a fórmula eleitoral, tenderia a haver menor estímulo para estratégias que visassem a angariação de votos de modo individual. Em decorrência da dependência do resultado coletivo do partido nas eleições, a figura ideológica e o programa político partidário ganham maior atenção. Deste modo, evidencia-se que características do sistema eleitoral podem vir a impactar na configuração do sistema partidário. (Shugart e Carey, 1992)

Além desse aspecto atinente ao sistema eleitoral que se relaciona diretamente aos contornos partidários observáveis, o ciclo eleitoral é outra questão da mesma natureza. Em eleições concomitantes, ou seja, quando as eleições para executivo e legislativo ocorrem ao mesmo tempo, segundo Shugart e Carey (1992), o partido tende a focar em aspectos nacionais nas campanhas legislativas, quando comparado com aquelas eleições que não são concomitantes. O partido do presidente apresenta também maiores probabilidades de deter uma parcela significativa de assentos no parlamento. Posta esta caracterização partidária nacional, decorrente do sistema de lista fechada para eleição do legislativo e eleições concomitantes, o processo de identificação eleva-se e, com isso, maior será o grau de eficiência nos sistemas presidencialistas. O fato de o partido do governante ocupar uma parcela significativa de assentos parlamentares, quando o executivo e legislativo compactuam do ciclo eleitoral, também é um aspecto que auxilia no processo de identificação, na medida em que auxiliaria no decorrer da gestão com a aprovação de pautas legislativas.

Em relação, especificamente, à forma de eleição do executivo, verifica-se que sistemas que têm seus presidentes eleitos por maioria simples (pluralidade) tendem a ter menor número de partidos efetivos em disputa quando comparado àqueles que têm seu processo de eleição majoritária com dois turnos. De acordo com a lei de Duverger, exposta por Shugart e Carey (1992),

- 1 – distritos com a eleição de apenas um candidato para um cargo, com regra da pluralidade tendem a reduzir o número de partidos para dois (Lei); e
- 2 – distritos com a eleição de mais de um candidato para um cargo, com representação proporcional tendem a ser associados a mais de dois partidos (hipótese) (Shugart e Carey, 1992, p. 2007)

A primeira lei de Duverger está contemplando o princípio de que sistemas em que há a eleição por maioria simples desencorajariam as coligações em um primeiro turno na medida em que barganhar em um segundo momento pode vir a ser mais vantajoso. Assim, quando a eleição resume-se a um turno, com eleição por maioria simples, seria mais vantajoso coligar-

se, caso fosse o caso, logo no início. Em decorrência disso, haveria uma redução no número de partidos efetivos que estariam pleiteando uma vaga. Na medida em que maior grau de identificação está relacionado diretamente com eficiência, eleição por pluralidade, em um único turno, seria o arranjo institucional ideal para o alcance da eficiência. No que se refere ao sistema proporcional, Shugart e Carey apontam que, embora garanta a representatividade, é uma forma de eleição que tende a aumentar o número de partidos efetivos. Quando se alia a forma de eleição majoritária, como é o caso brasileiro, aumentaria a possibilidade de fragmentação partidária e, por sua vez, de ineficiência do regime.

Em análise a casos de presidencialismo multipartidário como Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai, verifica-se uma associação entre um legislativo marcado pelo regionalismo e um presidente que apresenta fortes poderes legislativos. São países com sistemas eleitorais proporcionais, com lista aberta para eleições legislativas e majoritárias para os executivos. Em decorrência dessa configuração eleitoral, apresentam sistemas partidários com maior grau de fragmentação partidária. Dessa forma,

Talvez, por isso, os sistemas foram projetados exatamente com a ideia de que um presidente com fortes poderes legislativos era necessário para fornecer alguma eficiência e continuidade à formulação de políticas. (Shugart e Carey, 1992, p. 175)

Dada essa constatação inicial, Shugart e Carey elaboraram um índice de força partidária, contemplando regras constitucionais e eleitorais, bem como, a influência dos líderes partidários no que se refere ao controle sobre as atividades eleitorais para relacionarem, na sequência, com a força presidencial. O índice a respeito da força partidária, de modo ascendente, mensura o grau de centralização partidária. Ainda que alertem que é necessário ter em consideração que há poucos casos em análise, observou-se que força partidária estava relacionada negativamente com força presidencial. Ou seja, conforme aumenta a centralização partidária, tenderia a diminuir a força dos poderes constitucionais dos presidentes nos países.

Na perspectiva dos autores, o arranjo institucional do presidencialismo e o sistema eleitoral são fatores que incidem sob a configuração do sistema partidário. Assim, sistemas partidários descentralizados, calcados em interesses provincianos, estariam relacionados com presidentes fortes em decorrência da origem dos próprios regimes: tanto o Brasil, em 1988, quanto a Colômbia, em 1886, por exemplo, tiveram sua formação institucional por iniciativa

do congresso ou similar eleição em uma assembleia constituinte. Em decorrência dessa formação, é possível compreender a descentralização do sistema partidário e o enfoque em interesses locais. Para entender como essa configuração se estreita com o presidente com fortes poderes, é necessário definir, inicialmente, o interesse do parlamentar. Segundo Shugart e Carey (1992), “[...] eles querem ser capazes de trazer benefícios de volta para suas regiões, a fim de que eles possam acumular ainda mais capital político” (Shugart e Carey, 1992, p. 187). Na medida em que os parlamentares objetivam isso, ao assegurar os poderes dos presidentes, eles estariam

[...] libertos do envolvimento direto com as questões políticas nacionais mais amplas, criando um agente responsável central para lidar com tais assuntos sem interferir na sua capacidade de atender as necessidades de constituintes, e para vincular-se contra gastos excessivos que poderia minar o próprio sistema (Shugart e Carey, 1992, p.187).

Tal arquétipo, segundo Shugart e Carey (1992), de todo modo, não seria considerado o mais eficiente no fim de suas análises. Um modelo eficiente seria aquele que apresente um sistema partidário fortalecido nacionalmente, com uma liderança partidária forte e um executivo com restritos poderes presidenciais, eleito por maioria simples em eleições concomitantes. Esta combinação seria menos suscetível a crises e permitiria que partidos voltem-se para pautas nacionais, sendo, deste modo, mais propícios a identificação e implementação de políticas nacionais. Quando um sistema legislativo é formado por relações clientelistas, o poder de veto, que estaria embasado em políticas nacionais, ficaria enfraquecido. Assim, mesmo que o presidente detenha fortes poderes legislativos, ele precisa, também, de maiorias parlamentares para impor sua agenda política. A soberania legislativa está relacionada a um congresso majoritário. Ao manter um legislativo mais forte que os poderes legislativos do presidente, além de garantir a viabilidade como “*policy-making body*”, para os autores, evita o risco de ter um legislativo marginalizado pelo presidente. Uma vez que este modelo assegura meios que auxiliam na maior identificação das alternativas à disposição, bem como, garantem a implantação de políticas de abrangência nacional que, por consequência, também auxiliarão na identificação, é dado como mais eficiente em relação ao visto inicialmente, que teria menor “*trade-off*” entre representatividade e eficiência (legislativo representativo e executivo eficiente).

Para analisar esse modelo de eficiência (poderes constitucionais do presidente limitados e uma força partidária forte), Shugart e Carey consideraram o caso da Venezuela, que estaria em sentido oposto ao caso brasileiro e colombiano.

Contrapondo a origem de presidencialismo que se caracterizava por um legislativo representativo e um executivo com fortes poderes constitucionais, o modelo que se considerou eficiente,

[...] por outro lado, tiveram sua origem em revoluções ou golpes civis e militares que destruíram ditaduras tradicionais e levou ao poder maior coesão, reformismo e lideranças nacionais orientadas (Shugart e Carey, 1992, p. 197)

As eleições para o legislativo no sistema presidencialista venezuelano se davam pelo modo de lista fechada, havendo, destarte, um enfoque de caráter ideológico e, consequentemente, coerente com o princípio de eficiência. Como as eleições para executivo e legislativo ocorriam de modo concomitantes e se elegia o executivo por pluralidade na Venezuela, observava-se uma tendência ao bipartidarismo. Ou seja, haveria um alto processo de identificação, bem como uma formação do executivo e legislativo inter-relacionado, aumentando a possibilidade de a base governista ocupar uma parcela significativa dos assentos parlamentares. O poder do presidente da Venezuela, por sua vez, não é tão fortalecido quando se compara ao do Brasil, Chile e Colômbia. Mas Shugart e Carey apontam que a força do presidente, o sistema eleitoral, bem como, o ciclo eleitoral, agem de modo conjunto a fim de alcançar a eficiência, na medida em que o processo de formação de um legislativo nacionalizado seria fortalecido e não seria problemática a carência de poderes constitucionais do executivo. Cabe a ressalva que este modelo só será eficiente quando o partido do presidente deter uma parcela significativa de assentos parlamentares na medida em que o presidente carece de tais poderes.

Para alcance da eficiência, em suma, é necessário que a força partidária seja centralizada, eleições para executivo e legislativo concomitantes, como também, a eleição para o presidente por maioria simples, como será visto na sequência. É importante também que ambas as esferas de poderes centralizem seu programa político em âmbito nacional. No que se refere ao poder do presidente, esse deve ter limitados poderes, como a possibilidade de veto que requer mais que a simples maioria para sua derrubada. Este desenho institucional seria o caso da Costa Rica, República Dominicana, Nicarágua e Venezuela.

Um estudo, por fim, que cabe ser mencionado, refere-se a uma análise acerca do segredo ineficiente no Brasil. Amorim Neto e Santos (2003) empreendem uma análise a fim de compreender o comportamento legislativo brasileiro. Os autores apontam que o Brasil seria considerado, assim como a Colômbia e o Chile antes de 1958, um dos expoentes exemplos de segredo ineficiente, na medida em que o executivo apresenta fortes prerrogativas legislativas e o corpo parlamentar é eleito por representação proporcional.

Foram analisados 269 projetos de leis que foram apresentados pelos parlamentares e transformaram-se em lei entre 1985 e 1999, bem como, 1291 projetos de leis que foram propostos em 1995. Os resultados apontam que a maior produção dos legisladores versa sobre questões nacionais. Além disso, haveria certo partidarismo nos projetos apresentados e os partidos governistas tenderiam a apresentar menos projetos de alcance nacional quando comparado aos partidos oposicionistas. Tal produção de projetos a nível nacional seria justificada pelas barreiras constitucionais que são impostas aos parlamentares, uma vez que não poderiam propor leis que se relacionassem com a transferência de recursos para determinadas localidades.

Quando a análise volta-se para o processo de transformação de leis, averigua-se que aqueles políticos que estariam relacionados ao regime militar apresentavam maiores dificuldades de aprovar seus projetos. Em contrapartida, parlamentares que apresentavam uma carreira mais longa, já tendo ocupado determinados cargos na Câmara ou Executivo, detinham maiores facilidades de aprovação de seus projetos.

Segundo os autores, “[...] uma dinâmica eleitoral mais eficiente pode emergir de um sistema baseado no segredo ineficiente” (Amorim Neto e Santos, 2003, p. 666). O MSI apresentaria “[...] uma grave deficiência: a incapacidade de modelar adequadamente o papel dos partidos e da oposição” (Amorim Neto e Santos, 2003, p. 690). Assim, uma oposição poderia propor um projeto de lei nacional a fim de promover seu posicionamento político e desenvolver uma visibilidade que poderá, em um futuro próximo, reverter-se em um resultado eleitoral satisfatório. Ou seja, dentro de um sistema que se enquadraria no que se entende por segredo ineficiente, poderia haver o surgimento de uma dinâmica eleitoral eficiente. Além disso, o MSI “[...] oferece uma visão demasiado atomística ou não partidária do processo político” (Amorim Neto e Santos, 2003, p. 691). Tal modelo teórico desprezaria uma gestão que fosse governada por coalizões.

Cabe a ressalva, de todo modo, que o estudo de Amorim Neto e Santos contempla apenas a esfera de execução de governo, sem atentar-se ao processo eleitoral, como o fazem



Shugart e Carey. Para além de entender o exercício do governo, é relevante entender como isso reflete no período eleitoral.

## **6. Análise**

Com o intuito de compreender o comportamento eleitoral na América Latina, a análise seguir-se-á do seguinte modo: inicialmente serão detalhadas as variáveis empregadas e a metodologia de coleta das mesmas. Posto isto, em seguida, será esboçado um modelo hierárquico linear que visa analisar o impacto de variáveis econômicas sobre a avaliação de governo. Posteriormente, incorporam-se a esse modelo as variáveis institucionais. A fim de analisar mais profundamente o impacto das variáveis institucionais na avaliação de governo, na sequência, serão apresentadas análises fatoriais - que resultaram em três fatores: fator partidário, fator eleitoral e fator que versa sobre poderes reativos do presidente – que irão compor os modelos hierárquicos.

O modelo hierárquico linear se apresenta de acordo com o suporte teórico e objetivo deste trabalho, uma vez que há a contemplação de variáveis de nível individual e de nível macroestrutural para estudo do fenômeno em questão. Como os autores Borba, Da Silva e Ribeiro (2012) apontam, os estudos que versam sobre comportamento eleitoral têm apresentado uma forma analítica fragmentada, onde há o enfoque em variáveis de caráter individual ou apenas em variáveis de caráter macroestrutural, como contexto institucional e político. Assim, a possibilidade de desenvolvimento de uma pesquisa que abarque essas duas dimensões de modo conjunto pode gerar um enriquecimento explicativo do problema em questão (Borba, Da Silva, Ribeiro, 2012). A operacionalização analítica, de forma aprofundada, desta emergente preocupação para apreensão de fenômenos políticos, como salienta Anderson (2007), é possível devido a maior disponibilização de surveys, que abrange diversos países, e avançados modelos estatísticos multiníveis, que conjuga a análise contextual e dados individuais.

### **6.1 Variável dependente: avaliação de governo**

Com o intuito de analisar a avaliação de governo na América Latina, foram utilizados para a construção das variáveis de nível individual os bancos de dados disponibilizados pelo Barômetro das Américas de 18 países entre 2008 e 2012. Assim, a variável dependente é a

avaliação de governo, listados na tabela 01<sup>3</sup>. Para a mensuração de tal aspecto foi feita a seguinte pergunta: “M1. Falando em geral do atual governo, como o(a) sr./sra. avalia o trabalho que o/a Presidente está realizando?”. O eleitor poderia avaliar como “muito bom”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo”.

Teve-se o cuidado de coletar informações da opinião pública que dissessem respeito ao segundo ano de mandato de cada presidente. A pertinência disso está relacionada ao fato de que a avaliação de governo quando realizada no início do mandato pode estar ligada, em alguma medida, mais com o seu antecessor do que com o atual governante. Ao fim do mandato, as questões eleitorais poderiam interferir. Assim, para o caso da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru e Uruguai foram utilizados dados relacionados a 2012. Já em relação à Guatemala, Paraguai e República Dominicana os dados do Barômetro das Américas são de 2010. Por fim, México e Venezuela têm seus dados referentes a 2008.

TABELA 01 - Lista de Presidentes Latino-americanos que serão analisados

País	Início de Gestão	Presidente Eleito
Argentina	2011	Cristina Fernández de Kirchner
Bolívia	2009	Juan Evo Morales
Brasil	2011	Dilma Rousseff
Chile	2010	Sebastián Piñera
Colômbia	2010	Juan Manuel Santos Calderón
Costa Rica	2010	Laura Chinchilla Miranda
El Salvador	2009	Carlos Mauricio Funes Cartagena
Equador	2007	Rafael Correa
Guatemala	2008	Alvaro Colom
Honduras	2010	Porfirio Lobo
México	2006	Felipe Calderón
Nicarágua	2011	Daniel Ortega Saavedra
Panamá	2009	Ricardo Martinelli

<sup>3</sup> Não há um consenso na literatura quanto ao critério de classificação (se esta é qualitativa ou quantitativa) da variável dependente que fará parte do modelo. Para que fosse considerado válido o modelo hierárquico linear em uso, uma vez que está entendendo que a variável dependente é quantitativa, foi rodado o teste de normalidade de distribuição *Skewness*. Para que uma variável tenha sua distribuição classificada como normal, e assim seja possível rodar o modelo, o valor do teste tem que dar entre - 1 e +1. A variável dependente, que versa sobre a avaliação de governo, apresentou o valor 0,375. Ou seja, ela atende ao critério.

Paraguai	2008	Fernando Lugo
Peru	2011	Ollanta Humala
República Dominicana	2008	Leonel Fernandez
Uruguai	2010	José Mujica
Venezuela	2007	Hugo Chavez

Como é possível observar, houve alguns casos que, por limitação de disponibilização dos bancos de dados, não foi possível seguir o proposto inicial de coletar informações do segundo ano de gestão. A avaliação de governo reflete o primeiro ano de mandato no caso da Argentina, Nicarágua e Peru. Já os dados da Bolívia, El Salvador, Equador e Panamá se relacionam ao terceiro ano de mandato dos presidentes.

## 6.2 Variáveis econômicas e institucionais

Enquanto variáveis independentes, foram utilizadas aquelas que versavam sobre questões econômicas, sociais e institucionais. A pertinência de todas variáveis reforça-se com a revisão da literatura para apreensão do comportamento eleitoral.

Atentando inicialmente para variáveis macroestruturais econômicas, a informação acerca da taxa de crescimento do PIB por habitante tem como fonte os dados disponibilizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Tais dados referem-se ao ano anterior do survey empregado na análise. Assim, nos casos em que foram empregados banco de dados individuais do ano de 2012, a taxa de crescimento do PIB por habitante é de 2011. De 2010, as informações macroeconômicas são de 2009 e de 2008 são informações de 2007.

Tanto os dados sobre a inflação como a taxa de desemprego dos países latino-americanos em estudo seguiram a mesma linha de coleta adotada para taxa de crescimento do PIB por habitante. Ou seja, os indicadores econômicos referem-se ao ano anterior do survey aplicado. Tais informações tiveram como fonte os dados disponibilizados pelo Banco Mundial.

Com o intuito de contemplar variáveis macroestruturais relacionadas a questões sociais, coletaram-se informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Tal índice contempla três dimensões básicas do desenvolvimento humano: educação, saúde e renda. Para tanto, recorreu-se a informações disponibilizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Quando o país em análise tinha por base os dados

de nível individual relacionados a 2012, o IDH correspondia ao divulgado no ano de 2011. Para Guatemala, República Dominicana e Paraguai, que foi empregado banco de dados de 2010, o IDH refere-se ao ano de 2009. Já no caso mexicano e venezuelano, foram coletadas informações sobre o IDH de 2007.

Outro índice social levado em consideração foi o Coeficiente de GINI. Essa variável macroestrutural versa sobre a questão da desigualdade social. Quanto mais próximo de “um”, maior seria a desigualdade observada, ao passo que quanto mais próximo de “zero”, maior seria o grau de igualdade. Intentando seguir a lógica de coleta observada nas variáveis anteriores, os dados dizem respeito ao ano anterior dos *surveys*. Entretanto, nesta variável houve algumas exceções. Ao invés de ser de 2011, as informações de Honduras foram de 2010; de 2009 no caso da Nicarágua e de 2010 no que se refere a El Salvador. Já no caso da Guatemala, ao invés de o Coeficiente de GINI ser referente a 2009, a informação disponibilizada e coletada é de 2006. Por fim, o Coeficiente do GINI do México é de 2006. Tais informações foram coletadas a partir da base de dados do CEPAL.

Com intuito de abranger as variáveis institucionais, teve-se em consideração três eixos: sistema partidário, sistema eleitoral e sistema político. No que se refere às variáveis que contemplariam o sistema partidário, houve a mensuração do número de partidos que ocupam uma cadeira parlamentar, da fragmentação partidária, número de partidos efetivos no parlamento, porcentagem de cadeiras ocupadas pelo partido do presidente em ambas as casas legislativas, quando o sistema era bicameral. Também foi calculado o número de partidos efetivos no processo eleitoral do executivo correspondente à eleição do líder que será posteriormente analisado. No que concerne às variáveis do sistema eleitoral, foi mensurado o modo de eleição do executivo e legislativo, bem como se havia segundo turno em relação ao executivo e o modo de lista (aberta ou fechada) nas eleições legislativas. Magnitude dos distritos eleitorais para a Câmara dos Deputados, coincidência de eleições legislativas e executivas e a possibilidade de reeleição do executivo também foram informações coletadas. Por fim, no que se refere às variáveis do sistema político que se tornam pertinentes com o enfoque teórico que se pretende explorar posteriormente, tem-se os poderes constitucionais pró-ativos (decreto) e reativos (veto total e parcial).

Tais dados foram extraídos em sua maioria do Georgetown University. Em alguns casos houve a necessidade de recorrer a sites oficiais. No caso dos poderes constitucionais,

em especial, recorreu-se às constituições que estavam organizadas pelo *Comparative Constitute Project*<sup>4</sup>. O critério de classificação dos poderes constitucionais foi embasado na escala elaborada por Shugart e Carey (1992). Para mensuração do número de partidos efetivos utilizou-se a fórmula de Taagepera e para apreender a fragmentação partidária utilizou-se a fórmula empregada, pioneiramente, por Douglas Rae (Nicolau, 2004).

A partir de análises fatoriais descartaram-se a utilização de algumas variáveis institucionais nos modelos. Assim, foram efetivamente empregadas as seguintes variáveis: modo de eleição do executivo e legislativo; possibilidade de segundo turno; formação de lista para eleição da Câmara dos Deputados; veto total e parcial; fragmentação partidária e número de partidos efetivos da Câmara dos Deputados e porcentagem de cadeiras ocupadas pelo partido situacionista na Câmara dos Deputados.

Segue-se agora para as variáveis de nível individual. Como já foi dito anteriormente, as informações advêm de banco de dados disponibilizado pelo Barômetro das Américas.

Com o intuito de averiguar a avaliação econômica sociotrópica retrospectiva, utilizou-se a variável gerida a partir da seguinte pergunta: “SOCT1. Agora, falando da economia...Como o(a) sr./sra. avalia a situação econômica do país? O(A) sr./sra. acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?”.

Em relação à pergunta para mensuração da avaliação econômica individual retrospectiva, esta foi: “IDIO1. Como o(a) sr./sra. avalia, em geral, sua situação econômica? O(A) sr./sra. acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?”

Embora a literatura saliente também a relevância da avaliação econômica prospectiva, esta não apresentava informações nos bancos utilizados nesta análise, seja esta individual ou sociotrópica.

Além dessas variáveis, foram coletadas informações acerca do posicionamento ideológico do eleitor numa escala de um a dez, onde um é esquerda e dez é direita, bem como informações sobre nível educacional e sexo.

Destarte, após expor tanto a variável dependente, quanto as variáveis independentes de nível individual e macroestrutural que compõe o modelo analítico para apreensão do

---

<sup>4</sup> Tal projeto, inicialmente desenvolvido com o auxílio de uma bolsa de estudos do Google Ideas para a Universidade do Texas, em Austin, tem por objetivo facilitar o acesso a constituições de todos os países do mundo e, além disso, permitir a comparação entre elas.

comportamento eleitoral na América Latina, a tabela 02 sintetiza algumas informações coletadas.

TABELA 02. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PARA PAÍSES DA AMÉRICA LATINA<sup>5</sup>

Nível 1					
Nome da Variável	N	Média	d.p.	Mín.	Máx.
Avaliação de governo	28788	2,73	0,936	1	5
Avaliação econômica sociotrópica retrospectiva	28995	3,19	0,908	1	5
Avaliação econômica individual retrospectiva	29120	2,92	0,795	1	5
Posicionamento ideológico	23343	5,54	2,577	1	10
Nível Educacional	28989	16,599	0,83191	0	3
Sexo	29230	1,51	0,500	1	2
Nível 2					
Nome da Variável	N	Média	d.p.	Mín.	Máx.
GPD growth	18	3,616667	3,55118	-5,6	9
Inflação	18	4,9875	2,401076	1,4	9,8
Desemprego	18	6,45	2,9224	3,1	14,9
IDH	18	0,732444	0,064692	0,589	0,829
Modo de eleição do executivo	18	1,11	0,9	0	2
Modo de eleição do legislativo (Câmara dos Deputados)	18	1,72	0,461	1	2
Existência de segundo turno	18	0,72	0,461	0	1
Lista partidária da Câmara dos Deputados	18	0,83	0,857	0	2
Veto total	18	2,22	1,263	1	4
Veto parcial	18	2,39	1,037	0	4
Fragmentação Partidária - Câmara dos Deputados	18	0,6822	0,129731	0,44	0,9
Número de Partidos efetivos - Câmara dos Deputados	18	3,7933	1,979772	1,8	10,37
% de Cadeiras do partido situacionista - Câmara dos Deputados	18	40,096	19,4927	2,5	70,65

FONTE: Barômetro das Américas; Banco de dados elaborado pela autora.

Com uma média de 2,73, com códigos variando entre um e cinco, observa-se que o latino-americano tende a avaliar como regular seus presidentes (variável M1). Já em relação à avaliação econômica, seja esta sociotrópica (SOCT1) ou individual retrospectiva (IDI01),

<sup>5</sup> Valores sobre fragmentação partidária, número de partidos efetivos, porcentagem de cadeiras do partido situacionista e índices sociais e econômicos detalhados no apêndice.

onde um é muito bom e cinco é péssimo, observa-se, num quadro geral, para uma avaliação também regular (três). Quando a análise volta-se para a questão ideológica, os latino-americanos estariam mais ao centro para a direita, chegando a uma média de 5,54, em uma escala de um a dez.

Observa-se que num cenário latino-americano a taxa de crescimento econômico da região é positiva com 3,616. A taxa de crescimento mais baixa seria do caso paraguaio (-5,6) e a mais alta, com 9, é a do Panamá. A inflação, por sua vez, variaria de 1,4 (República Dominicana) a 9,8 (Bolívia). A média latino-americana para a inflação é de 4,98. Cabe a ressalva que não há informações acerca da inflação dos casos argentino e venezuelano.

Quando mensurado o IDH, a dispersão se acentua um pouco, variando de 0,589 (Nicarágua) a 0,829 (México). Uma vez que, quanto mais próximo de um, melhor é o Índice de Desenvolvimento Humano, a América Latina apresentaria um índice com média de 0,732.

Em relação ao modo de eleição do executivo, que varia de maioria simples a maioria absoluta, a média é 1,11. Já em relação ao modo de eleição do legislativo, que vai do majoritário ao proporcional, observa que o legislativo latino-americano é em sua maioria eleito pelo sistema proporcional (13 de 18 países). A preponderância de sistemas eleitorais com a presença de segundo turno também é observável com a média de 0,72, onde um está relacionado à existência. Ainda se tratando de variáveis eleitorais, oito países de um total de dezoito adotam lista fechada para eleição da Câmara dos Deputados.

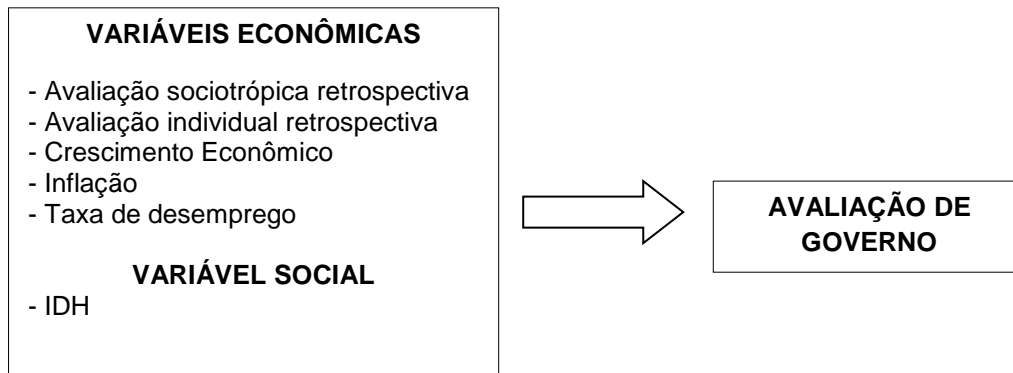
Versando sobre questões partidárias, a média de número de partidos efetivos no período em análise é de 3,79 com um desvio padrão de 1,97. Essa informação complementa os dados acerca da fragmentação partidária, que têm por média 0,68. Já a média da porcentagem de cadeiras ocupadas pelo partido situacionista na Câmara dos Deputados é de 40,09, com desvio padrão de 19,49.

Por fim, variando de modo ascendente em relação ao poder do presidente, são perceptíveis ligeiras diferenças em relação ao desvio padrão de veto total e parcial. A média dos casos latino-americanos tende a se concentrar em derrubada do veto com maioria absoluta dos membros (veto parcial) e em derrubada do veto que necessita de dois terços (veto total).

### **6.3 Voto econômico na América Latina revistado**

Inicialmente, pretende-se apreender sobre o impacto de variáveis econômicas na avaliação do governante latino-americano. Assim como aponta a figura 01:

FIGURA 01 – Modelo de Impacto das Variáveis Econômicas



### 6.3.1 Hipóteses

Tendo em vista a discussão teórica recente para apreensão do comportamento eleitoral e as variáveis coletadas descritas anteriormente, é possível traçar algumas hipóteses:

*H1- A avaliação econômica retrospectiva individual é diretamente proporcional à avaliação de governo*

Ou seja, quando o eleitor entende que, analisando retrospectivamente, a sua situação econômica vai bem, ele tenderá a avaliar positivamente o governo do presidente. Quando percebe uma piora em sua situação econômica, isto tenderá a refletir em uma avaliação negativa do presidente. Além de testar tal relação, buscamos mensurá-la.

*H2 - A avaliação econômica retrospectiva sociotrópica é diretamente proporcional à avaliação de governo*

Ou seja, quando o eleitor entende que, analisando retrospectivamente, a economia do país vai bem, ele tenderá a avaliar positivamente o governo do presidente. Quando desaprova o desempenho do governo na economia nacional, isto tenderá a refletir em uma avaliação negativa do governo do presidente.



*H3 –Taxa de crescimento econômico é diretamente proporcional à avaliação de governo*

Como a literatura do voto econômico aponta, espera-se que conforme se eleve a taxa de crescimento econômico, o eleitor tenderá a avaliar positivamente o desempenho do presidente em sua gestão.

*H4 –Inflação é inversamente relacionado com a avaliação de governo*

Como a literatura do voto econômico aponta, espera-se que conforme se eleve os índices inflacionários, o eleitor tenderá a avaliar negativamente o desempenho do presidente.

*H5 –Taxa de desemprego é inversamente relacionado com a avaliação de governo*

Como a literatura do voto econômico aponta, espera-se que conforme se eleve a taxa de desemprego, o eleitor tenderá a avaliar negativamente o desempenho do presidente.

*H6 –Países com IDH elevados tenderão a avaliar positivamente a gestão de seus presidentes*

Espera-se que eleitores premiem um governante quando é possível observar índices do desenvolvimento humano elevados.

### **6.3.2 Resultados**

Quando observamos a medida de confiabilidade das estimativas das médias dos países, que foram calculadas a partir dos dados do nível 1, verifica-se que o modelo oferece uma estimativa confiável, na medida em que se aproxima de 1 (0,995).

Com o intuito de estimar a magnitude da variação da avaliação dos governos entre os países latino-americanos, foi elaborado um modelo sem os preditores de nível 1 e 2. A fórmula para cálculo do Coeficiente Intraclass é:

$$CI = VMP / (VMP + VI)$$

Onde,

CI = coeficiente intraclass

VMP= variância das médias entre os países

VI= variância da M1 (variável dependente) entre o indivíduo (nível 1)

Assim,

$$\rho = \frac{0,10105}{0,10105 + 0,74440} = 0,11952$$

Esse Coeficiente de Correlação Intraclass, que mede a variabilidade que corresponde ao nível 2, nos indica que 11,9% da variação da avaliação dos presidentes latino-americanos pode ser explicada por fatores relacionados a países. Tal resultado significativo indica, destarte, a pertinência de variáveis institucionais para apreensão do comportamento eleitoral.

Posto isto, na sequência pretende-se averiguar como as variáveis de nível individual comportam-se em relação a variável dependente (avaliação de presidentes).

TABELA 03 - Impacto de variáveis econômicas individuais na avaliação de presidentes latino-americanos

Fixed Effect	Coefficient	Standard error	t-ratio	Approx. d.f.	p-value
For INTRCPT1, $\beta_0$					
INTRCPT2, $\gamma_{00}$	2.314419	0.137499	16.832	15	<0.001
For SOCT1 slope, $\beta_1$					
INTRCPT2, $\gamma_{10}$	0.252709	0.020056	12.600	15	<0.001
For IDI01 slope, $\beta_2$					
INTRCPT2, $\gamma_{20}$	0.093824	0.012215	7.681	15	<0.001
For L1 slope, $\beta_3$					
INTRCPT2, $\gamma_{30}$	0.008836	0.015457	0.572	15	0.576
For ED_RECOD slope, $\beta_4$					
INTRCPT2, $\gamma_{40}$	-0.054421	0.017055	-3.191	15	0.006

SOCT1 = avaliação econômica sociotrópica retrospectiva; IDI01 = avaliação econômica individual retrospectiva; L1 = posicionamento ideológico; ED\_RECOD = nível de escolaridade. Fonte: banco de dados da autora.

Como já se esperava, evidencia-se que a avaliação da economia sociotrópica retrospectiva foi a que mostrou maior efeito diferencial. Com o sinal positivo, indica que a cada elevação em tal score, aumenta a probabilidade de o eleitor avaliar o presidente de modo positivo. Seguido de tal coeficiente, a avaliação da economia individual retrospectiva também mostrou relevante para entender a avaliação de governo. Ideologia não mostrou ser estatisticamente significativo.

TABELA 04 - Variabilidade da avaliação dos presidentes latino-americanos tendo em vista as variáveis independentes, componentes do primeiro nível

Random Effect	Standard Deviation	Variance Component	d.f.	$\chi^2$	p-value
INTRCPT1, $u_0$	0.53648	0.28781	15	327.57734	<0.001
SOCT1 slope, $u_1$	0.07478	0.00559	15	121.49106	<0.001
IDI01 slope, $u_2$	0.03649	0.00133	15	34.62762	0.003
L1 slope, $u_3$	0.06112	0.00374	15	725.27195	<0.001
ED_RECOD slope, $u_4$	0.06163	0.00380	15	90.24125	<0.001
level-1, $r$	0.80457	0.64733			

SOCT1 = avaliação econômica sociotrópica retrospectiva; IDI01 = avaliação econômica individual retrospectiva; L1 = posicionamento ideológico; ED\_RECOD = nível de escolaridade. Fonte: banco de dados da autora.

Observando na sequência as estimativas de efeitos aleatórios, é possível constatar a variabilidade da avaliação dos presidentes latino-americanos tendo em vista as variáveis independentes, componentes do primeiro nível (0,64733). O intercepto ( $U_0$ ) também nos traz a informação que é diferente de 0 a variância das médias de avaliações dos presidentes entre os países. Ou seja, é possível averiguar padrões distintos nos fatores que incidem sobre a avaliação dos presidentes entre os países. Nesse sentido, variáveis de caráter macroestrutural apresentariam sua relevância para explicação do fenômeno em questão. A hipótese nula, por sua vez, indicaria que não haveria variação das médias de avaliações entre os países latino-americanos. Se esse fosse o caso, a análise deveria voltar-se para aspectos do nível individual.

Em análise à variação estatisticamente significativa no impacto das variáveis componentes do modelo sobre a avaliação de governo entre os países, é possível averiguar que a avaliação sociotrópica retrospectiva seria a variável que apresentaria maior grau de variação entre os países. Na sequência, averigua-se que a variável relacionada a nível educacional apresentaria uma variação do impacto na avaliação de governo. Em relação à avaliação da economia individual retrospectiva, observa-se que essa apresentaria menor grau de variação entre os países. Tais achados corroboram com os estudos de Lewis-Beck e Ratto (2013) e Veiga (2013), que destacam o peso da avaliação subjetiva sociotrópica retrospectiva em resultados eleitorais obtidos pelos mandatários e seus partidos em disputas presidenciais latino-americanas.

Voltando-se para medidas que versam sobre a confiabilidade de tais coeficientes aleatórios no nível 2, os dados nos indicam que as estimativas são estatisticamente confiáveis (próximo de 1). Ou seja, é seguro afirmar que há variações no impacto de determinados aspectos na avaliação de governo entre os países.

Uma vez averiguado que variáveis de nível individual apresentam impacto na variável dependente e que tais relações apresentam variabilidades tendo em vista o país em análise, cabe, portanto, averiguar quais variáveis do nível macroestrutural incidem sobre o fenômeno em análise.

A tabela a seguir mostra que nenhuma variável econômica macroestrutural apresentou uma relação estatisticamente significativa. Ou seja, pode haver outros fatores que incidem para as diferenças observadas entre países que não precisamente os listados neste estudo. Além disso, é possível que índices como taxa de crescimento econômico, inflação e taxa de desemprego interfiram de maneira direta na percepção da economia e de maneira indireta na avaliação do governo, seguindo a linha do que foi apontado no trabalho de Veiga (2013), em que as variáveis macroeconômicas objetivas influenciavam as percepções dos eleitores e estas por sua vez impactavam nos resultados eleitorais obtidos pelos partidos dos mandatários, sem, contudo, haver um impacto direto entre taxa de inflação, desemprego e crescimento na variável dependente.

TABELA 05 - Impacto de variáveis econômicas macroestruturais na avaliação de presidentes latino-americanos<sup>6</sup>

Fixed Effect	Coefficient	Standard error	t-ratio	Approx. d.f.	p-value
For INTRCPT1, $\beta_0$					
INTRCPT2, $\gamma_{00}$	2.289853	0.901052	2.541	11	0.027
GPDGROWT, $\gamma_{01}$	-0.039533	0.019149	-2.065	11	0.063
INFLAÇÃO, $\gamma_{02}$	-0.039912	0.033102	-1.206	11	0.253
DESEMPRE, $\gamma_{03}$	0.017499	0.019859	0.881	11	0.397
IDH, $\gamma_{04}$	0.325595	1.070110	0.304	11	0.767
For SOCT1 slope, $\beta_1$					
INTRCPT2, $\gamma_{10}$	0.252877	0.020060	12.606	15	<0.001
For IDI01 slope, $\beta_2$					
INTRCPT2, $\gamma_{20}$	0.093954	0.012121	7.751	15	<0.001
For L1 slope, $\beta_3$					
INTRCPT2, $\gamma_{30}$	0.008864	0.015432	0.574	15	0.574
For ED_REC0D slope, $\beta_4$					
INTRCPT2, $\gamma_{40}$	-0.054473	0.017124	-3.181	15	0.006

SOCT1 = avaliação econômica sociotrópica retrospectiva; IDI01 = avaliação econômica individual retrospectiva; L1 = posicionamento ideológico; ED\_REC0D = nível de escolaridade. Fonte: banco de dados da autora.

Cheibub e Przeworski (1997) também não encontram relações estatisticamente significativas quando analisam a probabilidade de sobrevivência de um determinado

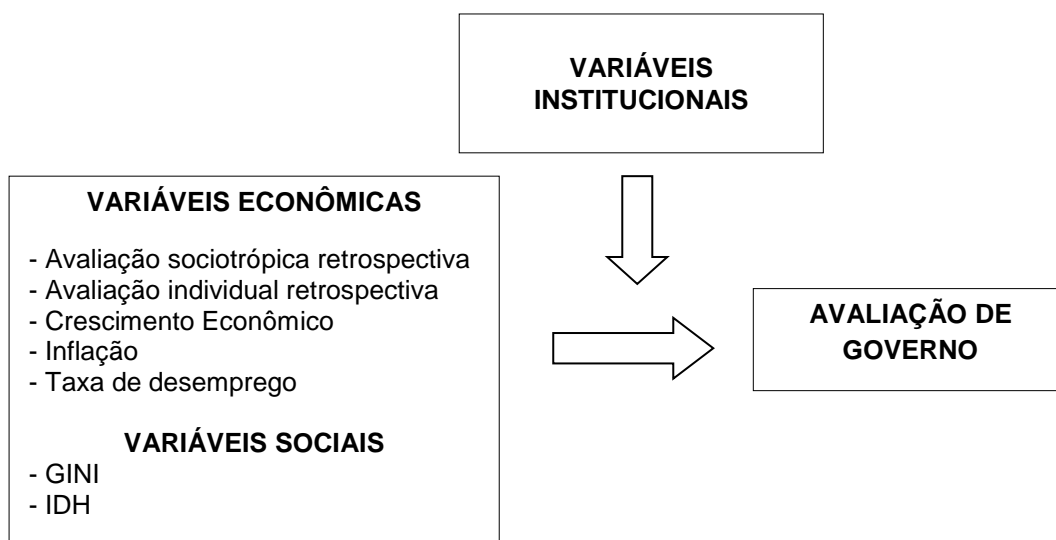
<sup>6</sup> Em decorrência da ausência de informações disponíveis sobre inflação e GINI, no período em análise, desconsiderou-se neste modelo Argentina e Venezuela.

governante no poder, tendo em vista a duração de seu mandato, com índices econômicos. Ainda que fuja do escopo deste trabalho, poder-se-ia supor, assim, que tais índices econômicos refletem na avaliação subjetiva da economia que, por sua vez, impactam na avaliação dada ao presidente. Apenas uma sugestão, repita-se.

#### 6.4 Instituições e voto econômico

Corroborado em parte os achados da literatura a respeito do voto econômico, pretende-se incorporar a esta análise na sequência as variáveis de contexto político. Na medida em que se poderiam ter cenários com maior/menor clareza de responsabilidade, espera-se que tais variáveis intervenham na percepção que o eleitor terá do cenário econômico e social e no julgamento das responsabilidades do presidente em relação a esse desempenho. Tal percepção, por sua vez, refletiria na avaliação que o presidente receberá.

FIGURA 02 – Modelo neoinstitucional do voto econômico



Assim, na sequência será esboçada a análise fatorial que contribuiu para o processo de agrupamento de variáveis institucionais utilizado no modelo.

#### 6.4.1 Fatores institucionais

Tendo em vista o elevado número de variáveis independentes e a necessidade de sua restrição para a realização de uma regressão hierárquica, a fim de mensurar o impacto de aspectos macroestruturais em questões microestruturais posteriormente, a análise fatorial apresentou-se como um mecanismo estatístico válido. Como apontam Figueiredo Filho e Silva Jr. (2010), a análise fatorial tem por principal função a elaboração de dimensões latentes, resumindo as diversas variáveis em fatores. A grande vantagem de tal procedimento, para além de inibir o subjetivismo do pesquisador ao selecionar determinadas variáveis, é uma maior simplificação para análise dos dados sem perder, todavia, a riqueza do poder explicativo das variáveis em questão.

Inicialmente, dado o número de variáveis em questão, teve-se por preocupação fazer uma seleção e exclusão das variáveis que não apresentassem uma relação estatisticamente significativa ( $\text{sig} < 0,050$ ). Posterior a essa seleção preliminar, tendo em vista o parâmetro proposto por Hal et al (2006), conforme expõe Figueiredo Filho e Silva Junior (2010), descartaram-se valores abaixo de 0,50, na medida em que só seriam aceitáveis correlações acima desse valor. A partir disso, mostrou-se pertinente retirar da análise aquelas variáveis atinentes ao senado, na medida em que estas se correlacionavam apenas entre si.

Uma vez que não é possível estabelecer o mesmo teste de análise fatorial para variáveis contínuas e categóricas, optou-se pela separação analítica de acordo com a classificação da variável. Usualmente, como aponta Figueiredo Filho e Silva Junior, na literatura observa-se uma defesa pelo uso restrito de variáveis contínuas em uma análise fatorial. De todo modo, haveria técnicas estatísticas que permitiriam a incorporação das variáveis categóricas (Kritzer, 1978a; 1978b; Vermunt e Magidison, 2004 apud Figueiredo Filho e Silva Junior).

Na análise fatorial, adotou-se como método a extração de fatores por componentes principais, que obtiverem Eigenvalues acima de um, em consonância com o critério de Kaiser, na medida em que abaixo deste valor haveria pouca contribuição do fator para explicação da variância. No que se refere ao método de rotação, optou-se pelo oblíqua. Para Schawb, segundo Figueiredo Filho e Silva Junior (2010), “[...] o método de rotação se refere ao método matemático que rotaciona os eixos no espaço geométrico. Isso torna mais fácil determinar quais variáveis são carregadas em quais componentes” (SCHAWB, 2007 apud Figueiredo

Filho e Silva Junior, 2010, p.169). Ou seja, o método de rotação tem por propósito facilitar a interpretação do resultado estatístico. Haveria dois principais modelos de rotação: ortogonal, que é o mais usual pela sua simplificação, embora venha a considerar os fatores como independentes, e o tipo de rotação oblíqua, que, ao correlacionar os fatores, tem uma elaboração mais sofisticada e que, por isso, é mais difícil de ser interpretado.

Para a elaboração da análise fatorial com as variáveis que são contínuas, considerou-se magnitude do distrito da Câmara dos Deputados, número de partidos efetivos eleitoral do executivo, bem como, do parlamentar da Câmara dos Deputados, fragmentação partidária da Câmara dos Deputados e porcentagem de cadeiras ocupadas pelo partido do presidente na Câmara do Presidente. Em análise ao KMO (0,635) e o teste BTS ( $\text{sig} < 0,050$ ), a amostra se mostrou adequada à análise fatorial.

Conforme critério de Kaiser, verificou-se que é possível extrair apenas um fator, com *eigenvalue* de 2.901 e 58,020% de variância. Outro ponto que merece atenção na análise fatorial são as comunalidades. Elas indicam o grau de variação de cada variável que são explicadas pelo fator extraído. Esse valor deve estar acima de 0,500 para ser aceito, na medida em que quanto maior é este valor, maior será a correlação entre as variáveis. Entretanto, magnitude dos distritos eleitorais da Câmara dos deputados e número de partidos efetivos eleitoral do executivo não obtiveram comunalidades acima de 0,50, portanto, é necessária sua retirada da análise e rodar outra análise fatorial.

**TABELA 06 – Comunalidades**

	Initial	Extraction
NEPe Exec	1.000	.413
Magnitude média dos distritos CD	1.000	.084
Número de Partidos efetivos na CD	1.000	.752
Fragmentação CD	1.000	.937
% de Cadeiras ocupadas pelo partido do presidente na CD	1.000	.715

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Desconsideradas, portanto, as variáveis que obtiveram comunalidades abaixo de 050, restaram três variáveis: número de partidos efetivos parlamentar, fragmentação partidária e porcentagem de cadeiras ocupadas pelo partido do presidente na Câmara dos Deputados. Com KMO acima de 0,600 (0,653) e BTS  $< 0,050$  (0,000), a amostra se apresenta adequada à análise. De acordo com o critério de Kaiser, houve a extração de um fator com um *eigenvalue* 2.525 e 84,169 % de variância. Ou seja, mais forte que o visto anteriormente.

O fator, destarte, é composto essencialmente por variáveis atinentes ao sistema partidário. Conforme aumenta o número de partidos efetivos, tende a aumentar também a fragmentação partidária. Em contrapartida, conforme ascendem essas variáveis, há um decréscimo no percentual de cadeiras ocupadas pelo partido do presidente, na medida em que quanto maior for o número de partidos efetivos e fragmentação partidária, menor é a possibilidade de um partido ocupar uma parcela significativa de cadeiras, interferindo diretamente na vulnerabilidade do presidente no legislativo. A questão que é passível de ser posta nesse cenário é o entrave governabilidade versus representatividade. Sistemas multipartidários, ainda que de uma ótica democrática, possam ser sinônimos de uma rica representatividade de segmentos da sociedade, também podem desencadear entraves para o andamento de pautas políticas, havendo a necessidade de recorrer a mecanismos de negociação. No que se refere à clareza de responsabilidade, essa também seria prejudicada por um cenário multipartidário. O cenário seria marcado, também pela ineficiência, ao ter por base a discussão de Shugart e Carey (1992), uma vez que sistemas multipartidários acabam a se relacionando a sistemas que prevalecem pautas paroquialistas.

Assim agrupadas as variáveis, o próximo passo foi somar tais variáveis e, a partir da mediana, que não é sensível aos extremos, dividir os países em alta/ baixa clareza de responsabilidade. Como as variáveis em questão apresentam medidas distintas, previamente a essa divisão entre países, elas foram dicotomizadas a partir de sua mediana<sup>7</sup>. O resultado pode ser observado na tabela 07.

---

<sup>7</sup> A variável que versa sobre a porcentagem de cadeiras do presidente foi codificada de modo descendente, ou seja, 0 indica aqueles casos em que o partido ocupou maior porcentagem de cadeiras, ao passo que 1 indicaria casos em que ocuparam menos cadeira. Isso se torna pertinente na medida em que fragmentação partidária e número de partidos efetivos se relacionam inversamente com essa variável: quanto maior fragmentação/número de partidos efetivos, menor a porcentagem de cadeiras ocupadas pelo partido situacionista.



TABELA 07 – Países divididos em clareza de responsabilidade – Fator partidário

Maior clareza de responsabilidade	Menor clareza de responsabilidade
Bolívia	Argentina
El Salvador	Brasil
Honduras	Chile
Nicarágua	Colômbia
Panamá	Costa Rica
Paraguai	Equador
República Dominicana	Guatemala
Uruguai	México
Venezuela	Peru

O próximo passo é a realização da análise fatorial com as variáveis categóricas. Para tanto foi utilizado um recurso disponibilizado pelo SPSS, denominado *Categorical Principal Component Analysis* (CATPCA).

Foram consideradas na elaboração desses fatores o modo de eleição do executivo e legislativo (Câmara dos deputados), possibilidade de segundo turno em eleições executivas, poderes constitucionais (decreto, veto total e parcial) e a forma de composição da lista partidária da Câmara dos deputados (aberta ou fechada). Adotando, ainda, o critério de Kaiser, foi extraído dois fatores: um fator com eigenvalue de 3.167 e outro com 2.076.

TABELA 08 – Síntese de dados da análise fatorial

Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	.798	3.167	.452
2	.605	2.076	.297
Total		5.243	.749
Mean	.722 <sup>a</sup>	2.621	.374

a. Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.

Destarte, haveria dois fatores, onde um engloba questões do sistema eleitoral (modo de eleição do executivo e legislativo, segundo turno, bem como a lista partidária da Câmara dos Deputados) e o segundo fator que seria essencialmente o poder de agenda legislativa reativa do presidente frente ao sistema legislativo, englobando veto total e parcial. Excetuando o veto total que contribui 0,403 em um fator e 0,885 em outro, evidencia-se claramente o delineamento das variáveis em seus respectivos componentes. Como defendem Hair et al (2006) e Schawb (2007), conforme expõe Figueiredo Filho e Silva Junior (2010), a mesma

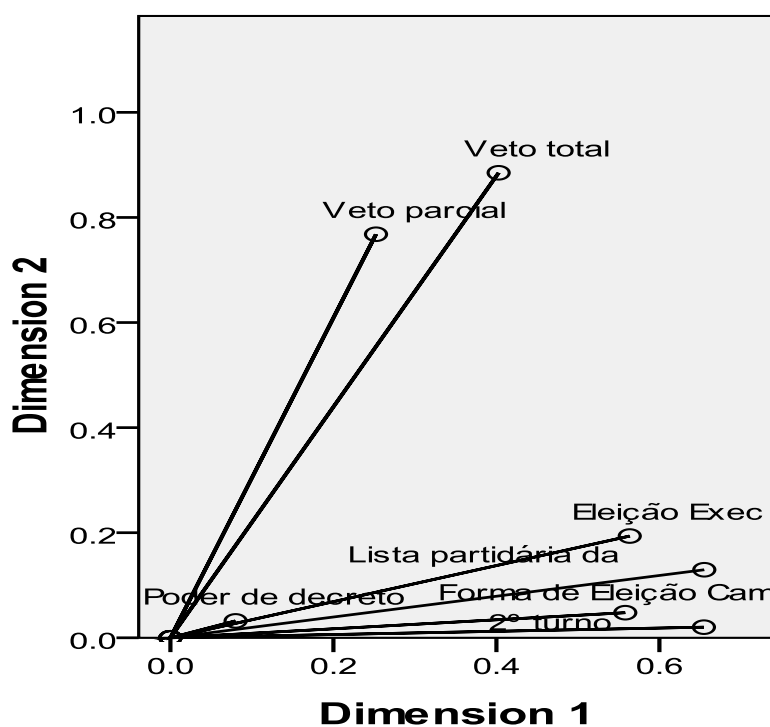
variável não pode apresentar valor explicativo em mais de um componente, sendo adotado como limite aceitável de contribuição de uma variável de 0,40. Esse ponto é satisfeito nos dados encontrados.

TABELA 09 – Fator eleitoral e de poder reativo do presidente

	Fatores		Média
	1	2	
Eleição Exec	<b>.564</b>	.194	.379
2º turno	<b>.558</b>	.048	.303
Poder de decreto	.080	.032	.056
Veto total	.403	<b>.885</b>	.644
Veto parcial	.252	<b>.768</b>	.510
Forma de Eleição Câmara dos Deputados	<b>.655</b>	.020	.337
Lista partidária da eleição da CD	<b>.655</b>	.129	.392
Active Total	3.167	2.076	2.621

Graficamente, evidencia-se a presença desses dois fatores.

Figura 03 – Fator eleitoral e poder reativo do presidente



Sobre o efeito direto do sistema eleitoral na clareza de responsabilidade, é possível esperar que o sistema proporcional com lista aberta levasse a menor clareza de

responsabilidade, na medida em que tende a incentivar o personalismo e não o partidarismo em campanhas eleitorais no legislativo. O personalismo, em detrimento do partidarismo, faz desvincular o voto no legislativo do voto no executivo. Campanhas mais desconectadas estariam relacionadas à menor clareza, na medida em que reduziria o vínculo de compromisso em campanha entre candidatos do legislativo com o do executivo. Sistema proporcional de lista fechada e/ou sistema majoritário levam a maior clareza de responsabilidade, na medida em que tendem a incentivar o partidarismo e não o personalismo em campanhas eleitorais no legislativo. Neste caso, acredita-se que no caso da lista fechada assim como no caso do sistema majoritário, há mais forte poder da liderança partidária na escolha dos candidatos do que no caso das listas abertas.

Em relação ao modo de eleição do executivo, que varia do candidato eleito por maioria simples à maioria absoluta, bem como o segundo turno que vai da ausência para presença, contribuem de modo descendente para a questão de clareza de responsabilidade. Quando se exige uma maioria absoluta para a eleição de um candidato, haveria, em alguma medida, estímulo para coligação apenas no segundo turno. Isto porque eleições que exigem mais de 40% dos votos ou maioria absoluta estão relacionadas à presença de segundo turno. Eleições que apresentam a possibilidade de segundo turno tenderiam a conter mais alternativas disponíveis no primeiro turno na medida em que pode vir a ser vantajoso para determinado partido lançar seu candidato, ainda que sem chances reais de vitória, com o intuito de trazer visibilidade ao partido e, com uma derrota, haveria a possibilidade de coligação para o segundo turno. Contrariamente, quando se elege por maioria simples e sem possibilidade de segundo turno, como sugere Shugart e Carey (1992), espera-se que menor seja o número de alternativas disponíveis dado que os partidos tenderão a se coligar já no início da disputa.

Seguindo o mesmo procedimento para dicotomizar as variáveis em maior/ menor clareza de responsabilidade, em relação a variáveis eleitorais, teve-se divisão como mostra a tabela 10:

TABELA 10 – Países divididos em clareza de responsabilidade – Fator eleitoral

Maior Clareza de Responsabilidade	Menor Clareza de Responsabilidade
Argentina	Brasil
Bolívia	Chile
Costa Rica	Colômbia
Honduras	El Salvador
México	Equador
Nicarágua	Guatemala
Panamá	Peru
Paraguai	República Dominicana
Venezuela	Uruguai

No que se refere ao segundo fator, formado pelos poderes constitucionais reativos, veto parcial e total, esses estão mensurados numa escala ascendente onde conforme cresce o valor, maior é a dificuldade de derrubada do veto presidencial pelo congresso nacional e, por consequência, maior é o poder reativo presidencial. Como um sistema eficiente é aquele que apresenta presidente com fracos poderes reativos, a clareza de responsabilidade é inversamente proporcional. Ou seja, menor poder reativo está relacionado à maior clareza de responsabilidade. A divisão de países em maior/ menor clareza de responsabilidade está resumida na tabela 11.

TABELA 11 – Países divididos em clareza de responsabilidade – Poder reativo do presidente

Maior Clareza de Responsabilidade	Menor Clareza de Responsabilidade
Bolívia	Argentina
Brasil	Chile
Colômbia	Costa Rica
Guatemala	El Salvador
México	Equador
Nicarágua	Honduras
Paraguai	Panamá
Venezuela	Peru
	República Dominicana
	Uruguai

### 6.4.2 Hipóteses

A partir da análise fatorial, há três fatores que serão levados em consideração: 1) sistema eleitoral; 2) sistema partidário; 3) poder reativo do presidente.

*H7 – O voto econômico tenderá a se efetivar de maneira mais forte em cenários institucionais com mais transparência de responsabilidade.*

*H7.1 - Sistemas eleitorais caracterizados como sistemas majoritários ou sistemas proporcionais com lista fechada para eleições do legislativo e um executivo eleito por maioria simples sem possibilidade de segundo turno, incidirão positivamente na clareza de responsabilidade e eficiência. Assim, países que apresentem tais características tenderão a ter maior relação entre economia e avaliação do governo.*

Quando um sistema eleitoral é caracterizado por um sistema majoritário ou proporcional com lista fechada para eleição do legislativo é de se esperar campanhas com enfoque em pautas nacionais, bem como sistemas partidários com menor grau de fracionalização, auxiliando, assim, na clareza de responsabilidade e podendo ser classificado como um sistema eficiente. Quando o processo de eleição do legislativo se dá por lista fechada, onde os líderes partidários teriam controle sobre a ordenação de postulantes que serão eleitos conforme a fórmula eleitoral, Shugart e Carey (1992) apontam que tenderia a haver menor estímulo para estratégias que visassem a angariação de votos de modo individual. Além disso, quando o executivo é eleito por maioria simples, sem possibilidade de segundo turno, espera-se que menor sejam as alternativas a disposição do eleitor, na medida em que se torna preferível para os postulantes traçarem estratégias de coligações logo no primeiro turno. Uma vez que Sniderman e Levendusky (2007) apontam que a restrição do número de alternativas disponíveis concorrendo em uma eleição auxiliariam na escolha eleitoral, tais características (eleição por maioria simples sem possibilidade de segundo turno) se relacionam com maior clareza de responsabilidade. Maior clareza de responsabilidade e eficiência levará a uma maior vinculação entre economia e avaliação do governo.

Já, inversamente, sistemas eleitorais em que o legislativo é eleito pelo sistema proporcional, combinado com a lista aberta, apesar de garantir a representatividade, tendem a aumentar a fragmentação e o número de partidos efetivos. Além disso, com tais

características, é de se esperar eleições com enfoque em pautas paroquialistas, auxiliando, assim, negativamente na clareza de responsabilidade. No que se refere à eleição do executivo, quando este é eleito por maioria absoluta com possibilidade de segundo turno, as coligações são desencorajadas no primeiro turno na medida em que barganhar em um segundo momento pode vir a ser mais vantajoso, como já aponta a primeira lei de Duverger (Shugart e Carey, 1992). Por conta disso, tende a haver maior número de alternativas disponíveis que dificultariam o discernimento das alternativas disponíveis. Menor clareza de responsabilidade e eficiência levará a uma menor vinculação entre economia e avaliação do governo.

*H7.2 – O sistema partidário, marcado por baixa fragmentação, menor número de partidos efetivos e maior porcentagem de cadeiras ocupadas pelo partido do presidente, são características relacionadas à maior clareza de responsabilidade e eficiência. Assim, onde houver tais características, maior será a relação entre economia e avaliação do governo.*

Em um cenário político em que haja maior inserção do partido situacionista na esfera legislativa, o presidente tende a estar menos vulnerável e teria maiores chances de aprovar sua agenda legislativa (Anderson, 2000). Com maior poder de aprovação de agenda legislativa, maior clareza de responsabilidade.

Por sua vez, o sistema partidário, quando marcado por elevada fragmentação, maior número de partidos efetivos e menor porcentagem de cadeiras ocupadas pelo partido do presidente estaria, de modo ascendente, interferindo na vulnerabilidade do presidente. Tais características estão relacionadas a um cenário de menor clareza de responsabilidade na medida em que haveria a possibilidade de ter um legislativo pautado por questões clientelistas, bem como, maior dificuldade por parte do partido situacionista, de imposição de agenda legislativa. Espera-se que em sistemas políticos em que há envolvimento da oposição na esfera legislativa, os candidatos situacionistas tendam a estarem menos sujeitos à clareza de responsabilidade.

*H7.3– Presidentes com fracos poderes reativos estão relacionados a sistemas políticos eficientes. Quando o sistema político é eficiente, maior vinculação entre economia e avaliação do governo.*

Espera-se que os poderes reativos, que estão ordenados de modo crescente, impactem negativamente no processo de eficiência, na medida em que quanto menor o poder constitucional do presidente, maior seria a eficiência do sistema como um todo. Como já citado anteriormente, Shugart e Carey (1992) apontam como componente de um modelo eficiente um poder reativo fraco do presidente quando esse é associado a um legislativo com fortes lideranças partidárias. Mais vale um congresso majoritário do que fortes poderes reativos. Com esse entendimento acerca de um sistema político eficiente, espera-se que quanto maior a eficiência do sistema político em análise, maior vinculação entre economia e avaliação do governo.

### 6.4.3 Resultados

Nesta última etapa da pesquisa, os bancos de dados serão divididos entre aqueles casos com maior e menor clareza de responsabilidade do fator que versa sobre sistema partidário para, na sequência, fazermos um teste de correlação entre as variáveis independentes econômicas – dos níveis individual e agregado – e a variável dependente. O objetivo é constatar se há mais frequente e alta correlação entre as variáveis em teste no caso de países imersos em realidade de alto fator do sistema partidário, como – a partir de nossa hipótese 7.1 – se pode esperar. O passo seguinte é repetir o procedimento, dividindo o banco de dados de acordo com o nível de clareza de responsabilidade dos fatores sistema eleitoral e sistema de governo a fim de testar as demais hipóteses, 7.2 e 7.3.

Observa-se que na análise da totalidade dos casos, foi utilizada análise multinível para testar a hipótese do voto econômico. Agora, teve-se a necessidade de abandonar a ideia de fazer uma análise multinível, pois para testar a hipótese da clareza de responsabilidade seria necessário dividir a amostra total entre países com maior e menor clareza e, assim, cada sub-amostra contaria então com apenas oito casos, o que para uma análise multinível é muito pouco.

**Fator sistema partidário:** As avaliações retrospectiva e prospectiva estão significativamente e positivamente correlacionadas com a avaliação do mandatário (sig 0,000) nos dois subgrupos de acordo com a teoria do voto econômico. Contudo, a hipótese da clareza de responsabilidade não fica confirmada, pois tanto em contexto de menor quanto de maior clareza de responsabilidade do sistema partidário encontra-se correlações válidas, positivas e

com forças muito parecidas, não havendo qualquer distinção do padrão de decisão do voto econômico nos dois cenários.

As variáveis macroeconômicas também se mostraram significativamente e positivamente correlacionadas com a avaliação do mandatário (sig 0,000) nos dois subgrupos. Contudo, o sentido do impacto é precisamente o oposto do que se poderia esperar em um contexto de alta clareza de responsabilidade: correlação positiva com a avaliação do desempenho do mandatário no caso de inflação e de desemprego e correlação negativa no caso de crescimento econômico. No subgrupo de países com baixa clareza de responsabilidade, repete-se a correlação positiva com a avaliação do desempenho do mandatário no caso de inflação e desemprego.

Neste sentido, os achados se aproximam do que Cheibub e Prezworski encontraram em seu estudo, que a clareza de responsabilidade não necessariamente interfere no sentido de promover o padrão de comportamento do voto econômico e, conseqüentemente, no tempo de duração dos mandatos.

**Fator sistema eleitoral:** Assim como ocorre quando há em consideração o fator partidário, as avaliações retrospectiva e prospectiva estão significativamente e positivamente correlacionadas com a avaliação do mandatário (sig 0,000). Mas a hipótese da clareza de responsabilidade não é confirmada mais uma vez, na medida em que há sutis diferenças nos coeficientes de correlação.

No que se referem às variáveis macroeconômicas, estas também se mostraram significativamente e positivamente correlacionadas com a avaliação do mandatário em cenários maior e menor clareza de responsabilidade. Excetua-se a inflação, que está negativamente correlacionada em países com maior clareza de responsabilidade. Inflação se mostra no sentido esperado nesses países, embora a correlação seja baixa (-0.077). Taxa de crescimento também se apresenta no sentido esperado em ambos os subgrupos, embora não confirme a hipótese de maior correlação em países com maior clareza de responsabilidade. Em relação à taxa de desemprego, contudo, o sentido do impacto é precisamente o oposto ao que se poderia esperar em países com maior e menor clareza: correlação positiva com a avaliação do desempenho do mandatário.

**Fator dos poderes reativos dos presidentes:** Por fim, analisando a diferença da clareza de responsabilidade, tendo em vista os poderes reativos dos presidentes, é possível observar que



se segue a tendência anteriormente exposta. Ambas as avaliações econômicas subjetivas estão correlacionadas positivamente com a avaliação do governo. Entretanto a hipótese H7.3 não é corroborada na medida em que as diferenças entre os coeficientes de correlações são sutis.

Em relação às variáveis que versam sobre índices econômicos nacionais, taxa de desemprego não apresenta uma relação estatisticamente significativa em todos os casos. Inflação, por sua vez, está negativamente correlacionada com a avaliação do governo apenas em países com maior clareza de responsabilidade. Em países com menor clareza não há uma relação estatisticamente significativa. Taxa de desemprego, assim como ocorre nos fatores anteriormente expostos, está em sentido oposto ao esperado.

TABELA 12 – Quadro de correlações de variáveis econômicas independentes por variável dependente em contextos institucionais distintos marcados por menor ou maior clareza de responsabilidade

Variáveis	Fator partidário		Fator eleitoral		Fator dos poderes reativos dos presidentes	
	Maior clareza	Menor Clareza	Maior clareza	Menor Clareza	Maior clareza	Menor Clareza
Avaliação retrospectiva individual	0.204***	0.227***	0.220***	0.212***	0.222***	0.209***
Avaliação retrospectiva sociotrópica	0.302***	0.332***	0.325***	0.307***	0.336***	0.305***
Inflação	0.073***	0.212***	-0.077***	0.223***	-0.026*	0.005
Desemprego	0.206***	0.039***	0.120***	0.031***	0.234***	0.021*
Taxa de crescimento	-0.37***	0.154***	0.019*	0.125***	0.016	0.013

Fonte: Barômetro das Américas; Banco de dados da autora \*\*\* sig 0,000

Assim, quando comparado tais achados com o modelo hierárquico, em que foram utilizadas apenas variáveis econômicas sem levar em consideração as diferenças institucionais, é possível observar a saliência do voto econômico. Avaliação subjetiva da economia, seja esta retrospectiva sociotrópica ou individual, apresenta fortes correlações. As variáveis de nível macroestrutural, tais como inflação, taxa de desemprego e taxa de crescimento, de todo modo, apesar de se mostrarem estatisticamente significativas, são incoerentes ou o coeficiente de correlação é baixo. Já que no modelo hierárquico tais variáveis também não trouxeram tantas informações e o seu emprego em um modelo hierárquico, tendo em vista as divisões institucionais, torna-se inviável pelo número de casos. Na sequência foram realizadas regressões tendo em consideração apenas as variáveis econômicas subjetivas.

A tabela 13 traz informações sobre o fator partidário. Como era previsto, a relação entre avaliação da economia, sendo esta sociotrópica ou individual, e avaliação dada ao presidente latino-americano é estatisticamente significativa: quanto melhor for a avaliação da economia, maior a probabilidade de que o presidente receba uma avaliação positiva. Além disso, a partir dos coeficientes, é possível observar que tal relação é relativamente maior em países com maior clareza de responsabilidade. Dito de outro modo, em países que apresentam menor número de partidos efetivos, menor fragmentação partidária e o partido situacionista ocupe maior porcentagem de cadeiras na Câmara dos Deputados, será possível observar maior relação entre economia e avaliação do governo. Importante salientar também que a avaliação sociotrópica é uma variável com maior peso explicativo, tanto em países com maior ou menor clareza de responsabilidade, quando comparado à avaliação da economia individual. Isto pode estar relacionado com a abrangência de atuação do cargo em que se está em discussão (executivo nacional).

**TABELA 13 - Variáveis econômicas de nível individual (Partidário)**  
**Maior clareza de responsabilidade**

Fixed Effect	Coefficient	Standard error	t-ratio	Approx. d.f.	p-value
For INTRCPT1, $\beta_0$					
INTRCPT2, $\gamma_{00}$	2.090473	0.192338	10.869	7	<0.001
For SOCT1 slope, $\beta_1$					
INTRCPT2, $\gamma_{10}$	0.328413	0.056642	5.798	7	<0.001
For IDI01 slope, $\beta_2$					
INTRCPT2, $\gamma_{20}$	0.093628	0.021176	4.421	7	0.003
<b>Menor clareza de responsabilidade</b>					
Fixed Effect	Coefficient	Standard error	t-ratio	Approx. d.f.	p-value
For INTRCPT1, $\beta_0$					
INTRCPT2, $\gamma_{00}$	2.329244	0.149262	15.605	7	<0.001
For SOCT1 slope, $\beta_1$					
INTRCPT2, $\gamma_{10}$	0.242890	0.024732	9.821	7	<0.001
For IDI01 slope, $\beta_2$					
INTRCPT2, $\gamma_{20}$	0.079218	0.012921	6.131	7	<0.001

SOCT1 = avaliação econômica sociotrópica retrospectiva; IDI01 = avaliação econômica individual retrospectiva.  
Fonte: banco de dados da autora.

A tabela 14, que versa sobre variáveis econômicas no nível individual do fator eleitoral, aponta uma tendência contrária a encontrada anteriormente. Com relações estatisticamente significativas, a avaliação sociotrópica é mais forte em países com menor clareza de responsabilidade. Já em relação à avaliação econômica individual a expectativa é

suprida. Ou seja, é possível observar que o coeficiente é maior em países com maior clareza de responsabilidade.

**TABELA 14 - Variáveis econômicas de nível individual (Eleitoral)**

<b>Maior clareza de responsabilidade</b>					
Fixed Effect	Coefficient	Standard error	t-ratio	Approx. d.f.	p-value
For INTRCPT1, $\beta_0$					
INTRCPT2, $\gamma_{00}$	2.120581	0.165880	12.784	6	<0.001
For SOCT1 slope, $\beta_1$					
INTRCPT2, $\gamma_{10}$	0.261186	0.035334	7.392	6	<0.001
For IDI01 slope, $\beta_2$					
INTRCPT2, $\gamma_{20}$	0.105216	0.022572	4.661	6	0.003
<b>Menor clareza de responsabilidade</b>					
Fixed Effect	Coefficient	Standard error	t-ratio	Approx. d.f.	p-value
For INTRCPT1, $\beta_0$					
INTRCPT2, $\gamma_{00}$	2.344825	0.134043	17.493	8	<0.001
For SOCT1 slope, $\beta_1$					
INTRCPT2, $\gamma_{10}$	0.274112	0.028808	9.515	8	<0.001
For IDI01 slope, $\beta_2$					
INTRCPT2, $\gamma_{20}$	0.076128	0.010701	7.114	8	<0.001

SOCT1 = avaliação econômica sociotrópica retrospectiva; IDI01 = avaliação econômica individual retrospectiva.

Fonte: banco de dados da autora.

Os achados contradizem o que diz a literatura a respeito da clareza de responsabilidade, ao menos no que se refere à avaliação retrospectiva sociotrópica. Ou seja, variáveis eleitorais relacionadas a cenários com maior clareza de responsabilidade não necessariamente refletem em uma maior relação entre a economia e avaliação do governo. Ao menos não diretamente, na medida em que é possível que regras eleitorais possam vir a impactar na configuração do sistema partidário que, como já mostrado anteriormente, explicariam as diferenças entre os países na relação entre economia e avaliação do governo.

A tabela 15 aponta que tanto a variável econômica individual quanto a variável econômica sociotrópica, apresentam um coeficiente mais elevado em países com menor clareza de responsabilidade. A hipótese sobre clareza de responsabilidade, portanto, não é confirmada. Ou seja, um dos aspectos que caracteriza um sistema eficiente não leva a maior relação entre avaliação subjetiva da economia e avaliação do governo.

**TABELA 15 - Variáveis econômicas de nível individual (Poderes reativos dos presidentes)**  
**Maior clareza de responsabilidade**

Fixed Effect	Coefficient	Standard error	t-ratio	Approx. d.f.	p-value
For INTRCPT1, $\beta_0$					
INTRCPT2, $\gamma_{00}$	2.430347	0.154656	15.715	6	<0.001
For SOCT1 slope, $\beta_1$					
INTRCPT2, $\gamma_{10}$	0.243051	0.036162	6.721	6	<0.001
For IDI01 slope, $\beta_2$					
INTRCPT2, $\gamma_{20}$	0.088149	0.019582	4.502	6	0.004
<b>Menor clareza de responsabilidade</b>					
Fixed Effect	Coefficient	Standard error	t-ratio	Approx. d.f.	p-value
For INTRCPT1, $\beta_0$					
INTRCPT2, $\gamma_{00}$	2.104282	0.130050	16.181	8	<0.001
For SOCT1 slope, $\beta_1$					
INTRCPT2, $\gamma_{10}$	0.287727	0.026131	11.011	8	<0.001
For IDI01 slope, $\beta_2$					
INTRCPT2, $\gamma_{20}$	0.089694	0.016959	5.289	8	<0.001

SOCT1 = avaliação econômica sociotrópica retrospectiva; IDI01 = avaliação econômica individual retrospectiva.  
 Fonte: banco de dados da autora.

Em suma, tendo em vista o período em estudo, é possível confirmar a tese do voto econômico na América Latina. Ao menos as variáveis econômicas de nível individual explicam a avaliação do governo. E mais, variáveis institucionais, tais como as atinentes ao sistema partidário e eleitoral (ao menos na relação entre avaliação retrospectiva individual e avaliação do governo), auxiliam a compreender a variação em tal relação. A linha teórica que aponta a pertinência explicativa de variáveis institucionais no comportamento eleitoral, assim, é endossada.

Sistemas presidencialistas apresentam relevantes variações institucionais que, para além de assegurar a governabilidade, podem auxiliar ou prejudicar o processo de clareza de responsabilidade e eficiência do sistema político. Portanto, estudar tal sistema político e suas particularidades, bem como, a forma como esse desenho institucional reflete no comportamento eleitoral latino-americano, é fecundo.

## 7 Considerações Finais

Com o levantamento bibliográfico acerca do voto econômico, é possível observar que apesar de variações quanto ao modelo de análise e variáveis empregadas, a economia ainda apresenta relevante peso explicativo no comportamento eleitoral. Avançando nessa discussão do voto econômico, há autores que apontam a necessidade de ater-se ao contexto institucional

ao qual o eleitor está inserido. Com uma gama elevada de variáveis atinentes ao sistema político, eleitoral e partidário, os estudos transnacionais apontam a riqueza explicativa de tais variáveis.

Partindo deste cenário, o presente trabalho teve por intuito analisar a avaliação do governante latino-americano entre 2008 e 2012. Para tanto, teve por base teórica os conceitos de clareza de responsabilidade e sistema eficiente. Trazendo esta discussão institucionalista para um estudo transnacional da região latino-americana, o trabalho também busca amenizar uma lacuna presente na literatura quanto à carência de pesquisas que possuem como variável dependente a avaliação de governo.

Com enfoque apenas em questões econômicas (sejam estas subjetivas ou objetivas), as análises, inicialmente, reforçam a literatura sobre o voto econômico. Ao menos no que se refere às variáveis do nível individual. Ou seja, a percepção da economia impacta na avaliação de governo. A avaliação econômica sociotrópica retrospectiva foi a que mais apresentou um efeito diferencial na variável dependente. Assim, uma boa avaliação da situação econômica do país reverte-se em uma avaliação positiva do desempenho do presidente. A avaliação econômica individual retrospectiva também se mostrou relevante. Um aspecto que chama atenção é quanto ao grau de variabilidade entre os países do impacto da avaliação econômica sociotrópica retrospectiva na variável dependente. Dentre as variáveis do nível individual, tal variável é a que apresenta maior taxa de variação entre os países latino-americanos. Já em relação à variável que versa sobre a avaliação econômica individual, esta apresentaria um impacto um pouco mais homogêneo entre as realidades estudadas. Índices econômicos nacionais, por sua vez, não apresentaram poder explicativo. Como já mencionado anteriormente, poder-se-ia supor um poder explicativo dessas variáveis de modo indireto. Ou seja, estas variáveis impactariam na percepção que o indivíduo constrói da economia e esta percepção, por sua vez, exerce poder explicativo sobre a avaliação presidencial.

Ao recorrer às correlações, por limitações metodológicas, para analisar a avaliação dos presidentes latino-americanos, tendo em vista aspectos institucionais, pouco pode ser inferido. Ou seja, as diferenças nos coeficientes de correlação se mostram sutis ou inconsistentes com o esperado.

Ao descartar as variáveis econômicas objetivas e aplicando uma regressão linear com variáveis subjetivas, é possível observar o poder explicativo, ainda que sutil, de variáveis institucionais, tais como as atinentes ao sistema partidário e eleitoral (ao menos na relação entre avaliação retrospectiva individual e avaliação do governo). Não são todas as variáveis

que mostram poder explicativo na relação entre avaliação econômica e avaliação do governo, mas, ainda assim, não se pode desconsiderá-las em sua totalidade.

O presente trabalho reforçou também as nuances atinentes ao regime presidencialista, evidenciando a riqueza exploratória que há, dada as variações nesse arranjo institucional. Haveria contornos específicos que assegurariam a clareza de responsabilidade, bem como, a eficiência. Além disso, apontou-se a necessidade de cautela quanto a generalizações de uma possível insustentabilidade de tal regime para a consolidação democrática.

Estudar comportamento eleitoral pelo viés institucionalista é fecundo e pode vir a enriquecer o debate contemporâneo na Ciência Política. Muitas são as variáveis passíveis a serem exploradas, bem como, o recorte temporal. É necessário que o eleitor seja contextualizado e seja levado em consideração o cenário institucional, social e econômico em que o mesmo realiza suas escolhas. Além disso, tal perspectiva institucionalista levanta discussões produtivas acerca de modos de otimização do desempenho institucional.

## 8 Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: Tavares, José Antônio Giusti (org). O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003, pp.21-73.

AMORIM NETO, Octávio. Presidencialismo e Governabilidade nas Américas. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 217p.

AMORIM NETO, Octávio; SANTOS, Fabiano. O Segredo Ineficiente Revisto: O que Propõem eo que Aprovam os Deputados Brasileiros. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, 2003, pp. 661 a 698.

ANDERSON, Christopher. Economic voting and political context a comparative perspective. Electoral Studies n 19. pp 151–170. 2000

ANDERSON, Christopher J. “The Interaction of Structures and Voter Behavior.” In Russell J. Dalton and Hans-Dieter Klingemann (eds.), Oxford Handbook of Political Behavior. New York: Oxford University Press, 2007

ARCE, Moisés E. e CARRIÓN, Julio F. Presidential Support in a Contexto f Crisis and Recovery in Peru, 1985 – 2008. Journal of Politics in Latin America, n 2, v 1, pp.31-51. 2010.

BENTON, Allyson. Dissatisfied democrats or retrospective voters? Economic hardship, political institutions and voting behavior in Latin America. División de Estudios Políticos, n 153, 2003.

BERELSON, Bernard R.; LAZARSFELD, Paul F. e MCPHEE, William N. Voting: A Study opinion formation in a presidential campaign. The University of Chicago Press. Chicago e Londres, 1954.

BORBA, Julian. DA SILVA, Rafael. RIBEIRO, Ednaldo. Comparecimento Eleitoral na América Latina: Uma análise multinível comparada. In: Anais do 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Gramado, RS. Agosto, 2012.

CAMARGOS, Malco Braga. Economia e Voto: Fernando Henrique versus Lula, 1998. In: TELES, Helcimara de Souza e LUCAS, João Ignácio (Org.) . Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo. Editora Universidade Caxias do Sul, 2003.

CAMARGOS, Malco Braga Economia e eleições na América Latina: refinando a teoria do Voto Econômico. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Avaliação do Governo e “Voto Econômico”. Lua Nova, n 48, São Paulo, pp.213-145, dez, 1999.

CAMPBELL, Angus; Philipe E. Converse; Warren E. Miller e Donald E. Stokes. The American Voter. Nova Iorque: Wiley Press, 1960.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam. Democracia, Eleições e responsabilidade política. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 12. N. 35, 1997.

CORRÊA. Diego Sanches. O voto econômico na América Latina. In Anais 9º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Brasília- DF, 2014.

DALTON, Russell J.; ANDERSON, Christopher J. (eds). Citizens, Context and Choice: How Context Shapes Citizens' Electoral Choices Oxford: Oxford University Press, 2011.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Instituições Políticas e governabilidade. Desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: Melo, Carlos Ranulfo. Sáez, Manuel Alcántara (Org). A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2007

FIGUEIREDO, Marcus. A Decisão do Voto - Democracia e Racionalidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JUNIOR, José Alexandre da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, June 2010.

FIORINA, Morris. Retrospective Voting in American National Elections. New Haven: Yale University Press, 1981.

KEY, Valdimer O. The Responsible Electorate. New York, 1966.

KIEWIET, Roderick D. *Macroeconomics & Micropolitics*. Chicago, The University of Chicago Press, 1983;

KRAMER, G. H. The ecological Fallacy Revisited: Aggregate versus Individual-level Findings on Economics and Elections, and Sociotropic Voting. *The American Political Science Review*, vol. 77, n. 1, p. 92-111. 1983.

LAZARSFELD, Paul F.; BERELSON, Bernard e GAUDET, Hazel. *The People's Choice: How the Voter Make Up His Mind in a Presidential Campaign*. Nova Iorque e Londres, Columbia University Press, 1948

LEWIS-BECK, Michael S.; JACOBY, William G.; NORPOTH, Helmut and WEISBERG, Hebert F. *The American Voter Revisited*. The University of Michigan Press, 2008.

LEWIS-BECK, MICHAEL S. A., MARTINI, NICHOLAS F B, KIEWIET,D. RODERICK .The Nature of Economic Percepcon on mass publics. *Electoral Studies*, n 32, pp. 524-528, 2013.

LEWIS-BECK, Michael; STEGMAIER, Mary. "Economic Determinants of Electoral Outcomes". In *Annual Review of Political Science*. 3: 183-219, 2000.

LEWIS-BECK, Michael S.; STEGMAIER, Mary. Economic Models of Voting. In DALTON, Russell J.and KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.), *Oxford Handbook of Political Behavior*. New York: Oxford University Press, 2007

LEWIS-BECK, Michael; STEGMAIER, Mary. The Economic Vote in transitional democracies. *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, V. 18:3, pp.303-323, 2008.

LEWIS-BECK, Michael; RATTO, Maria Celeste. Economic Voting in Latin America: a general model. *Electoral Studies*, n 32, pp. 489-493, 2013

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 38, nº. 3, 1995, pp.497-525.

LINZ, Juan J. Democracy: Presidential or Parliamentary. Does it Make a difference? Paper prepared for the project, "The Role of Political Parties in the Return to Democracy in the Southern Cone," sponsored by the Latin American Program of the Woodrow Wilson International Center for Scholars, and the World Peace Foundation. 1985. Disponível no link: [http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PNABJ524.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNABJ524.pdf) Acessado em 05/09/2014

MAINWARING, Scott. "Pluripartidismo, federealismo fuerte y presidencialismo en Brasil", em Mainwaring, Scott y Matthew Shugart (comp.), *Presidencialismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Padiós Latinoamericana. 2002

MAINWARING, Scott y SHUGART, Matthew. *Presidencialismo y democracia en América Latina: revisión de los términos del debate*, en Mainwaring, Scott y Matthew Shugart (comp.),



Presidencialismo y democracia en América Latina. Buenos Aires: Padiós Latinoamericana. 2002

MANTILLA, Lya Fernández de. PINILLA, Katherine Flórez. ¿Qué evalúa el ciudadano al momento de votar? Algunas apreciaciones desde el Enfoque Racional. Reflexión Política, Junio-Sin mes, 196-204. 2008

MENDES, Manuel T. & VENTURI, Gustavo. "Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco". Opinião Pública, vol II, n. 2, pp.39-48, 1994.

MENEGUELLO, Rachel. "Electoral Behavior in Brazil: the 1994 Presidential Election". International Social Science Journal, 146, pp. 627-642, 1995.

NICOLAU, Jairo. Sistemas Eleitorais. 5º edição. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2004.

PORTO, Mauro. Muito Além da Informação: mídia, cidadania e o dilema democrático. São Paulo Em Perspectiva, 12(4) 1998

POWELL and WHITTEN, G. A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. American Journal of Political Science, 37 (2): 391–414. 1993.

RATTO, Maria Celeste. El proceso de atribución de responsabilidades en América Latina: un estudio sobre el voto económico entre 1996 y 2004. Revista SAAP (ISSN 1666-7883) Vol. 5, Nº 1, mayo 2011, 59-92

REMMER, Karen. The political impact of economic crisis in Latin America in the 1980s. American Political Science Review, n 85, dezembro, pp. 777-800, 1991.

SHUGART, Matthew e CAREY, John. Presidents and Assemblies. Constitutional Design and Electoral Dynamics. Cambridge, Cambridge University Press. 1992

SINGER, Matthew. Economic Voting in an Era of (Non) Crisis: The Changing Electoral Agenda in Latin America 1982 – 2010. Comparative Politics, volume 45, number 2, janeiro, pp.169-185, 2013.

SNIDERMAN, Paul M. and LEVENDUSKY, Matthew S. "An institutional theory of political choice" In Russell J. Dalton and Hans-Dieter Klingemann (eds.), Oxford Handbook of Political Behavior. New York: Oxford University Press, 2007.

VEIGA. Luciana Fernandes. "Em Busca de Razões para o Voto: O uso que o homem comum faz do horário eleitoral" (Tese de Doutorado Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2001).

VEIGA. Luciana Fernandes. Economic Voting na Age of Growth and Poverty Reduction: Electoral Response in Latin America (1995-2010). CSD Working Papers. Irvine, CA: Center for the Study of Democracy. 2013.

WEYLAND, Kurt. Peasants or Bankers in Venezuela? Presidential Popularity and Economic Reform Approval, 1989-1993. Political Research Quarterly, Vol. 51, n 2, pp. 341-362, junho, 1998

WEYLAND, Kurt. A Paradox of Success? Determinants of political support for President Fujimori. *International Studies Quarterly*, n.44, pp. 481–502, 2000.

WEYLAND, Kurt. Economic Voting Reconsidered: Crisis and Charisma in the Election of Hugo Chávez. *Comparative Political Studies*, Vol. 36, n 7, pp.822-848, setembro, 2003.

## 8 Apêndice

Apêndice A - Configuração Partidária da Câmara de Deputados da América Latina

País	NEPpCD	Fragmentação CD	% de Cadeiras ocupadas pelo partido do presidente na CD
Argentina	4,03	0,75	44,35
Bolívia	1,85	0,46	67,69
Brasil	10,37	0,9	17,15
Chile	5,63	0,82	15
Colômbia	4,95	0,8	22,56
Costa Rica	3,9	0,74	37,3
El Salvador	2,94	0,66	38,1
Equador	4,22	0,76	47,54
Guatemala	4,78	0,79	32,91
Honduras	2,3	0,57	55,46
México	3,56	0,72	41,2
Nicarágua	1,8	0,44	68,47
Panamá	3,46	0,71	20,28
Paraguai	3,42	0,71	2,5
Peru	3,97	0,75	36,15
República Dominicana	2,52	0,6	53,93
Uruguai	2,65	0,62	50,5
Venezuela	1,93	0,48	70,65

Apêndice B - Índices Sociais e econômicos

País	PIB per capita	GPD growth	Inflação	Desemprego	GINI	IDH
Argentina	6784.3	7,9		7,2		0,797
Bolívia	1239.0	3,6	9,8	3,2	0,472	0,663
Brasil	5723.9	1,9	6,6	6,7	0,559	0,718
Chile	9032.6	4,9	3,3	7,1	0,516	0,805
Colômbia	4140.9	5,1	3,4	10,8	0,545	0,71
Costa Rica	5523.3	3,1	4,9	7,7	0,503	0,744
El Salvador	2998.6	1,7	5,1	6,9	0,454	0,674
Equador	3462.3	6	4,5	4,2	0,46	0,72
Guatemala	2262.4	-1,9	1,9	3,1	0,585	0,704

Honduras	1556.7	1,8	6,8	4,8	0,567	0,625
México	8430.7	1,9	4	3,4	0,506	0,829
Nicarágua	1304.2	4	8,1	7,7	0,478	0,589
Panamá	6857.0	9	5,9	4,5	0,531	0,768
Paraguai	1552.7	-5,6	2,6	6,5	0,512	0,761
Peru	4052.3	5,7	3,4	3,9	0,452	0,725
República Dominicana	4484.9	2,1	1,4	14,9	0,574	0,777
Uruguai	7263.8	7	8,1	6	0,402	0,783
Venezuela	6287.1	6,9		7,5	0,427	0,792